

CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE OURÉM

RELATÓRIO AMBIENTAL

Maio de 2019



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE OURÉM
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	5
2. OBJETIVOS E METODOLOGIA DA AAE	7
2.1 OBJETIVOS.....	7
2.2 METODOLOGIA	7
2.3 FONTES DE INFORMAÇÃO DO RELATÓRIO AMBIENTAL	9
2.4 PARECERES DAS ERAE.....	9
3. OBJETO DE AVALIAÇÃO	11
4. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO.....	21
4.1 QUESTÕES ESTRATÉGICAS E ANÁLISE DE COMPATIBILIDADE	21
4.2 QUESTÕES AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE.....	22
4.3 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	22
4.4 DEFINIÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO.....	23
5. QUADRO DE GOVERNANÇA	42
6. AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA	46
6.1 INTRODUÇÃO.....	46
6.2 FCD1 – ECONOMIA, EMPREGO E QUALIFICAÇÃO HUMANA	47
6.3 FCD2 – QUALIFICAÇÃO URBANA, QUALIDADE DE VIDA, QUALIDADE DO AMBIENTE, SAÚDE E PREVENÇÃO DE RISCOS	65
6.4 FCD3 – PATRIMÓNIO CULTURAL.....	81
6.5 FCD4 – RECURSOS NATURAIS E PATRIMÓNIO NATURAL	97
6.6 FCD5 – ENERGIA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	110
7. SÍNTESE DA AAE	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	124

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 3.1 - Opções estratégicas da revisão do PDM.....	15
Quadro 4.1 – Definição e descrição sumária dos FCD	23
Quadro 4.2– Questões estratégicas relevantes por FCD	25
Quadro 4.3 – Questões ambientais e de sustentabilidade relevantes por FCD	26
Quadro 4.4– Relação dos instrumentos do QRE com os FCD	27
Quadro 4.5 – Objetivos e critérios de avaliação, por FCD	31
Quadro 4.6 – Critérios de avaliação e indicadores, por FCD.....	33
Quadro 4.7 – Fontes de informação e metodologias de cálculo dos indicadores.....	37
Quadro 5.1 – Agentes, áreas de competência e responsabilidade ou de interesse e instrumentos de governança	42

Quadro 6.1 – Análise SWOT.....	46
Quadro 6.2 – FCD1 – Economia, emprego e qualificação humana: Análise SWOT – pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças	51
Quadro 6.3 – FCD1 – Economia, emprego e qualificação humana: Avaliação	54
Quadro 6.4 – FCD1 – Economia, emprego e qualificação humana: Diretrizes de programação e gestão das oportunidades e riscos identificados	57
Quadro 6.5 – FCD1 – Economia, emprego e qualificação humana: Diretrizes de monitorização	64
Quadro 6.6 – FCD2 – Qualificação urbana, qualidade de vida, qualidade do ambiente, saúde e prevenção de riscos: Análise SWOT – pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças	67
Quadro 6.7 – FCD2 – Qualificação urbana, qualidade de vida, qualidade do ambiente, saúde e prevenção de riscos: Avaliação	68
Quadro 6.8 – FCD2 – Qualificação urbana, qualidade de vida, qualidade do ambiente, saúde e prevenção de riscos: Diretrizes de programação e gestão das oportunidades e riscos.....	70
Quadro 6.9 – FCD2 – Qualificação urbana, qualidade de vida, qualidade do ambiente, saúde e prevenção de riscos – Diretrizes de monitorização	79
Quadro 6.10 – FCD3 – Património cultural: Análise SWOT – pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças.....	84
Quadro 6.11 – FCD3 – Património cultural: Avaliação	86
Quadro 6.12 – FCD3 – Património cultural: Diretrizes de programação e gestão das oportunidades e riscos identificados	89
Quadro 6.13 – FCD3 – Património cultural – Diretrizes de monitorização.....	96
Quadro 6.14 – FCD4 – Recursos naturais e património natural: Análise SWOT – pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças.....	98
Quadro 6.15 – FCD4 – Recursos naturais e património natural: Avaliação	100
Quadro 6.16 – FCD4 – Recursos naturais e património natural: Diretrizes de programação e gestão das oportunidades e riscos identificados	103
Quadro 6.17 – FCD4 – Recursos naturais e património natural – Diretrizes de monitorização.....	109
Quadro 6.18 – FCD5 – Energia e alterações climáticas: Análise SWOT – pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças.....	110
Quadro 6.19 – FCD5 – Energia e alterações climáticas: Avaliação	112
Quadro 6.20 – FCD5 – Energia e alterações climáticas: Diretrizes de programação e gestão das oportunidades e riscos identificados	114
Quadro 6.21 – FCD5 – Energia e alterações climáticas – Diretrizes de monitorização.....	121
Quadro A1 - Instrumentos considerados no QRE.....	126
Quadro A2 - Objetivos dos documentos estratégicos relevantes para o PDM de Ourém e relação com os FCD definidos	129

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 – Os FCD resultam da integração das QE, das QAS e do QRE (Fonte: Partidário, 2012)	8
Figura 3.1 – Modelo territorial (Fonte: Relatório do Plano, 2019).....	13
Figura 3.2 – A divisão do território em UT, correspondentes a UOPG	14

LISTA DE SIGLAS

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica
AAPP – Avaliação ambiental de planos e programas
ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil
APA – Agência Portuguesa do Ambiente
APAI – Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes
APAP – Associação Portuguesa de Arquitetos Paisagistas
ARH – Administração de Região Hidrográfica
ARS-LVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.
CMO – Câmara Municipal de Ourém
DGPC – Direção-Geral do Património Cultural
DL – Decreto-Lei
DRAP-LVT - Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo
ENCNB – Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ENDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
ENE – Estratégia Nacional para a Energia
ENEAPAI – Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais
ENF – Estratégia Nacional para as Florestas
ERAE – Entidades com responsabilidades ambientais específicas
FCD – Fator Crítico para a Decisão
ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IGT – Instrumentos de Gestão Territorial
IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes
LNEG - Laboratório Nacional de Energia e Geologia
OB – Ordem dos Biólogos
OE – Ordem dos Engenheiros
PANCD – Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação
PBH – Plano de Bacia Hidrográfica
PDM – Plano Diretor Municipal
PEAASAR – Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais
PENDR – Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural
PENT – Plano Estratégico Nacional de Turismo
PERSU – Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos
PGBH – Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica

PGRH – Plano de Gestão da Região Hidrográfica
PIENDS – Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PME – Plano Municipal de Emergência
PNA – Plano Nacional da Água
PNAAS – Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde
PNAC – Plano Nacional para as Alterações Climáticas
PNDFCI – Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PNTN – Programa Nacional de Turismo de Natureza
PNUEA – Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água
PO-PNSAC – Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros
POR – Programa Operacional Regional
PROF – Plano Regional de Ordenamento Florestal
PROT-OVT – Plano Regional de Ordenamento do Oeste e Vale do Tejo
QA – Questões ambientais
QE – Questões estratégicas
QRE – Quadro de Referência Estratégico
RA – Relatório Ambiental
RAN – Reserva Agrícola Nacional
RCM – Resolução do Conselho de Ministros
REN – Reserva Ecológica Nacional
UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão
UT – Unidade Territorial

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o **Relatório Ambiental (RA)** da Avaliação Ambiental Estratégica da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Ourém.

O Decreto-Lei (DL) n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo DL n.º 58/2011, de 4 de maio, estabelece o regime da avaliação ambiental de planos e programas (AAPP), usualmente designada como Avaliação Ambiental (AA).

O regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (IGT) – DL n.º 80/2015, de 14 de maio – estabelece os procedimentos aplicáveis à avaliação ambiental dos planos de ordenamento do território.

Este enquadramento legal estabelece como responsável pela AAPP a entidade responsável pela elaboração do plano. Essa responsabilidade abrange a determinação do âmbito da avaliação ambiental a realizar, bem como do alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no Relatório Ambiental (RA), a consulta de entidades sobre o âmbito e alcance da AA, a elaboração do RA e as respetivas consultas pública e institucional e a elaboração e envio da Declaração Ambiental à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA).

O relatório de definição do âmbito e do alcance da avaliação ambiental de planos, previsto no artigo 5.º do DL n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo DL n.º 58/2011, de 4 de maio, serviu de base à consulta das entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAIE), prevista no n.º 3 do artigo 3.º do mesmo diploma (ver secção 2.4)

Esta AA segue uma abordagem estratégica, procurando alertar para riscos e oportunidades que possam emergir da proposta de plano, propor diretrizes de seguimento e gestão e envolver as várias entidades e agentes relevantes para o processo de planeamento. Assim sendo, considera-se ser uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) adotando-se os procedimentos e nomenclaturas propostos por Maria do Rosário Partidário no *Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - Orientações Metodológicas para um pensamento estratégico em AAE* (APA, 2012).

O RA estrutura-se, para além desta introdução, em mais **seis capítulos**:

- o capítulo 2, onde se descrevem os objetivos e metodologia da AAE;
- o capítulo 3, onde se define o objeto de avaliação;
- o capítulo 4, que inclui a definição dos FCD, dos elementos estratégicos estruturantes (Questões estratégicas - QE, Questões ambientais e de sustentabilidade - QAS, Quadro de Referência Estratégico - QRE) e dos critérios e indicadores por FCD;

- o capítulo 5, relativo à análise do quadro de governança;
- o capítulo 6, de análise e avaliação estratégica, incluindo a análise de tendências e SWOT (pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças, do acrónimo em inglês de *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*), a avaliação de opções estratégicas e as diretrizes para o seguimento, para cada um dos FCD considerados;
- o capítulo 7, de conclusões.

O RA inclui em **anexo** o Quadro de Referência Estratégico.

A AAE foi coordenada por Júlio de Jesus, eng^o do ambiente (OE 19972, membro profissional APAI n.º 1).

A **equipa técnica** envolvida na AAE inclui ainda os seguintes técnicos:

- Carlos Nuno, antropólogo e mestre em Planeamento Regional e Urbano (membro profissional da APAI n.º 12);
- Henrique Pereira dos Santos, arq.^o paisagista;
- Rita Bruno Soares, eng.^a do território;
- Inês Lourenço, eng.^a do ambiente (OE 58574).

O RFCD foi igualmente coordenado por Júlio de Jesus e incluiu a colaboração dos seguintes técnicos:

- Carlos Nuno, antropólogo e mestre em planeamento regional e urbano (membro profissional da APAI n.º 12);
- Catarina Castro Henriques, arquiteta paisagista (APAP n.º 316);
- Cristina Sequeira, eng.^a química (OE 39449);
- Inês Lourenço, eng.^a do ambiente (OE 58574);
- João Rodrigues, biólogo (OB 2943);
- Sérgio Brites, geógrafo físico e mestre em hidráulica e recursos hídricos;
- Susana Machado, geógrafa, pós-graduada em sistemas de informação geográfica.

2. OBJETIVOS E METODOLOGIA DA AAE

2.1 OBJETIVOS

A presente AAE tem como objetivo assegurar a integração dos valores ambientais e de sustentabilidade no processo de planeamento e de decisão relativo à revisão do PDM, contribuindo para a “adoção de soluções inovadoras mais eficazes e sustentáveis e de medidas de controlo que evitem ou reduzam efeitos negativos significativos no ambiente decorrentes da execução do plano” (preâmbulo do DL n.º 232/2007, de 15 de junho).

2.2 METODOLOGIA

A metodologia adotada assegura o cumprimento do DL n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo DL n.º 58/2011, de 4 de maio, e as disposições relativas à avaliação ambiental constantes do regime jurídico dos IGT – DL n.º 80/2015, de 14 de maio. Consideraram-se quatro fases metodológicas fundamentais:

1. Identificação e análise de Fatores Críticos para a Decisão (FCD);
2. Análise de tendências;
3. Avaliação de oportunidades e riscos das opções estratégicas;
4. Estabelecimento de diretrizes de monitorização, governança, gestão e planeamento a incluir num programa de seguimento da implementação do Plano.

Como já referido, esta AAE adota os procedimentos e nomenclaturas propostos por Maria do Rosário Partidário no *Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - Orientações Metodológicas para um pensamento estratégico em AAE* (APA, 2012).

Ao longo do processo, utilizou-se - sempre que possível - os elementos de trabalho da revisão do PDM, quer no que respeita ao diagnóstico, quer no que respeita às opções de desenvolvimento preconizadas. A AAE teve ainda em conta os pareceres das entidades consultadas no âmbito do RFCD (ver secção 2.4).

A abordagem metodológica baseou-se nos seguintes princípios:

- **Focalização**, traduzida na identificação e fundamentação dos FCD. A definição dos FCD resulta da integração de três elementos (Figura 2.1):
 - As **questões estratégicas (QE)**, definidas como “as questões políticas fundamentais, ou desafios associados ao objeto de avaliação que devem ser assegurados para atingir

uma visão de futuro”, advindo por isso da própria estratégia para a revisão do PDM (Partidário, 2012);

- As **Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS)**, que definem o âmbito relevante, ajustadas ao tema, contexto e escala do objeto de avaliação, tendo por base as questões ambientais (QA) legalmente estabelecidas;
- O **Quadro de Referência Estratégico (QRE)**, que constitui a referência para a avaliação, baseada nos objetivos e orientações políticas relevantes, bem como requisitos de planos e programas que estabeleçam orientações políticas relevantes.

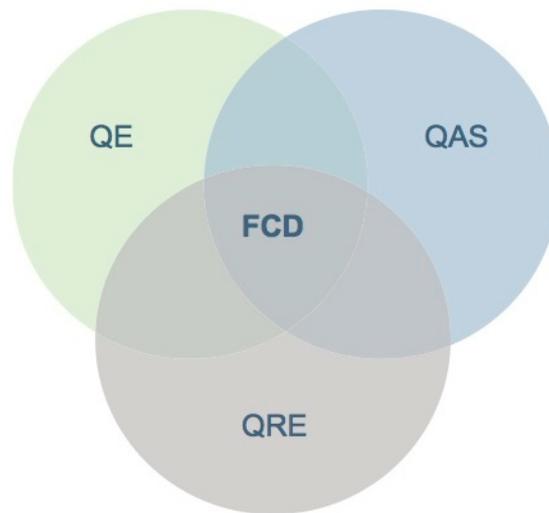


Figura 2.1 – Os FCD resultam da integração das QE, das QAS e do QRE (Fonte: Partidário, 2012)

- **Análise de tendências**, constituída por um diagnóstico estratégico focado no âmbito da AAE. Com esta análise pretende-se analisar, com base nos critérios e indicadores definidos para cada FCD, a evolução recente das dinâmicas territoriais de Ourém, as suas forças motrizes e o que deve ser alterado ou impulsionado na prossecução da visão proposta para o território, num quadro alargado de sustentabilidade.
- **Avaliação estratégica** das oportunidades e riscos das opções estratégicas preconizadas na revisão do PDM, utilizando os FCD.
- **Definição de diretrizes para o seguimento**: programação, gestão, monitorização e avaliação, incluindo um quadro de governança institucional.

Os **documentos** a preparar no âmbito da AAE são os seguintes:

- i) **Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (FCD)** cuja última versão data de 24 de Abril de 2013 (ver secção 2.4);
- ii) **Relatório Ambiental (RA)**, que corresponde ao presente documento;
- iii) **Resumo não técnico** do RA;
- iv) **Declaração Ambiental**, a enviar à APA na sequência da aprovação da revisão do PDM.

2.3 FONTES DE INFORMAÇÃO DO RELATÓRIO AMBIENTAL

As **fontes de informação** incluem os estudos e levantamentos efetuados no âmbito da revisão do PDM, os instrumentos constantes do QRE (ver Anexo 2), documentos orientadores setoriais, fontes estatísticas, estudos e outra documentação disponível (referida na Bibliografia), bem como trabalhos de campo. Naturalmente, foi também utilizada a informação obtida no âmbito das consultas a entidades.

No âmbito da AAE, foram realizadas diversas reuniões técnicas com o município de Ourém, quer de carácter geral, para discussão das intenções e propostas do PDM, quer setorial, para melhor compreensão do quadro específico das orientações do plano.

2.4 PARECERES DAS ERAE

Na metodologia de AAE adotada, a definição do âmbito é designada como **Fase de Fatores Críticos para a Decisão (FCD)** e o respetivo relatório é designado como **Relatório dos FCD**.

O âmbito da AAE realizada, descrito no **Relatório dos FCD**, enviado em 2012 para parecer, foi apreciado pelas ERAE, tendo sido recebidos pareceres das seguintes entidades:

- Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (ARS-LVT);
- Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA);
- Autoridade Florestal Nacional, atual Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF);
- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC);
- Câmara Municipal da Batalha;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT);
- Direção-Geral do Património Cultural (DGPC);

- Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAP-LVT).

Uma primeira versão do RA foi elaborada em 2016, tendo sido recebidos pareceres das seguintes entidades:

- APA – Administração de Região Hidrográfica (ARH) do Tejo e Oeste;
- Infraestruturas de Portugal, IP;
- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC);
- Câmara Municipal da Batalha;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT);
- Direção-Geral do Património Cultural (DGPC);
- Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG);

A elaboração do RA teve em conta os pareceres emitidos quer na fase de RFCD quer relativos à primeira versão do RA.

3. OBJETO DE AVALIAÇÃO

O município de Ourém integra a NUTS II – Centro e localiza-se na NUTS III – Médio Tejo, juntamente com os municípios de Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha e Vila de Rei, conforme a delimitação atual (desde 2015) do Médio Tejo. Situa-se na área territorial da CCDR-LVT.

Administrativamente pertence ao distrito de Santarém.

O município de Ourém está atualmente dividido em treze freguesias:

- Alburitel
- Atouguia
- Caxarias
- Espite
- Fátima
- União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
- União de Freguesias de Gondemaria e Olival
- União de Freguesias de Matas e Cercal
- Nossa Senhora da Piedade (Ourém)
- Nossa Senhora das Misericórdias (Ourém)
- União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos
- Seiça
- Urqueira

Nos termos do regime jurídico dos IGT, aprovado pelo DL n.º 80/2015, de 14 de maio, o PDM “define o **quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município**” (n.º 5, artigo 27.º) e “a elaboração do PDM deve assentar na **estratégia de desenvolvimento local, a qual define as orientações estratégicas da implementação e da gestão estruturada dos processos de desenvolvimento e de competitividade do município**” (n.º 2, artigo 76.º).

De acordo com o Relatório do Plano no seu **capítulo 3 - Opções do Plano**, “a estratégia que enquadra a revisão do plano divide-se em três grandes eixos e é densificada em diversos objetivos específicos”. No Quadro 3.1 apresentam-se estas opções estratégicas, que constituem o **objeto de avaliação** da AAE.

Não foram avaliados no presente RA as propostas dos seguintes equipamentos e infraestruturas estruturantes:

- Aeródromo;
- Áreas de desporto motorizado.

Considera-se que estes projetos podem ter efeitos negativos no ambiente e que a AAE não constitui o instrumento adequado para a avaliação de projetos concretos. Não existe informação suficiente para a sua avaliação nesta fase. Recomenda-se que estes projetos sejam avaliados no âmbito do regime da Avaliação de Impacte Ambiental, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 30 de outubro, com a redação atual dada pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro.

Ainda de acordo com o Relatório do Plano, é adotado um **modelo territorial (Figura 3.1)**, que “materializa os objetivos estratégicos para o território e antecede a definição e regulamentação das diferentes categorias de uso de solo”. Este modelo “assenta na assunção do eixo urbano Fátima – Ourém – Caxarias - Freixianda, pela valorização do perfil dos aglomerados reforçando a rede urbana de nível 2 em articulação com os espaços de atividades económica”.

“O modelo visa ainda promover a melhoria das acessibilidades, fundamentais ao desempenho das atividades económicas, nomeadamente pela melhor articulação entre A1 e IC9, além da criação de um novo nó em Fátima”.

“Paralelamente pretende-se a promoção dos valores naturais e paisagísticos, definindo-se claramente o sistema ambiental e os valores de diferenciação, assumindo-se o património natural como um ativo económico e produtor dos serviços dos ecossistemas, na promoção do bem estar das populações”.

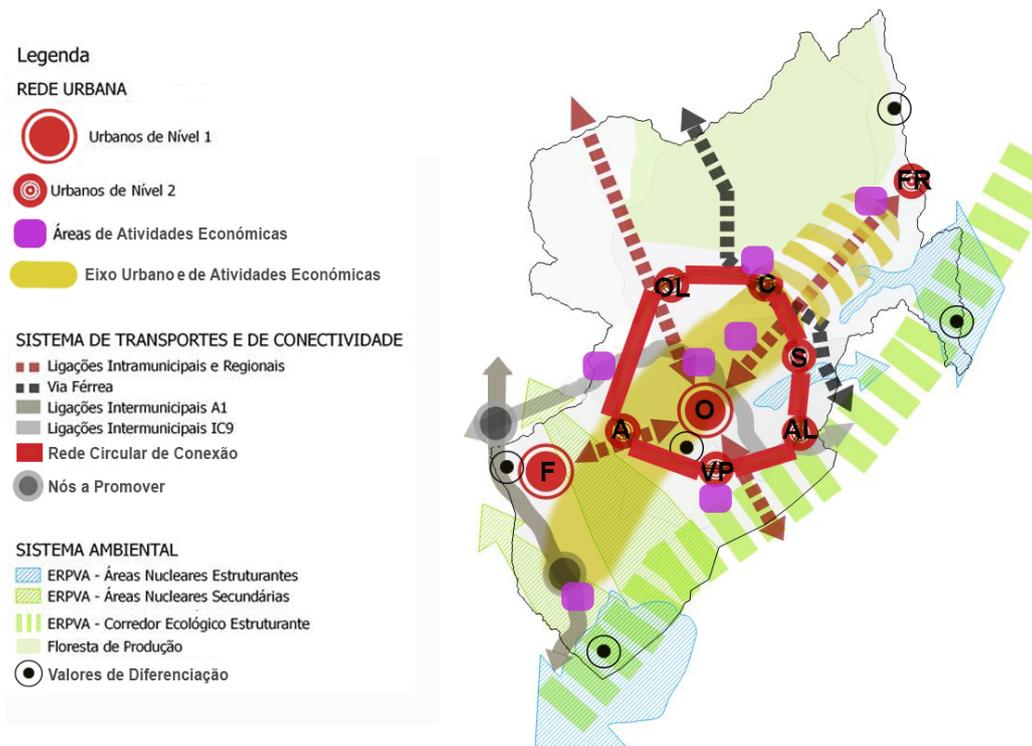


Figura 3.1 – Modelo territorial (Fonte: Relatório do Plano, 2019)

O modelo consubstancia-se na articulação dos diferentes sistemas territoriais: i) o sistema urbano, ii) o sistema rural, iii) o sistema biofísico e ambiental, iv) o sistema patrimonial e v) o sistema de mobilidade. Esses sistemas permitiram definir sete grandes unidades territoriais - correspondentes a Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), também designadas como UT – Unidades Territoriais - nas quais se divide a totalidade do território concelhio:

- UOPG1 – Fátima
- UOPG2 – Ourém
- UOPG3 - Serra
- UOPG4 – Vale de Transição Atouguia/Vilar dos Prazeres
- UOPG5 – Norte Florestal
- UOPG6 – Vale do Nabão
- UOPG7 – Vale do Lis e de Gondemaria

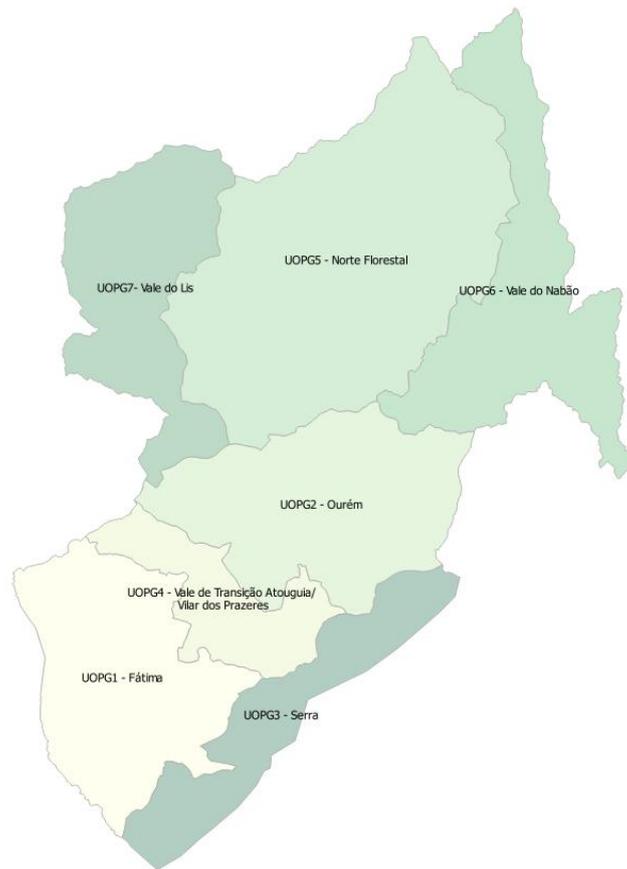


Figura 3.2 – A divisão do território em UT, correspondentes a UOPG

Quadro 3.1 - Opções estratégicas da revisão do PDM

Eixos	Opções estratégicas	Concretização no Modelo Territorial	Concretização nas Plantas de Ordenamento e/ou nas Plantas de Condicionantes	Concretização no Regulamento
I - Promover a coesão social e territorial e a qualificação urbana	I.a) Definição de um modelo de ordenamento que promova a colmatação estruturante e a contenção dos perímetros urbanos em detrimento de políticas expansionistas, permitindo a promoção da reabilitação dos centros urbanos e a regeneração de áreas degradadas , a rentabilização das infraestruturas , a racionalização e maior cobertura dos equipamentos públicos , a otimização dos movimentos pendulares e a salvaguarda dos recursos naturais	O Modelo Territorial assume e define os dois principais níveis dos aglomerados (Nível 1 e Nível 2) e as áreas de atividades económicas, como grande suporte ao estabelecimento de eixos estruturantes e de relações de complementaridade que permitam a rentabilização das infraestruturas e a troca de fluxos e otimização dos movimentos pendulares	Quer as plantas de condicionantes, quer as plantas de ordenamento absorvem esta opção estratégica, definindo com clareza espaços de edificação que respeitam os princípios enunciados	Artigo 82.º Artigos 114.º a 118.º Artigos 128.º a 130.º
	I.b) Assunção do eixo urbano Fátima – Ourém – Caxarias – Freixianda , valorizando o perfil funcional de cada um dos aglomerados e a promoção do transporte ferroviário e reforçando o interface de Caxarias e sua articulação com o transporte público rodoviário no serviço do eixo urbano	O Modelo Territorial define claramente o eixo urbano Fátima – Ourém – Caxarias – Freixianda e a conectividade entre a via férrea e a rede circular de conexão rodoviária	As plantas de ordenamento não permitem identificar os aspetos referidos, à exceção da rede rodoviária onde se atribui uma funcionalidade elevada ao eixo da ER 356, que estabelece essa ligação	Artigo 128.º - 5 a)
	I.c) Reforço da rede urbana de 2.º nível , base da autonomia funcional e da sustentabilidade social das unidades territoriais (UT) em que se divide o município	O Modelo Territorial identifica claramente os aglomerados que constituem a rede urbana de 2.º nível e os eixos de conexão entre esses aglomerados e os restantes elementos da rede urbana municipal	Quer as plantas de condicionantes (ou salvaguardas) quer as plantas de ordenamento absorvem esta opção estratégica, definindo com clareza a hierarquização de espaços de edificação que permitem atingir a opção estratégica enunciada	

Eixos	Opções estratégicas	Concretização no Modelo Territorial	Concretização nas Plantas de Ordenamento e/ou nas Plantas de Condicionantes	Concretização no Regulamento
	I.d) Expansão das redes de infraestruturas de abastecimento e drenagem a todos os aglomerados urbanos	-	Não visível nas plantas de ordenamento	Artigo 114.º - 2
	I.e) Promoção de modos suaves de transporte	-	-	Artigo 14.º - 1 Artigo 106.º Artigo 128.º - 2 Artigo 130.º - 1 m)
	I.f) Valorização dos espaços verdes em meio urbano , numa lógica de continuidade e articulação com o solo rústico envolvente	-	Não aplicável	Artigo 12.º Artigo 17.º d) Artigo 77.º - 2 Artigo 87.º - 2 d) Artigo 94.º Artigo 108.º - 4 a) Artigo 114.º - 2 c) Artigo 115.º - 2 Artigo 121.º Artigo 122.º - 1, 5 Artigo 128.º - 1 e) i. Artigo 128.º - 2 n)
II - Dinamizar a economia e ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização	II.a) Renovar o modelo de crescimento económico, valorizando os recursos endógenos	-	Não aplicável	Artigo 135.º - 1 e)
	II.b) Valorização económica da área florestal , predominantemente na zona norte do concelho, com o devido controlo das	O Modelo Territorial demarca uma área significativa de vocação florestal de produção na zona norte do concelho	As plantas de ordenamento apresentam um zonamento que não é incompatível com este objectivo	

Eixos	Opções estratégicas	Concretização no Modelo Territorial	Concretização nas Plantas de Ordenamento e/ou nas Plantas de Condicionantes	Concretização no Regulamento
	áreas e espécies afetas à floresta de produção			
	II.c) Melhoria das acessibilidades externa e interna como essencial ao desempenho das atividades económicas, com a articulação entre a A1 e o IC9 , a hierarquização funcional da rede rodoviária, a articulação modal com o transporte ferroviário	O Modelo Territorial, que inclui o Sistema de Transportes e de Conectividade, assinala os pontos de articulação pretendidos entre o A1 e o IC9, define a hierarquização funcional da rede viária (distinguindo ligações intramunicipais, regionais e intermunicipais e rede de conexão interurbana), identifica a articulação entre os modos rodoviário e ferroviário, embora não contemple a localização nem as ligações do aeródromo e centro logístico	As plantas de ordenamento integram esta orientação estratégica	Artigo 14.º Artigos 100 a 105.º Artigo 128.º - 1 a) b) c) Artigo 128.º - 2 d) Artigo 128.º - 4 c) Artigo 128.º - 5 a)
	II.d) Definição dos espaços de atividades económicas numa lógica de corredor, de complementaridade e estruturadas com o sistema viário existente e previsto	O Modelo Territorial define o eixo que suporta o corredor que liga os espaços de atividades económicas e a sua relação com o sistema viário	As plantas de ordenamento integram esta orientação estratégica	Artigos 89.º a 93.º
	II.e) Promoção do potencial do Vale do Nabão num contexto integrado e intermunicipal	-	As cartas de ordenamento integram esta orientação estratégica	

Eixos	Opções estratégicas	Concretização no Modelo Territorial	Concretização nas Plantas de Ordenamento e/ou nas Plantas de Condicionantes	Concretização no Regulamento
III - Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental e patrimonial	III.a) Promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais singulares de cada UT, enfatizando os fatores diferenciadores (Santuário de Fátima, Pegadas dos Dinossáurios, Agroal, Castelo de Ourém, Rio Nabão, Ribeiras da Salgueira, de Caxarias, do Olival, de Seiça, do Fárrio, Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros e Lombas de Fátima);	O Modelo Territorial não considera a totalidade dos valores singulares e de diferenciação apresentados nas opções estratégicas, dando especial relevo a elementos integrantes do sistema patrimonial (que relaciona com o sistema ambiental), sobretudo do património cultural e paleontológico	As cartas de ordenamento integram esta orientação estratégica	Artigos 12.º e 13.º Artigo 22.º Artigo 32.º Artigo 35.º - 2 Artigo 36.º Artigo 55.º Artigos 62.º e 63.º Artigos 64.º a 72.º Artigos 73.º e 74.º Artigo 85.º Artigo128.º - 1 j) Artigo128.º - 2 j) l) m) Artigo128.º - 3 d) e) Artigos 109.º e 110.º Artigo130.º - 1 r)
	III.b) Assunção de que o património natural é um ativo económico e produtor dos serviços dos ecossistemas e, como tal, fator de promoção do bem-estar da população residente e utente	O Modelo Territorial integra o sistema biofísico e ambiental, que se concretiza na estrutura ecológica municipal, definindo áreas nucleares (estruturantes e secundárias) e o corredor ecológico estruturante	Não aplicável	Artigo 11.º - 2

Eixos	Opções estratégicas	Concretização no Modelo Territorial	Concretização nas Plantas de Ordenamento e/ou nas Plantas de Condicionantes	Concretização no Regulamento
	<p>III.c) Assunção das áreas agrícolas, florestais e naturais como parte essencial dos espaços onde se desenvolvem funções humanas, nomeadamente as de fruição e de produção dos serviços de ecossistemas, nomeadamente o sequestro de carbono que contribui para a mitigação das alterações climáticas</p>	-	A planta de ordenamento contempla extensas áreas agrícolas, florestais e naturais	<p>Artigo 11.º - 2 Artigo 35.º - 1 Artigo 47.º Artigo 52.º Artigo 53.º Artigo 55.º Artigo 57.º Artigo 62.º a 64.º Artigo 77.º - 2</p>
	<p>III.d) Promoção da localização geoestratégica dos percursos pedestres, com a conseqüente valorização e integração dos caminhos de Fátima e de Santiago e rotas dos peregrinos, dos percursos associados a valores naturais e culturais</p>	-	Não aplicável	<p>Artigo 14.º - 1 Artigo 106.º - 2</p>

Eixos	Opções estratégicas	Concretização no Modelo Territorial	Concretização nas Plantas de Ordenamento e/ou nas Plantas de Condicionantes	Concretização no Regulamento
	III.e) Preservação, reabilitação e divulgação do património natural (geológico e biológico), arquitetónico e arqueológico	-	As plantas de ordenamento não colidem com esta orientação estratégica	Artigo 22.º Artigo 23.º Artigo 32.º Artigo 35.º - 2 Artigo 52.º Artigo 55.º Artigos 62.º e 63.º Artigo 64.º Artigo 65.º Artigo 73.º Artigo 85.º Artigos 107.º e 108.º Artigos 109.º e 110.º Artigo 111.º Artigo 126.º Artigo 128.º - 2 f) j) l) Artigo 128.º - 3 e) Artigo 128.º - 4 f) Artigo 128.º - 6 e) Artigo 130.º - 1 r) t) Artigo 135.º
	III.f) Delimitação e salvaguarda das áreas de risco , nomeadamente as áreas inundáveis, de instabilidade de vertentes e de incêndio rural , de forma a garantir a segurança de pessoas e bens	-	As plantas de ordenamento integram esta orientação estratégica	Artigos 28.º a 30.º Artigos 38.º e 39.º

4. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

4.1 QUESTÕES ESTRATÉGICAS E ANÁLISE DE COMPATIBILIDADE

As QE são as questões essenciais às quais a revisão do PDM de Ourém tem que dar resposta. Tendo por base as opções estratégicas referidas no capítulo 3, identificam-se as seguintes QE:

- **QE1. Assunção do eixo urbano Fátima – Ourém – Caxarias - Freixianda**, valorizando o perfil funcional de cada um dos aglomerados;
- **QE2. Reforço da rede urbana de 2.º nível** (circundante de Ourém), base da autonomia funcional e da sustentabilidade social das UT;
- **QE3. Promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais singulares de cada UT**, enfatizando os fatores diferenciadores;
- **QE4. Valorização económica da área florestal**, predominantemente na zona norte do concelho;
- **QE5. Valorização do potencial do Vale do Nabão** num contexto integrado e intermunicipal;
- **QE6. Acréscimo das acessibilidades externa e interna** como essencial ao desempenho das atividades económicas, com a articulação entre a A1 e o IC9, a hierarquização funcional da rede rodoviária (importância de um nível intermédio) e a revitalização do aeródromo para transporte de passageiros e centro logístico;
- **QE7. Promoção da localização geoestratégica** nas rotas religiosas, monumentais e de valores naturais;
- **QE8. Flexibilidade do plano** ajustada à gestão das oportunidades estruturantes de investimento.

As QE acima definidas são distintas das constantes no RFCD dado que as opções estratégicas da revisão do PDM entretanto se alteraram.

A valorização dos ativos do concelho de Ourém promove a sua atratividade e, conseqüentemente, traduz-se numa melhoria da potencialidade turística do mesmo, contribuindo desta forma para a promoção da economia e do emprego baseada no turismo. De igual forma, esta valorização contribui para a qualificação e valorização urbana, dado que permite uma melhor articulação entre o património existente

e a população, respeitando ambos e possibilitando o seu usufruto. A valorização dos ativos do concelho permite ainda a concretização da centralidade do concelho de Ourém no Arco Monumental e Triângulo Histórico-Cultural, dado que nestes ativos se encontram também elementos do património religioso e histórico-cultural.

Outra sinergia que se identifica entre as QE é o facto de a qualificação e valorização urbana contribuir para a afirmação da centralidade do concelho de Ourém, com áreas urbanas mais dinâmicas, consolidadas e articuladas entre si. A qualificação e valorização urbana contribui também para a promoção do turismo, pela razão já apontada, relativa à atratividade e conseqüente potencialidade turística.

Como potencial incompatibilidade entre estas QE, a incidência excessiva na promoção das atividades turísticas poderá dificultar a valorização dos ativos do concelho, nomeadamente através da folclorização dos elementos de património histórico-cultural e da perda da sua identidade característica. Pretende-se ultrapassar esta incompatibilidade através do desenvolvimento equilibrado de ambas as vertentes no PDM.

4.2 QUESTÕES AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE

As QA referidas no DL n.º 232/2007, de 15 de junho, são as seguintes:

- População;
- Saúde Humana;
- Biodiversidade, fauna, flora;
- Solo;
- Água;
- Atmosfera;
- Fatores climáticos;
- Bens materiais;
- Património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico;
- Paisagem.

Assume-se que as QAS são idênticas às QA.

4.3 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

Para estabelecer o QRE identificaram-se e analisaram-se as políticas, os planos e os programas que enquadram o PDM de Ourém e que estabelecem objetivos ambientais e de sustentabilidade pertinentes para a revisão do PDM.

No QRE não se considerou a Diretiva Quadro da Água, uma vez que o Plano Nacional da Água (PNA) é analisado no QRE e no DL n.º 112/2002, de 17 de abril, que aprova o PNA, é referido que este é “*um instrumento indispensável e estritamente necessário à efetiva aplicação e implementação (...) da Diretiva n.º 200/60/CE (Diretiva Quadro da Água)*”. Para além disto, também o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR), o Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica (PGBH) do Vouga/Mondego/Lis e o Plano de Gestão da Região Hidrográfica (PGRH) do Tejo, analisados no QRE, incluem referências à Diretiva Quadro da Água.

No **Quadro 4.3** identificam-se os instrumentos considerados no QRE e a sua relação com os cinco FCD identificados.

4.4 DEFINIÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

A definição dos FCD resultou da análise integrada das QE, das QAS e do QRE. Os FCD definidos e a sua descrição sumária são apresentados no **Quadro 4.1**. Apesar das alterações verificadas nas QE, os FCD mantêm-se idênticos aos apresentados no RFCD.

Nos **Quadros 4.2, 4.3 e 4.4** estabelecem-se as relações entre os FCD e as QE, QAS e instrumentos do QRE, respetivamente.

Quadro 4.1 – Definição e descrição sumária dos FCD

Fatores Críticos para a Decisão	Descrição sumária
1. Economia, emprego e qualificação humana	Abrange o potencial de desenvolvimento socioeconómico e os ativos humanos do concelho e a sua valorização e qualificação
2. Qualificação urbana, qualidade de vida, qualidade do ambiente, saúde e prevenção de riscos	<p>Incide sobre a estruturação urbana do território e a promoção da qualidade de vida, do ambiente e da saúde das populações, incluindo a disponibilidade de infraestruturas de apoio à população, e a prevenção de riscos naturais e tecnológicos.</p> <p>A qualidade do ambiente inclui a qualidade do ar, a qualidade da água, os níveis de ruído e de vibrações e a exposição a outras fontes de poluição, incluindo solos contaminados ou campos eletromagnéticos</p>
3. Património cultural	Refere-se à valorização do património religioso (imaterial e edificado), associado às Aparições de Fátima e ao Culto Mariano, e do restante património cultural, arquitetónico, arqueológico,

Fatores Críticos para a Decisão	Descrição sumária
	etnográfico e imaterial, nomeadamente com valor histórico e monumental
4. Recursos naturais e património natural	Refere-se ao uso sustentável dos recursos naturais, incluindo os recursos geológicos, o solo, os recursos hídricos e os recursos biológicos, e à proteção, recuperação e valorização do património natural e da paisagem
5. Energia e alterações climáticas	Incide sobre a produção e utilização de energia, nomeadamente a utilização de fontes renováveis e a redução e eficiência do consumo, as emissões de gases com efeito de estufa e a adaptação às alterações climáticas

Quadro 4.2– Questões estratégicas relevantes por FCD

		Questões estratégicas							
		QE1 – Assunção do eixo urbano Fátima-Ourém-Caxarias	QE2 – Reforço da rede urbana de 2.º nível	QE3 – Promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais	QE4 – Valorização económica da área florestal	QE5- Valorização do potencial do Vale do Nabão	QE6 – Acréscimo das acessibilidades externa e interna	QE7 – Promoção da localização geoestratégica	QE8 – Flexibilidade para gestão de investimentos estruturantes
FCD	1. Economia, emprego e qualificação humana	X	X	X	X	X	X	X	X
	2. Qualificação urbana, qualidade de vida, qualidade do ambiente, saúde e prevenção de riscos	X	X	X			X		X
	3. Património cultural	X		X					X
	4. Recursos naturais e património natural			X	X	X			X
	5. Energia e alterações climáticas		X		X				X

Quadro 4.3 – Questões ambientais e de sustentabilidade relevantes por FCD

		Questões ambientais e de sustentabilidade									
		População	Saúde humana	Biodiversidade, fauna, flora	Solo	Água	Atmosfera	Fatores climáticos	Bens materiais	Património cultural	Paisagem
FCD	1. Economia, emprego e qualificação humana	X							X	X	
	2. Qualificação urbana, qualidade de vida, qualidade do ambiente, saúde e prevenção de riscos	X	X			X	X		X		X
	3. Património cultural	X								X	X
	4. Recursos naturais e património natural			X	X	X	X				X
	5. Energia e alterações climáticas						X	X			

Quadro 4.4– Relação dos instrumentos do QRE com os FCD

Instrumentos do QRE	Fatores Críticos para a Decisão				
	1. Economia, emprego e qualificação humana	2. Qualificação urbana, qualidade de vida, qualidade do ambiente, saúde e prevenção de riscos	3. Património cultural	4. Recursos naturais e património natural	5. Energia e alterações climáticas
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	X	X	X	X	X
Programa Operacional Regional (POR) do Centro	X	X		X	X
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e respetivo Plano de Implementação (PIENDS)	X	X		X	X
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS)		X		X	
Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (PENDR)	X	X		X	
Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI 3+ 2020)	X	X			
Estratégia para a Região de Lisboa e Vale do Tejo	X	X		X	

Instrumentos do QRE	Fatores Críticos para a Decisão				
	1. Economia, emprego e qualificação humana	2. Qualificação urbana, qualidade de vida, qualidade do ambiente, saúde e prevenção de riscos	3. Património cultural	4. Recursos naturais e património natural	5. Energia e alterações climáticas
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)	X		X	X	
Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)	X	X		X	
Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)	X	X	X	X	X
Plano Nacional da Água		X		X	
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR)	X	X		X	X
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)	X	X		X	
Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI)	X	X	X	X	

Instrumentos do QRE	Fatores Críticos para a Decisão				
	1. Economia, emprego e qualificação humana	2. Qualificação urbana, qualidade de vida, qualidade do ambiente, saúde e prevenção de riscos	3. Património cultural	4. Recursos naturais e património natural	5. Energia e alterações climáticas
Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Vouga/Mondego/Lis	X	X		X	X
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo	X	X		X	
Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT)	X		X	X	
Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN)	X		X	X	
PNAEE e PNAER	X	X		X	X
Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)				X	X
Planos e programas para a melhoria da qualidade do ar na região de Lisboa e Vale do Tejo					X
Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020)		X		X	
Plano Setorial da Rede Natura 2000	X			X	

Instrumentos do QRE	Fatores Críticos para a Decisão				
	1. Economia, emprego e qualificação humana	2. Qualificação urbana, qualidade de vida, qualidade do ambiente, saúde e prevenção de riscos	3. Património cultural	4. Recursos naturais e património natural	5. Energia e alterações climáticas
Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Ribatejo	X	X		X	
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)		X	X	X	X
Plano Municipal de Emergência (PME)	X	X		X	
Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PO-PNSAC)	X	X	X	X	
Plano Regional de Ordenamento do Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT)	X	X	X	X	X

No **Quadro 4.5** apresenta-se uma descrição dos critérios de avaliação propostos, por FCD, e no **Quadro 4.6** o conjunto de indicadores e critérios por FCD. Os indicadores poderão aplicar-se a toda a área do Plano ou ser desagregados pelas subunidades consideradas no Plano.

Quadro 4.5 – Objetivos e critérios de avaliação, por FCD

FCD # 1 Economia, emprego e qualificação humana	
Objetivo: Promoção da economia e do emprego, baseada no turismo (vocação central) e nas indústrias e serviços de apoio ao turismo, na formação e em outras indústrias e serviços de valor acrescentado (complementares) e valorização do potencial de desenvolvimento socioeconómico	
Crítérios de avaliação	Descrição
1.1 Promoção da procura e diversificação da oferta turística	Avaliação da promoção da procura turística e dos incentivos à diversificação da oferta turística
1.2 Qualificação de serviços de apoio à população e às empresas	Avaliação dos serviços públicos de apoio à população e às empresas
1.3 Otimização dos parques empresariais existentes	Avaliação da capacidade disponível em espaços empresariais existentes para responder à procura num horizonte de 10 anos e da criação de fileiras industriais e complementaridades com outras áreas de atividade económica a criar
1.4 Criação e qualificação do emprego	Avaliação da criação líquida de emprego, da sua qualificação e dinamismo
1.5 Promoção da educação, formação e investigação	Avaliação do crescimento e diversificação da oferta de educação, formação e investigação e das ações para a sua promoção
1.6 Valorização económica do espaço rural	Avaliação do aproveitamento do potencial económico do espaço rural, nomeadamente nas áreas agrícolas e florestais e da prestação de serviços de lazer e turismo
FCD # 2 Qualificação urbana, qualidade de vida, qualidade do ambiente, saúde e prevenção de riscos	
Objetivo: Promoção da qualificação e valorização urbana, em particular da cidade policêntrica Ourém/Fátima, da qualidade de vida, do ambiente e da saúde da população do concelho, bem como a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos	
Crítérios de avaliação	Descrição
2.1 Contenção da dispersão urbana	Avaliação do grau de dispersão da ocupação urbana do território do concelho, através do grau redução e colmatação dos perímetros urbanos
2.2 Melhoria do sistema de transportes	Avaliação da qualidade da rede de transportes coletivos e escolares
2.3 Qualificação urbana e da paisagem	Avaliação da qualidade da paisagem urbana (estrutura ecológica urbana, edificado e infraestruturas)

2.4 Promoção da qualidade do ambiente, saúde e bem-estar	Avaliação da qualidade do ambiente (qualidade do ar, qualidade da água, qualidade do ambiente sonoro e níveis de radiação não ionizante) e da existência de situações propícias à saúde e ao bem-estar
2.5 Prevenção de riscos	Avaliação da prevenção de riscos naturais e tecnológicos
FCD # 3 Património cultural	
Objetivo: Promoção e valorização do património religioso (imaterial e edificado), do património cultural material e da identidade cultural de Ourém	
Critérios de avaliação	Descrição
3.1 Valorização do património cultural, designadamente o religioso associado às Aparições de Fátima	Avaliação da realização de ações de valorização artística e cultural associadas ao património religioso e de promoção deste tipo de património
3.2 Valorização do património cultural material	Avaliação da promoção de atividades de valorização e salvaguarda dos elementos patrimoniais históricos, arquitetónicos e arqueológicos
3.3 Promoção da identidade cultural de Ourém	Avaliação da promoção das formas e expressões culturais do concelho, incluindo as etnográficas, e de atividades culturais e de museus
FCD # 4 Recursos naturais e património natural	
Objetivo: Promoção do aproveitamento sustentável dos recursos naturais, da conservação do património natural e da paisagem rural	
Critérios de avaliação	Descrição
4.1 Gestão sustentável de recursos naturais	Avaliação das medidas de proteção e de uso sustentável dos recursos geológicos, do solo, dos recursos hídricos e dos recursos biológicos do concelho
4.2 Conservação e valorização da estrutura ecológica e património natural	Avaliação do cumprimento dos objetivos de conservação da estrutura ecológica, das áreas classificadas e de outros valores do património natural (espécies, habitats, valores geológicos)
4.3 Valorização da paisagem	Avaliação da qualidade da paisagem bem como da promoção de atividades de valorização paisagística
FCD # 5 Energia e alterações climáticas	
Objetivo: Promoção de uso eficiente da energia, do aproveitamento de energias renováveis e da adaptação do território e das atividades às alterações climáticas	
Critérios de avaliação	Descrição
5.1 Eficiência energética	Avaliação da intensidade energética e das emissões de CO ₂ por setor de consumo e por habitante e da qualidade de serviço

5.2 Aproveitamento de energias renováveis	Avaliação da utilização do potencial para a produção de energia a partir de fontes renováveis no território do concelho, nomeadamente a biomassa e o vento
5.3 Adaptação às alterações climáticas	Avaliação da concretização de programas de ação para a adaptação às alterações climáticas

Quadro 4.6 – Critérios de avaliação e indicadores, por FCD

FCD # 1 Economia, emprego e qualificação humana	
Critérios de avaliação	Indicadores
1.1 Promoção da procura e diversificação da oferta turística	1.1.1 Procura turística (n.º de turistas)
	1.1.2 Permanência média dos turistas (dias)
	1.1.3. Atividades realizadas (índice de diversidade)
	1.1.4 Capacidade de alojamento (n.º de camas por tipologia de unidades de alojamento)
	1.1.5 Taxa de ocupação das unidades de alojamento ao longo do ano
1.2 Qualificação de serviços de apoio à população e às empresas	1.2.1 Diversidade e nível dos serviços públicos de atendimento à população e empresas
	1.2.2 Capacidade de atendimento público à população e empresas (tempo médio de resposta às solicitações, presenciais e por outras vias)
1.3 Otimização dos parques empresariais existentes	1.3.1 Taxa de ocupação dos parques empresariais (% de área)
	1.3.2 Criação de fileiras industriais (número de unidades com a mesma especialização por parque empresarial, em % do total de unidades)
1.4 Criação e qualificação de emprego	1.4.1 Criação líquida de emprego, por setor de atividade (%)
	1.4.2 Taxa de atividade (total e por género)
	1.4.3 Qualificações profissionais (% formações superiores e especializadas e nível das renumerações médias por setor de atividade e por género)
1.5 Promoção da educação, formação e investigação	1.5.1 Procura de ações de educação e formação (n.º de inscritos, total e por área de formação)
	1.5.2 Oferta de equipamentos educativos, por nível de formação e por área (n.º de vagas)
	1.5.3 Investimento em atividades de investigação e desenvolvimento (€)

	1.5.4 Investimento em ações de melhoria das competências linguísticas e de serviços de apoio turístico, enquadradas no âmbito da presença do Santuário de Fátima (€)
1.6 Valorização económica do espaço rural	1.6.1 Investimentos anuais em unidades de exploração agrícola (vinha, olival, culturas arvenses de regadio e hortícolas), equipamentos e infraestruturas de apoio à atividade agrícola e florestal (ex. logística, formação, etc.), e em áreas florestais (€)
	1.6.2 Áreas de produção de produtos agrícolas relevantes ou de qualidade diferenciada (vinho e azeite, outras produções) (ha)
	1.6.3 Evolução da SAU (ha)
	1.6.4 Investimento em atividades turísticas e de lazer em espaço rural, como parques e circuitos temáticos e unidades de alojamento (€)
FCD # 2 Qualificação urbana, qualidade de vida, qualidade do ambiente, saúde e prevenção de riscos	
Critérios de avaliação	Indicadores
2.1 Contenção da dispersão urbana	2.1.1 Área das parcelas edificadas / área total dos perímetros urbanos (%)
	2.1.2 População residente em lugares com menos de 30 habitantes e isolados (%)
	2.1.3 Densidade populacional no solo urbano (hab./ha)
2.2 Melhoria do sistema de transporte	2.2.1 Capacidade de transporte nos vários modos (rodoviário, ferroviário, aéreo) (n.º de passageiros)
	2.2.2 Fluidez das ligações rodoviárias internas (tempos médios de percurso entre pontos extremos e a sede do concelho)
	2.2.3 Extensão da rede de transportes escolares (km)
	2.2.4 Acessibilidade dos utilizadores às modalidades de transportes públicos (% da população a menos de 400 m das paragens, nas áreas residenciais e (% da população a menos de 800 m das paragens, nas áreas de baixa densidade populacional)
	2.2.5 Repartição modal transporte individual / transporte coletivo no concelho (%)
	2.2.6 Extensão de vias cicláveis/pedestres (km)
2.3 Qualificação urbana e da paisagem	2.3.1 Estado de conservação da estrutura ecológica urbana (escala qualitativa)
	2.2.2 N.º de reconstruções por 100 construções novas (%)
	2.2.3 Estado de conservação do edificado, incluindo condições de habitabilidade (escala qualitativa)

	2.2.4 Grau de cobertura dos equipamentos públicos por tipologia (escala qualitativa)
2.4 Promoção da qualidade do ambiente, saúde e bem-estar	2.4.1 Nível de atendimento de abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais (%)
	2.4.2 Frequência de registos insatisfatórios no âmbito do Programa de Vigilância Sanitária da Água Destinada ao Consumo Humano, do Programa de Vigilância Sanitária das Águas Minerais Naturais e de Nascente e do Programa de Vigilância da Qualidade da Água em Zonas Balneares (%)
	2.4.3 População sujeita a níveis de ruído ou de poluição atmosférica superior aos limites legais (n.º de pessoas)
	2.4.4 Condições de acessibilidade a equipamentos de saúde (escala qualitativa)
	2.4.5 Capitação de espaços verdes (m ² /1000 hab.)
	2.4.6 Capitação de médicos (n.º de médicos/1000 hab.)
2.5 Prevenção de riscos	2.5.1 Ocupação humana em áreas de riscos naturais (n.º de hab.)
	2.5.2 Acidentes registados devido a causas naturais, como inundações e incêndios, por ano (n.º de vítimas e de desalojados)
	2.5.3 Acidentes de tráfego por ano (n.º de vítimas mortais/10.000 hab.)
	2.4.4 Acidentes profissionais por ano (n.º de vítimas mortais e de incapacitação profissional/10.000 hab)
FCD # 3 Património cultural	
Critérios de avaliação	Indicadores
3.1 Valorização do património cultural, designadamente o religioso associado às Aparições de Fátima	3.1.1. N.º e distribuição de visitantes /ano dos equipamentos e monumentos religiosos associados às Aparições
	3.1.2 N.º de postos de atendimento /n.º de visitantes
	3.1.3 Investimento em ações de valorização artística e cultural do património associado às Aparições, incluindo inclusão em rotas de turismo religioso (€)
3.2 Valorização do património cultural material	3.2.1 N.º de visitantes/ano de monumentos históricos e museus do concelho
	3.2.2 Classificação de património e estabelecimento de zonas de proteção (n.º de elementos classificados e de zonas de proteção)
	3.2.3 Investimento na inventariação e conservação de elementos patrimoniais (€)
	3.2.4 Criação, ou integração, de roteiros monumentais regionais, nacionais ou internacionais (€)

3.3 Promoção da identidade de Ourém	3.3.1 Investimento na inventariação, estudo e promoção das formas e expressões culturais do concelho, incluindo as etnográficas e de artesanato e outros produtos de base local (€)
FCD # 4 Recursos naturais e património natural	
Critérios de avaliação	Indicadores
4.1 Gestão sustentável de recursos naturais	4.1.1 Investimento na gestão ambiental (incluindo recuperação ambiental e integração paisagística) de áreas de exploração de depósitos e massas minerais (€)
	4.1.2 Utilização de áreas de RAN para usos não agrícolas (ha)
	4.1.3 Impermeabilização dos solos (ha)
	4.1.4 Cumprimento dos objetivos de qualidade das massas de água, tal como definidos nos PGRH (%)
4.2 Conservação e valorização da estrutura ecológica e património natural	4.2.1 Integridade da estrutura ecológica municipal e das áreas classificadas (incluindo a REN) (índice de integridade)
	4.2.2 Estado de conservação de espécies, habitats e valores geológicos (escala qualitativa)
	4.2.3 Investimento na inventariação, estudo, valorização e conservação do património biológico e geológico (€)
4.3 Paisagem	4.3.1 Grau de conservação das paisagens mais significativas (escala qualitativa)
	4.3.2 Áreas degradadas e principais intrusões visuais (pedreiras abandonadas e não recuperadas, lixeiras, aterros/escavações, áreas de depósito de entulhos, etc.) (ha)
FCD # 5 Energia e alterações climáticas	
Critérios de avaliação	Indicadores
5.1 Eficiência energética	5.1.1 Emissão de CO ₂ equivalente (g CO ₂ eq./hab. ou por km/passageiro ou por kWh produzido)
	5.1.2 Investimento em programas de eficiência energética (€)
	5.1.3 Frequência e duração de interrupções do fornecimento de eletricidade (n.º e horas)
5.2 Aproveitamento de energias renováveis	5.2.1 Aproveitamento do potencial para a produção de energia a partir de fontes renováveis no território do concelho (%)
5.3 Adaptação às alterações climáticas	5.3.1 Investimento em estudos e programas de adaptação às alterações climáticas, nomeadamente aos riscos de cheia e de incêndio associados (€)

As fontes de informação para os indicadores consistirão em dados estatísticos constantes de bases de dados e de organismos especializados (p. ex. o INE), registos do município ou de outras entidades, em procedimentos já estabelecidos ou especificamente para os efeitos pretendidos, e em observações ou inquéritos diretos realizados para este fim. Nalguns casos, deverão ser apreciações qualitativas por peritos. No **Quadro 4.7** explicitam-se as fontes de informação e as metodologias de cálculo dos vários indicadores.

Quadro 4.7 – Fontes de informação e metodologias de cálculo dos indicadores

Indicadores	Fontes de informação e metodologias
1.1.1 Procura turística (n.º de turistas)	INE (“Estatísticas do Turismo”)
1.1.2 Permanência média dos turistas (dias)	INE (“Estatísticas do Turismo”)
1.1.3. Atividades realizadas (índice de diversidade)	Registos municipais e Turismo Centro de Portugal
1.1.4 Capacidade de alojamento (n.º de camas por tipologia de unidades de alojamento)	INE (“Estatísticas do Turismo”)
1.1.5 Taxa de ocupação das unidades de alojamento ao longo do ano	INE (“Estatísticas do Turismo”)
1.2.1 Diversidade e nível dos serviços públicos de atendimento à população e empresas	Registos municipais
1.2.2 Capacidade de atendimento público à população e empresas (tempo médio de resposta às solicitações, presenciais e por outras vias)	Registos dos serviços de atendimento
1.3.1 Taxa de ocupação dos parques empresariais	Registos municipais (SIG)
1.3.2 Criação de fileiras industriais (número de unidades com a mesma especialização por parque empresarial, em % do total de unidades)	Registos municipais (SIG)
1.4.1 Criação líquida de emprego, por setor de atividade (%)	Ministério da Economia (“Quadros de pessoal”)
1.4.2 Taxa de atividade (total e por género)	Estatísticas INE
1.4.3 Qualificações profissionais (% formações superiores e especializadas e nível das remunerações médias por setor de atividade e por género)	Ministério da Economia (“Quadros de pessoal”)
1.5.1 Procura de ações de educação e formação (n.º de inscritos, total e por área de formação)	Agrupamentos de Escolas e estabelecimentos de ensino e formação profissional
1.5.2 Oferta de equipamentos educativos, por nível de ensino e por área (n.º de vagas)	Agrupamentos de Escolas

Indicadores	Fontes de informação e metodologias
1.5.3 Investimento em atividades de investigação e desenvolvimento (€)	Estatísticas da Educação e Ciência
1.5.4 Investimento em ações de melhoria das competências linguísticas e de serviços de apoio turístico, enquadradas no âmbito da presença do Santuário de Fátima (€)	Agrupamentos de Escolas e estabelecimentos de ensino e formação profissional
1.6.1 Investimentos anuais em unidades de exploração agrícola (vinha, olival, culturas arvenses de regadio e hortícolas), equipamentos e infraestruturas de apoio à atividade agrícola e florestal (ex. logística, formação, etc.), e em áreas florestais (€)	Registos municipais, INE, Instituto da Vinha e do Vinho
1.6.2 Áreas de produção de produtos agrícolas relevantes ou de qualidade diferenciada (vinho e azeite, outras produções) (ha)	Registos municipais (SIG), INE, Instituto da Vinha e do Vinho
1.6.3 Evolução da SAU (ha)	INE
1.6.4 Investimento em atividades turísticas e de lazer em espaço rural, como parques e circuitos temáticos e unidades de alojamento (€)	Registos municipais, Turismo Centro de Portugal
2.1.1 Área das parcelas edificadas / área total dos perímetros urbanos (%)	Registos municipais (SIG)
2.1.2 População residente em lugares com menos de 30 habitantes e isolados (%)	Registos municipais
2.1.3 Densidade populacional no solo urbano (hab./ha)	Registos municipais
2.2.1 Capacidade de transporte nos vários modos (rodoviário, ferroviário, aéreo) (n.º de passageiros)	Registos dos operadores de transporte público
2.2.2 Fluidez das ligações rodoviárias internas (tempos médios de percurso entre pontos extremos e a sede do concelho)	Registos municipais (SIG) e dos operadores de transporte rodoviário
2.2.3 Extensão da rede de transportes escolares (km)	Registos municipais (SIG), do Agrupamento de Escolas e dos operadores de transporte público
2.2.4 Acessibilidade dos utilizadores às modalidades de transportes públicos (% da população a menos de 400 m das paragens, nas áreas residenciais e (% da população a menos de 800 m das paragens, nas áreas de baixa densidade populacional)	Registos municipais (SIG); Metodologia baseada em Queensland Government (1997) e Murray <i>et al.</i> (1998) in “Localização Ótima de Paragens de Autocarro: Modelos de Cobertura” (Pinheiro e Barreto, 2008)
2.2.5 Repartição modal transporte individual / transporte coletivo no concelho (%)	Estatísticas INE

Indicadores	Fontes de informação e metodologias
2.2.6 Extensão de vias cicláveis/pedestres (km)	Registos municipais (SIG)
2.3.1 Estado de conservação da estrutura ecológica urbana (escala qualitativa)	Registos municipais de reclamações
2.2.2 N.º de reconstruções por 100 construções novas (%)	Registos municipais
2.2.3 Estado de conservação do edificado, incluindo condições de habitabilidade (escala qualitativa)	Relatório periódico por peritos
2.2.4 Grau de cobertura dos equipamentos públicos por tipologia (escala qualitativa)	Registos municipais
2.4.1 Nível de atendimento de abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais (%)	INE - Estatísticas da população e do ambiente, concessionários de abastecimento de água e de gestão de águas residuais
2.4.2 Frequência de registos insatisfatórios no âmbito do Programa de Vigilância Sanitária da Água Destinada ao Consumo Humano, do Programa de Vigilância Sanitária das Águas Minerais Naturais e de Nascente e do Programa de Vigilância da Qualidade da Água em Zonas Balneares (%)	Registos dos programas referidos
2.4.3 População sujeita a níveis de ruído ou de poluição atmosférica superior aos limites legais (n.º de pessoas)	Relatório periódico por peritos
2.4.4 Condições de acessibilidade a equipamentos de saúde (escala qualitativa)	Registos municipais
2.4.5 Capitação de espaços verdes (m ² /1000 hab.)	Registos municipais (SIG), INE – Estatísticas da população
2.4.6 Capitação de médicos (n.º de médicos/1000 hab.)	Registos municipais, INE – Estatísticas da população
2.5.1 Ocupação humana em áreas de riscos naturais (n.º de hab.)	Registos municipais (SIG)
2.5.2 Acidentes registados devido a causas naturais, como inundações e incêndios, por ano (n.º de vítimas e de desalojados)	Registos municipais
2.5.3 Acidentes de tráfego por ano (n.º de vítimas mortais/10.000 hab.)	Estatísticas PSP e GNR
2.4.4 Acidentes profissionais por ano (n.º de vítimas mortais e de incapacitação profissional/10.000 hab)	Estatísticas de acidentes de trabalho

Indicadores	Fontes de informação e metodologias
3.1.1. N.º e distribuição de visitantes /ano dos equipamentos e monumentos religiosos associados às Aparições	Registos do Santuário de Fátima
3.1.2 N.º de postos de atendimento /n.º de visitantes	Registos do Santuário de Fátima
3.1.3 Investimento em ações de valorização artística e cultural do património associado às Aparições, incluindo inclusão em rotas de turismo religioso (€)	Registos do Santuário de Fátima
3.2.1 N.º de visitantes/ano de monumentos históricos e museus do concelho	Registos das entidades gestoras dos monumentos
3.2.2 Classificação de património e estabelecimento de zonas de proteção (n.º de elementos classificados e de zonas de proteção)	Base de dados da DGPC
3.2.3 Investimento na inventariação e conservação de elementos patrimoniais (€)	Orçamento municipal, Informação da DGPC e da DGPC, Informação de outras entidades proprietárias ou gestoras de elementos patrimoniais
3.2.4 Criação, ou integração, de roteiros monumentais regionais, nacionais ou internacionais (€)	Registos municipais, informação da DGPC e da DGPC, informação de outras entidades
3.3.1 Investimento na inventariação, estudo e promoção das formas e expressões culturais do concelho, incluindo as etnográficas e de artesanato e outros produtos de base local (€)	Orçamento municipal, informação da DGPC e da DGPC, informação de outras entidades
4.1.1 Investimento na gestão ambiental (incluindo recuperação ambiental e integração paisagística) de áreas de exploração de depósitos e massas minerais (€)	Estado do Ambiente/ INE, informação da DGEG, Orçamento municipal
4.1.2 Utilização de áreas de RAN para usos não agrícolas (ha)	Informação da Entidade Regional da RAN
4.1.3 Impermeabilização dos solos (ha)	Registos municipais (SIG)
4.1.4 Cumprimento dos objetivos de qualidade das massas de água, tal como definidos nos PGRH (%)	Relatórios da Monitorização (APA-ARH)
4.2.1 Integridade da estrutura ecológica municipal e das áreas classificadas (incluindo a REN) (índice de integridade)	Relatórios periódicos por peritos
4.2.2 Estado de conservação de espécies, habitats e valores geológicos (escala qualitativa)	Relatórios periódicos por peritos
4.2.3 Investimento na inventariação, estudo, valorização e conservação do património biológico e geológico (€)	Estado do Ambiente/ INE, informação do ICNF, Orçamento municipal

Indicadores	Fontes de informação e metodologias
4.3.1 Grau de conservação das paisagens mais significativas (escala qualitativa)	Relatórios periódicos por peritos
4.3.2 Áreas degradadas e principais intrusões visuais (pedreiras abandonadas e não recuperadas, lixeiras, aterros/escavações, áreas de depósito de entulhos, etc.) (ha)	Registos municipais (SIG)
5.1.1 Emissão de CO ₂ equivalente (g CO ₂ eq./hab. ou por km/passageiro ou por kWh produzido)	Estatísticas da energia, da população, dos transportes e económicas (INE), Relatórios periódicos por peritos
5.1.2 Investimento em programas de eficiência energética (€)	Orçamento municipal, informação de outras entidades
5.1.3 Frequência e duração de interrupções do fornecimento de eletricidade (n.º e horas)	EDP Distribuição
5.2.1 Aproveitamento do potencial para a produção de energia a partir de fontes renováveis no território do concelho (%)	Informação da DGEG, Relatórios periódicos por peritos
5.3.1 Investimento em estudos e programas de adaptação às alterações climáticas, nomeadamente aos riscos de cheia e de incêndio associados (€)	Orçamento municipal, informação de outras entidades

5. QUADRO DE GOVERNANÇA

Este capítulo tem como objetivo a análise das responsabilidades políticas e institucionais, ou seja, a identificação dos agentes – instituições governamentais e não-governamentais e elementos do público interessado – das suas responsabilidades e dos mecanismos de cooperação institucional, incluindo instrumentos de governança.

No **Quadro 5.1** identificam-se os agentes, as áreas de competência e responsabilidade – no caso das autoridades – ou de interesse – no caso do público interessado, e os instrumentos de governança aplicáveis.

Quadro 5.1 – Agentes, áreas de competência e responsabilidade ou de interesse e instrumentos de governança

Agentes	Áreas de competência e responsabilidade ou de interesse	Instrumentos de governança
Câmara Municipal de Ourém (CMO)	Elaboração e gestão do PDM e de outros PMOT Promoção do envolvimento público durante a elaboração e a execução do PDM e de outros PMOT Licenciamento e fiscalização de operações urbanísticas Investimento em infraestruturas e qualificação do espaço público Gestão do ambiente (resíduos e limpeza pública, águas, águas residuais, ruído, qualidade do ar) Gestão do espaço público (arruamentos, estacionamento, espaços verdes) Promoção do incremento dos transportes públicos e da mobilidade sustentável, incluindo os modelos de mobilidade associados ao transporte a pedido Planeamento, ações de prevenção e redução de riscos e atuação de socorro em caso de acidentes naturais (nomeadamente cheias, movimentos de vertentes, sismos, incêndio florestal) ou tecnológicos (acidentes industriais, incêndio urbano), a nível municipal Promoção económica, turística, cultural, desportiva Promoção da saúde pública Apoio social	PDM, outros PMOT e regime jurídico dos IGT Instrumentos de participação pública Regime jurídico da urbanização e edificação Planos de atividades Regulamentos Municipais Plano de Emergência de Proteção Civil Municipal Plano Municipal de Redução do Ruído Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios Protocolos de cooperação para a execução e o seguimento do PDM Instrumentos de participação pública
Assembleia Municipal de Ourém	Aprovação do PDM e de outros PMOT Aprovação de planos de atividades e de Regulamentos Municipais Aprovação dos projetos estratégicos	PDM, outros PMOT e regime jurídico dos IGT Planos de atividades Regulamentos Municipais

Agentes	Áreas de competência e responsabilidade ou de interesse	Instrumentos de governança
Juntas de Freguesia	Gestão do ambiente (limpeza pública) Gestão do espaço público Promoção económica, turística, cultural, desportiva Apoio social	Planos de atividades Protocolo de cooperação para a execução e o seguimento do PDM
CCDR	Colaboração com o Município e outras entidades na elaboração e gestão do PDM e outros PMOT Gestão de fundos comunitários Colaboração com o Município e outras entidades na gestão de aspetos ambientais específicos (ruído, qualidade do ar)	PDM, outros PMOT e regime jurídico dos IGT Quadro comunitário de apoio Protocolo de cooperação para a execução e o seguimento do PDM
ARS-LVT	Colaboração com o Município e outras entidades na elaboração e gestão do PDM e outros PMOT Promoção da saúde pública Vigilância do nível sanitário do concelho	PDM, outros PMOT e regime jurídico dos IGT Legislação sobre saúde pública e circulares da Direção-Geral de Saúde Protocolo de cooperação para a execução e o seguimento do PDM
APA: ARH-Tejo e Oeste e ARH-Centro	Colaboração com o Município e outras entidades na elaboração e gestão do PDM e outros PMOT Gestão dos recursos hídricos e do domínio hídrico Prevenção e gestão dos riscos naturais ligados aos recursos hídricos (cheias)	PDM, outros PMOT e regime jurídico dos IGT Regime jurídico dos recursos hídricos e do domínio hídrico Protocolo de cooperação para a execução e o seguimento do PDM
ANPC	Colaboração com o Município e outras entidades na elaboração e gestão do PDM e outros PMOT Planeamento, ações de prevenção e redução de riscos e atuação de socorro em caso de acidentes naturais (nomeadamente cheias naturais, movimentos de vertentes, sismos, incêndio florestal) ou tecnológicos (acidentes industriais, incêndio urbano)	PDM, outros PMOT e regime jurídico dos IGT Plano de Emergência de Proteção Civil Distrital Protocolo de cooperação para a execução e o seguimento do PDM
DGPC	Colaboração com o Município e outras entidades na elaboração e gestão do PDM e de outros PMOT Gestão do património cultural Promoção do património cultural	PDM, outros PMOT e regime jurídico dos IGT Regimes jurídicos de proteção e valorização do património cultural Protocolo de cooperação para a execução e o seguimento do PDM

Agentes	Áreas de competência e responsabilidade ou de interesse	Instrumentos de governança
ICNF	<p>Colaboração com o Município e outras entidades na elaboração e gestão do PDM e de outros PMOT</p> <p>Conservação da natureza e da paisagem, em particular de habitats naturais e seminaturais e de espécies protegidas</p> <p>Controlo de espécies exóticas com comportamento invasor</p> <p>Gestão do PNSAC, do Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios e do SIC Sicó/Alvaiázere</p>	<p>PDM, outros PMOT e regime jurídico dos IGT</p> <p>Regime jurídico da conservação da natureza</p> <p>Legislação sobre espécies exóticas</p> <p>POPNSAC</p> <p>Plano Setorial da Rede Natura 2000</p> <p>Protocolo de cooperação para a execução e o seguimento do PDM</p>
IMT	<p>Regulamentação técnica, de licenciamento, coordenação, fiscalização e planeamento no setor dos transportes terrestres e respetivas infraestruturas</p> <p>Planeamento da rede rodoviária nacional, no âmbito das políticas de planeamento dos transportes e de ordenamento do território</p> <p>Mobilidade</p>	<p>Acompanhamento dos planos de mobilidade e das intervenções na rede rodoviária nacional</p>
ANAC	<p>Licenciamento e certificação do Aeródromo de Fátima e da pista de ultraleves de Pias Longas</p>	<p>Regime jurídico da certificação de aeroportos e aeródromos</p>
Municípios limítrofes	<p>Articulação e sinergias das políticas municipais de ordenamento do território e dos investimentos</p>	<p>Parcerias e protocolos de cooperação</p>
Residentes e proprietários no território do Município de Ourém e respetivas associações	<p>Âmbito geral de aplicação do PDM</p>	<p>Instrumentos de participação pública</p>
Santuário de Fátima	<p>Gestão do Santuário</p>	<p>Parcerias e protocolos de cooperação</p>
Fundação da Casa de Bragança	<p>Gestão do património da Vila Medieval</p>	<p>Parcerias e protocolos de cooperação</p>
Concessionários de transportes e de outros serviços públicos	<p>Âmbito dos respetivos contratos de concessão</p>	<p>Parcerias e protocolos de cooperação</p> <p>Plano de Mobilidade</p> <p>Plano Municipal de Redução do Ruído</p>

Agentes	Áreas de competência e responsabilidade ou de interesse	Instrumentos de governança
Empresários e associações empresariais	Âmbito geral de aplicação do PDM, em particular relativas a investimentos empresariais	Instrumentos de participação pública Parcerias e protocolos de cooperação
ONGs de defesa do ambiente e do património cultural	Políticas de gestão do território e conservação da natureza	Instrumentos de participação pública Parcerias e protocolos de cooperação
Associações locais, desportivas, culturais e recreativas	Políticas de gestão do território relacionadas com a cultura e o desporto	Instrumentos de participação pública Parcerias e protocolos de cooperação

6. AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA

6.1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo estrutura-se em secções correspondentes aos cinco FCD definidos:

- FCD1 - Economia, emprego e qualificação humana;
- FCD2 – Qualificação urbana, qualidade de vida, qualidade do ambiente, saúde e prevenção de riscos;
- FCD3 - Património cultural;
- FCD4 - Recursos naturais e património natural;
- FCD5 - Energia e alterações climáticas.

Em cada secção procede-se a uma análise de tendências, incluindo a elaboração de uma análise SWOT, a uma avaliação das opções estratégicas e à proposta de diretrizes para o seguimento.

A análise SWOT inclui uma matriz que correlaciona os pontos fortes e os pontos fracos (internos ao sistema, determinados pelas suas características próprias) com as oportunidades e as ameaças (externas ao sistema, determinadas pelas características do contexto), conforme apresentado no **Quadro 6.1**.

Quadro 6.1 – Análise SWOT

	Pontos fortes	Pontos fracos
Oportunidades	Áreas de prioridade – como usar os pontos fortes para tirar benefício das oportunidades	Potenciais opções – como superar os pontos fracos para tirar benefício das oportunidades
Ameaças	Proteção – como fazer uso dos pontos fortes para reduzir as ameaças (e transformá-las em oportunidades)	Risco potencial – como tratar os pontos fracos que tornam as ameaças em realidade

As opções estratégicas constituem as medidas previstas no Plano, indicadas no Quadro 3.1. Cada uma destas medidas é avaliada, utilizando os critérios definidos no capítulo 4 para cada FCD, utilizando a seguinte escala qualitativa:

Muito favorável	Favorável	Neutro	Desfavorável	Muito desfavorável

6.2 FCD1 – ECONOMIA, EMPREGO E QUALIFICAÇÃO HUMANA

6.2.1 *Análise de tendências e SWOT*

O concelho de Ourém faz parte do distrito de Santarém e integra a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo - CIMT (com Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Sertão, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha), ocupando, em ambos os casos, uma situação relativamente excêntrica em relação ao centro geográfico destes territórios.

Ainda assim, e por referência à CIMT, compensa de algum modo essa localização marginal com a sua dimensão, sendo o terceiro concelho em área e o mais populoso deste agrupamento de concelhos, situação que se tem mantido constante ao longo das últimas décadas e que se prevê que tenha continuidade, dada a relativa estabilidade demográfica apresentada por Ourém, apesar do crescente envelhecimento da sua população, quer na base quer no topo das pirâmides etárias.

As principais acessibilidades rodoviárias ao concelho localizam-se na parte sudoeste e central do seu território, com o nó de Fátima da A1 e três nós do IC9, um dos quais relativamente próximo à cidade de Ourém. Deve referir-se que, no entanto, não existe interligação entre essas duas vias de primeiro nível, que apenas se cruzam fora do concelho, já no concelho de Leiria embora poucos quilómetros a norte do nó de Fátima da A1, o que diminui a potencialidade de circulações e de acessibilidades supra-regionais de que Ourém poderia dispor.

A sul (A23), a nascente (A13) e a norte (IC8) do concelho de Ourém, mas fora deste, localizam-se outras três vias rodoviárias de primeiro nível, que poderiam igualmente, com melhor articulação da rede viária, aumentar substancialmente as ligações a Ourém.

A rede viária interna ao concelho tem como principais suportes as EN 113, ER 349, EM 357, ER 356, EM 360 e diversas estradas municipais, formando uma rede relativamente densa mas com algumas limitações no nível de serviço, devido ao perfil das vias e ao acidentado dos percursos, o que onera as deslocações internas e dificulta a separação e vocação de tráfegos, entre deslocações pendulares e de passagem e entre tráfego de pesados (quer de mercadorias, devido às atividades económicas do concelho, quer de passageiros, devido à atratividade do Santuário de Fátima) e de ligeiros. Não está instalada nenhuma rede de circulação para mobilidade ligeira, nomeadamente ciclovias, mas esta situação está já considerada no Plano no âmbito da promoção de modos suaves de deslocação.

A acessibilidade ferroviária também é potencialmente boa, através da estação de Caxarias e do apeadeiro de Seiça, na Linha do Norte, embora se encontrem a alguns quilómetros dos principais centros urbanos que pretendem servir.

A sul de Fátima, próximo à localidade de Giesteira, existe um aeródromo que não está certificado nem aprovado pelas autoridades da aviação civil, embora já tenha sido utilizado para apoio a deslocações especiais a Fátima, como no caso das visitas papais, servindo também de apoio a operações de proteção civil, nomeadamente para combate a incêndios florestais.

A reconfiguração deste aeródromo para aeroporto regional poderá constituir uma medida estruturante com efeitos diretos na atividade económica, sobretudo relacionada com a logística e com o turismo, repercutindo-se, incluindo enquanto oportunidades e riscos, nas mais variadas dimensões sociais e ambientais deste território.

A sul, próximo ao Sobral,, existe uma pista de ultraleves, que além da aviação recreativa permite igualmente apoiar operações de proteção civil.

Em termos de atividade económica, trata-se de um concelho com uma estrutura produtiva relativamente diversificada, com predomínio das atividades ligadas ao comércio, à construção civil, à indústria transformadora e ao alojamento e restauração, sendo nestes últimos subsectores que mais se faz sentir a importância da atratividade turística do concelho.

A indústria transformadora é o setor de atividade com maior peso no emprego local; destacam-se cinco subsectores: fabricação de produtos metálicos, fabricação de mobiliário e colchões, indústrias da madeira e da cortiça, indústrias alimentares e fabricação de outros produtos minerais não metálicos. Este último é o mais relevante em termos de faturação.

As outras atividades económicas com peso no emprego são a construção, o comércio, a hotelaria, sobretudo por efeito do turismo religioso centrado no Santuário de Fátima, como referido, e a saúde humana e apoio social.

O concelho dispõe de várias áreas de localização industrial, parte das quais se encontra longe de esgotar a capacidade de instalação, encontrando-se, ainda, algumas unidades entretanto desativadas, criando ineficiências e o surgimento de áreas expectantes; prevê-se uma maior contenção e concentração neste tipo de áreas, para melhor otimização do seu serviço e a geração de complementaridades e articulações de fileira. Pode considerar-se que o potencial positivo que representaria a disseminação de áreas industriais por vários locais do concelho não se concretizou ao longo dos últimos anos, tendência que se deverá procurar contrariar.

A agricultura tem uma importância reduzida (apenas cerca de 1% do emprego no concelho), embora o olival ainda tenha bastante expressão e surja, com algum significado, a produção vitivinícola. A floresta de produção (pinhal e eucaliptal) ocupa grandes áreas, sobretudo na parte norte do concelho onde chega a ultrapassar 50% da área do território. Ainda predomina uma agricultura familiar, com propriedades de pequena dimensão e uma relativa escassez de bons solos agrícolas.

A indústria extrativa está sobretudo representada por pedreiras de calcário na zona sul do concelho, algumas delas de pequena dimensão e muito próximas a aglomerados e zonas habitacionais, o que leva à ocorrência de disfunções ambientais nas zonas habitacionais mais próximas, nomeadamente situações de poluição atmosférica.

Em termos de empresas no concelho, 2% pertencem ao setor primário, 28% ao secundário e 70% ao terciário. Esta distribuição relativa não se deve apenas a um menor emprego no setor primário mas sobretudo à escassa estrutura empresarial neste setor, onde ainda predomina uma agricultura familiar e de pequena escala relacionada com a grande fragmentação da propriedade e o tipo de produções predominantes, apesar da crescente importância de algumas produções com maior potencial de valorização nos últimos anos, como o azeite e o vinho, como já foi referido.

O total de empresas no concelho de Ourém ultrapassa as cinco mil, quase 20% do total de empresas do Médio Tejo, sendo naturalmente o concelho que tem maior número de empresas constituídas, tendência que se tem mantido ao longo das últimas décadas.

Esta dimensão e diversidade e um relativo dinamismo das atividades económicas é gerador de um grande volume de emprego, com mais de metade da população ativa empregada, no entanto não tem uma tradução direta nas remunerações médias dos trabalhadores, ocupando o concelho de Ourém apenas o sexto lugar nos ganhos médios mensais do trabalho na CIMT, em 2016. Ainda assim, verifica-se uma tendência, ainda que lenta, para um ganho relativo nas remunerações médias concelhias face ao Médio Tejo nos últimos anos: embora Ourém se mantenha abaixo da média da NUTS III, os valores do último ano estão muito mais próximos desse valor da sub-região que no início da década. Mantém-se, no entanto, uma discrepância próxima dos 12,5% entre o ganho médio mensal por sexo, no mesmo ano de 2016, superior à média da sub-região.

Também ao longo destes últimos anos assistiu-se a uma desvalorização relativa do valor do trabalho no setor terciário, que em 2009 estava acima da média concelhia e que foi ultrapassado, neste aspeto, pelas remunerações no setor industrial. As remunerações do trabalho no setor primário têm-se mantido consideravelmente abaixo dos restantes setores.

Aliás, atendendo aos valores do poder de compra concelhio em 2015, último ano publicado pelo INE, o concelho de Ourém fica ligeiramente abaixo da média da CIMT, com 83,23 (71,15 em 2001) contra 87,40 (81,07 em 2001), respetivamente, que lhe dá apenas uma posição intermédia no conjunto de concelhos que Ourém integra, embora a tendência ao longo da última década seja a de uma crescente convergência, quer em relação ao Médio Tejo quer em relação à média nacional.

Em relação à formação desse poder de compra, o mesmo estudo do INE isola o efeito dos rendimentos com origem exterior ao concelho, predominantemente de origem turística, surgindo aqui Ourém bastante

destacado dos restantes concelhos (em 2015, apenas Ferreira do Zêzere apresentava também um valor positivo de FDR, mas inferior a Ourém), o que evidencia a importância do Santuário de Fátima no concelho e na região, não sendo, de qualquer modo, o único valor a referir para a atratividade turística. Ainda assim, a importância relativa dos rendimentos originados pelos fluxos turísticos na formação dos rendimentos no concelho tem vindo a diminuir nos últimos anos, o que evidencia um reforço progressivo da geração interna de valor.

Para apoio às empresas e aos cidadãos, Ourém dispõe de serviços de Espaço Cidadão, que incluem o Balcão Único e o Balcão do Empreendedor, e uma empresa municipal, Ouremviva, que tem nas suas atribuições “a promoção do desenvolvimento local e a dinamização e crescimento do tecido económico e empresarial do Concelho”.

No campo da formação profissional e da orientação para o emprego, o município estabeleceu uma parceria com a Insignare e o IEFP, criando um Gabinete de Inserção Profissional, sobretudo vocacionado para a resolução de situações de desemprego e de procura de mão-de-obra.

O concelho de Ourém possui dois ativos com projeção internacional: o Santuário de Fátima (a que se pode juntar a rede de locais e museus relacionados com as Aparições) e o Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios. A uma escala de interesse mais confinada mas igualmente com grande potencial de valorização, temos o Castelo de Ourém e o respetivo núcleo histórico e os valores naturais associados ao maciço calcário da serra de Aire, integrando parte do concelho (a sul e poente) o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e, noutra área (a nordeste), o Sítio Sicó-Alvaiázere que inclui a nascente do Agroal.

A rede educativa concelhia apresenta uma boa cobertura ao nível do jardim de infância e ensino básico, mas há apenas um estabelecimento com valência do ensino secundário (escola secundária com 3º ciclo) na rede pública e outros dois na rede não-pública, estes em Fátima, todos com uma elevada taxa de ocupação.

Deve referir-se também a existência de uma escola de formação profissional em Ourém, com uma diversidade considerável de áreas de formação, que tem um pólo em Fátima, especializado nas áreas de formação turística e de restauração, e que apresenta uma elevada capacidade de atração de formandos, ultrapassando o nível do município.

Existem ainda alguns outros estabelecimentos privados de ensino, nomeadamente de línguas, o que reforça a formação com ligações às competências profissionais na área do turismo.

Ourém apresenta ainda uma situação privilegiada em termos de relações territoriais. Embora integrando a CIMT, estabeleceu ao longo do tempo relações privilegiadas com Leiria e outros concelhos vizinhos desse distrito, nomeadamente Batalha, o que aproxima das áreas litorais, e a componente religiosa relacionada

com as Aparições de Fátima acentuou essa relação, integrando a diocese de Leiria – Fátima, e não a de Santarém.

Nos últimos anos, com a valorização dos elementos culturais e do turismo patrimonial, Ourém passou ainda a fazer parte de outras relações territoriais, como o chamado Arco Monumental Óbidos-Alcobaça-Batalha-Ourém-Tomar-Almourol-Santarém e o chamado Triângulo Histórico-Cultural Ourém-Leiria-Coimbra. Neste aspeto particular, também Ourém reconfigura as suas relações territoriais, pertencendo ao Turismo Centro de Portugal, que integra a maior parte dos restantes concelhos da CIMT mas juntando-lhes diversos outros do distrito de Leiria, todos agrupados numa sub-área (“pólos de marca turística”) com a designação Leiria – Fátima – Tomar.

Estas articulações territoriais poderão vir a ser ainda mais reforçadas com a sustentação de rotas de turismo cultural e religioso, até para escalas supra-regionais e mesmo supra-nacionais (como será o caso da articulação entre os caminhos de Fátima e de Santiago).

Assim, Ourém acaba por complementar a sua ligação territorial formal no distrito de Santarém e na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo com outras dinâmicas territoriais, que ampliam e dinamizam a potencialidade dos seus elementos estruturantes em termos de planeamento dos fatores Economia, Emprego e Qualificação Humana.

A perceção dos principais elementos caracterizadores do território de Ourém e a identificação das tendências que se têm manifestado e que se projetam no horizonte temporal de curto e médio prazo permitem a sustentação da avaliação das orientações estratégicas e das opções propostas no Plano, face aos critérios constituintes do FCD1, apresentados no capítulo 4.

No **Quadro 6.2** apresentam-se os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças relativos ao FCD1.

Quadro 6.2 – FCD1 – Economia, emprego e qualificação humana: Análise SWOT – pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> •Relações territoriais diversificadas, com o distrito de Santarém e a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo mas também com Leiria e outros municípios vizinhos •Integração em redes de valorização de recursos turísticos associados ao património cultural •A integração do território municipal, com elevado grau de conectividade face aos municípios envolventes (6), no eixo urbano Lisboa-Porto, próximo de vias importantes 	<ul style="list-style-type: none"> •A distância do município à sua capital de distrito (Santarém) é elevada, sendo que a capital de distrito mais próxima é Leiria, município com o qual Ourém possui forte relação funcional •As pedreiras, apesar de suportarem um setor exportador relevante em termos económicos, podem provocar grande impacte na paisagem, na qualidade do ar, nos recursos hídricos, no ruído e nas demais funções humanas se no seu licenciamento e exploração não

<p>como A23, IC8 e A13, servido pelo IC9 e A1 e pela linha ferroviária do Norte</p> <ul style="list-style-type: none"> •Elevada taxa de emprego, mais de metade da população ativa está empregada •Existe no município um <i>know-how</i> relevante em diversos setores industriais, de onde se relevam as indústrias extrativas e as ligadas à construção civil, nomeadamente a prefabricação de betão e madeiras •Importância dos principais centros urbanos para a estruturação do território e instalação de funções centrais de nível elevado •Existe uma base instalada de formação profissional, com capacidade de atração sub-regional e que permite potenciar a fileira da formação turística •Existe no concelho um elevado potencial em termos de turismo, religioso, associado à cidade de Fátima, histórico, associado à cidade de Ourém e seu burgo medieval, e natural, associado à existência de diversos locais, como o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e o Sítio Sicó – Alvaiázere, o Monumento das Pegadas dos Dinossaurios, os troços das diversas ribeiras e a Praia Fluvial do Agroal (vale do Nabão) •Diversidade patrimonial, em termos cronológicos, territoriais e tipológicos, assegurando uma representatividade do município enquanto expressão unitária •Taxa de desemprego inferior à média da região e boa diversidade de áreas de atividade económica • •Existência de serviços de apoio à população e às empresas através do Espaço Cidadão e Balcão do Empreendedor •Existência de empresa municipal (Ouremviva) com atribuições de dinamização e valorização comunitária, turística, social e patrimonial 	<p>forem respeitadas as boas práticas da atividade, como acontece frequentemente</p> <ul style="list-style-type: none"> •Duração elevada dos movimentos pendulares entre freguesias e deficiente rede de transportes coletivos interna, aumentando a dependência do transporte automóvel particular •Insuficiente valorização turística do núcleo medieval de Ourém e dos valores naturais e paisagísticos existentes no município •Complementaridades insuficientes no eixo Ourém/Fátima, que dificulta a estruturação urbana do concelho •Inexistência de uma ligação direta entre o IC9/A1 •Estrutura fundiária exígua, o que dificulta a rentabilização agrícola dos solos •Inexistência de estabelecimento de ensino de nível superior •Dificuldade de retenção da população
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> •Potencial turístico do concelho, com grande diversidade e complementaridade, de onde relevam vários ativos de nível superior como Fátima, as Pegadas dos Dinossaurios, a cidade de Ourém e o seu núcleo histórico, a praia fluvial do Agroal, as ribeiras e galerias rípicolas existentes (em especial a ribeira de Seiça) •Possibilidade de desenvolvimento de projetos estruturantes para o território (ligação A1/IC9, aeroporto regional de Fátima, caminhos de Fátima, Hospital Privado em Fátima, equipamentos hoteleiros, etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> •Retração de alguns setores económicos relevantes no concelho, como a indústria transformadora e a construção civil •Aumento das assimetrias sul/norte e entre as freguesias predominantemente urbanas/rurais •Elevado número de unidades industriais desativadas, o que provoca a existência de muitos espaços devolutos e áreas expectantes e perda de eficiência das áreas industriais

<ul style="list-style-type: none"> •Possibilidade de articulação dos diferentes sistemas territoriais e sua valorização integrada (criação de caminhos e rotas pedestres, valorização do espaço rural, etc.) •Oportunidade de reformulação e aproveitamento dos espaços industriais e de localização de atividades económicas existentes •Oportunidade de valorização do espaço rural conjugando diversas valências (de produção agrícola e florestal, de promoção de produtos de base local, de lazer e de turismo) e especificidades das diferentes zonas do concelho, contribuindo para a redução do risco de acentuação das assimetrias e perda de coesão territorial • Valorização crescente das valências do turismo religioso, de natureza e científico 	<ul style="list-style-type: none"> •Tendência para a sazonalidade turística e a sua concentração excessiva na vertente do turismo religioso
--	--

6.2.2 Avaliação das opções estratégicas – oportunidades e riscos. Diretrizes para o seguimento

As opções estratégicas constituem as medidas previstas no Plano. Cada uma destas medidas é seguidamente avaliada utilizando os critérios definidos no capítulo 4 para o FCD1.

A avaliação é apresentada no **Quadro 6.3**, recorrendo à escala qualitativa indicada na secção 6.1 que procura identificar o contributo positivo ou negativo de cada medida para a concretização dos critérios deste FCD1.

Quadro 6.3 – FCD1 – Economia, emprego e qualificação humana: Avaliação

Medidas previstas	Critérios					
	1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6
I.a) Definição de um modelo de ordenamento que promova a colmatação estruturante e a contenção dos perímetros urbanos em detrimento de políticas expansionistas, permitindo a promoção da reabilitação dos centros urbanos e a regeneração de áreas degradadas , a rentabilização das infraestruturas , a racionalização e maior cobertura dos equipamentos públicos , a otimização dos movimentos pendulares e a salvaguarda dos recursos naturais						
I.b) Assunção do eixo urbano Fátima – Ourém – Caxarias – Freixianda , valorizando o perfil funcional de cada um dos aglomerados e a promoção do transporte ferroviário e reforçando o interface de Caxarias e sua articulação com o transporte público rodoviário no serviço do eixo urbano						
I.c) Reforço da rede urbana de 2.º nível , base da autonomia funcional e da sustentabilidade social das unidades territoriais (UT) em que se divide o município						
I.d) Expansão das redes de infraestruturas de abastecimento e drenagem a todos os aglomerados urbanos						
I.e) Promoção de modos suaves de transporte						
I.f) Valorização dos espaços verdes em meio urbano , numa lógica de continuidade e articulação com o solo rústico envolvente						
II.a) Renovar o modelo de crescimento económico, valorizando os recursos endógenos						
II.b) Valorização económica da área florestal , predominantemente na zona norte do concelho, com o devido controlo das áreas e espécies afetas à floresta de produção						
II.c) Melhoria das acessibilidades externa e interna como essencial ao desempenho das atividades económicas, com a articulação entre a A1 e o IC9 , a hierarquização funcional da rede rodoviária, a articulação modal com o transporte ferroviário						

Medidas previstas	Critérios					
	1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6
II.d) Definição dos espaços de atividades económicas numa lógica de corredor, de complementaridade e estruturadas com o sistema viário existente e previsto						
II.e) Promoção do potencial do Vale do Nabão num contexto integrado e intermunicipal						
III.a) Promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais singulares de cada UT, enfatizando os fatores diferenciadores (Santuário de Fátima, Pegadas dos Dinossáurios, Agroal, Castelo de Ourém, Rio Nabão, Ribeiras da Salgueira, de Caxarias, do Olival, de Seiça, do Fárrio, Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros e Lombas de Fátima);						
III.b) Assunção de que o património natural é um ativo económico e produtor dos serviços dos ecossistemas e, como tal, fator de promoção do bem-estar da população residente e utente						
III.c) Assunção das áreas agrícolas, florestais e naturais como parte essencial dos espaços onde se desenvolvem funções humanas, nomeadamente as de fruição e de produção dos serviços de ecossistemas , nomeadamente o sequestro de carbono que contribui para a mitigação das alterações climáticas						
III.d) Promoção da localização geoestratégica dos percursos pedestres, com a conseqüente valorização e integração dos caminhos de Fátima e de Santiago e rotas dos peregrinos, dos percursos associados a valores naturais e culturais						
III.e) Preservação, reabilitação e divulgação do património natural (geológico e biológico), arquitetónico e arqueológico						
III.f) Delimitação e salvaguarda das áreas de risco , nomeadamente as áreas inundáveis, de instabilidade de vertentes e de incêndio rural , de forma a garantir a segurança de pessoas e bens						

Da avaliação apresentada no Quadro 6.3 ressalta que nenhuma das medidas avaliadas se revela desfavorável ao conjunto de fatores que constituem o FCD1 Economia, emprego e qualificação humana.

No entanto, muitas das oportunidades e efeitos positivos identificados resultarão de modo indireto, através da qualificação urbana, da maior eficiência de infraestruturas e utilização dos recursos locais e da melhoria das condições de vida, que se espera que sustentem dinâmicas económicas e demográficas positivas.

Deste quadro ressalta ainda a importância significativa, direta ou indireta, que muitas das orientações avaliadas poderão ter na valorização integrada do espaço rural do concelho e no reforço das valências económicas relacionadas com a atividade turística.

Importa ressaltar a necessidade de avaliação da viabilidade económico-financeira das áreas de atividades económicas propostas, acautelando assim o risco de falta de procura e salvaguardando usos alternativos do solo em caso de inviabilidade comprovada, procurando evitar a criação de espaço expectantes sem solução e que possam condicionar a implementação de um sistema territorial coeso.

Da identificação e análise das tendências relativas aos fatores integrados neste FCD1 e da avaliação apresentada no Quadro 6.3, resultam oportunidades e riscos (ameaças) que se apresentam no **Quadro 6.4**.

Quadro 6.4 – FCD1 – Economia, emprego e qualificação humana: Diretrizes de programação e gestão das oportunidades e riscos identificados

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
I - Promover a coesão social e territorial e a qualificação urbana	I.a) Definição de um modelo de ordenamento que promova a colmatção estruturante e a contenção dos perímetros urbanos em detrimento de políticas expansionistas, permitindo a promoção da reabilitação dos centros urbanos e a regeneração de áreas degradadas , a rentabilização das infraestruturas , a racionalização e maior cobertura dos equipamentos públicos , a otimização dos movimentos pendulares e a salvaguarda dos recursos naturais	Os critérios 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4 poderão ser diretamente potenciados, podendo esta opção refletir-se ainda, de modo mais difuso e indireto, nos restantes critérios do FCD1	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD1	Concretização do zonamento das decisões concretas de materialização do plano Definição de um programa de monitorização do emprego e das dinâmicas demográficas em cada freguesia que permita identificar potenciais tendências para perda de coesão territorial	CMO
	I.b) Assunção do eixo urbano Fátima – Ourém – Caxarias – Freixianda , valorizando o perfil funcional de cada um dos aglomerados e a promoção do transporte ferroviário e reforçando o interface de Caxarias e sua articulação com o transporte público rodoviário no serviço do eixo urbano	Os critérios 1.1, 1.2 e 1.4 poderão ser diretamente potenciados, podendo esta opção refletir-se ainda, de modo mais difuso e indireto, nos restantes critérios do FCD1	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD1	Concretização do zonamento das decisões concretas de materialização do plano	CMO

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
	I.c) Reforço da rede urbana de 2.º nível , base da autonomia funcional e da sustentabilidade social das unidades territoriais (UT) em que se divide o município	Os critérios 1.1, 1.2 e 1.4 poderão ser diretamente potenciados, podendo esta opção refletir-se ainda, de modo mais difuso e indireto, nos restantes critérios do FCD1	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD1	Concretização do zonamento das decisões concretas de materialização do plano	CMO
	I.d) Expansão das redes de infraestruturas de abastecimento e drenagem a todos os aglomerados urbanos	Esta opção terá efeitos essencialmente indiretos no conjunto dos critérios constituintes do FCD1	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD1	-	CMO e outras entidades
	I.e) Promoção de modos suaves de transporte	Sem relevância para o FCD1	Sem relevância para o FCD1	-	CMO e outras entidades
	I.f) Valorização dos espaços verdes em meio urbano , numa lógica de continuidade e articulação com o solo rústico envolvente	Critérios 1.1 e 1.6 são apoiados diretamente por esta opção estratégica que potencia a integração entre espaço urbano e espaços envolventes, podendo refletir-se indiretamente ainda noutros critérios do FCD1	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD1	Concretização do zonamento das decisões concretas de materialização do plano	CMO
II - Dinamizar a economia e ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização	II.a) Renovar o modelo de crescimento económico, valorizando os recursos endógenos	Critérios 1.1 e 1.6 são apoiados diretamente por esta opção estratégica que potencia a integração entre espaço urbano e espaços envolventes, podendo	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD1	Definir as áreas e os tipos de produtos que poderão ser promovidos de forma integrada e de promoção de marca territorial	CMO, entidades gestoras de instrumentos de apoio ao desenvolvimento económico e entidades

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
		refletir-se indiretamente ainda noutros critérios do FCD1		<p>Sujeitar as decisões de investimento ao escrutínio da forma como se articulam com os objectivos do plano</p> <p>Garantir que os instrumentos de apoio ao investimento, nomeadamente quando assentes em fundos públicos, nacionais ou europeus, incluem o cumprimento dos objectivos do plano no seu processo de decisão e aprovação</p>	promotoras de produtos de base endógena
	<p>II.b) Valorização económica da área florestal, predominantemente na zona norte do concelho, com o devido controlo das áreas e espécies afetadas à floresta de produção</p>	A influência desta opção no FCD1 será mais significativa no critério 1.6	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD1	<p>Sujeitar as decisões de investimento ao escrutínio da forma como se articulam com os objectivos do plano.</p> <p>Garantir que os instrumentos de apoio ao investimento, nomeadamente quando assentes em fundos públicos, nacionais ou europeus, incluem o</p>	CMO, entidades gestoras de instrumentos de apoio ao desenvolvimento económico, proprietários e industriais da fileira florestal

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
				cumprimento dos objectivos do plano no seu processo de decisão e aprovação	
	II.c) Melhoria das acessibilidades externa e interna como essencial ao desempenho das atividades económicas, com a articulação entre a A1 e o IC9, a hierarquização funcional da rede rodoviária, a articulação modal com o transporte ferroviário	Esta opção estratégica apoiará o conjunto dos critérios do FCD1, esperando maior significado direto nos critérios 1.1 e 1.4	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD1	Concretização do zonamento das decisões concretas de materialização do plano e do lançamento destas infraestruturas, de acordo com os objetivos do plano	CMO, entidades com responsabilidades na gestão das redes rodo e ferroviárias e da aviação civil
	II.d) Definição dos espaços de atividades económicas numa lógica de corredor, de complementaridade e estruturadas com o sistema viário existente e previsto	Esta opção estratégica é particularmente significativa para o critério 1.3	Criação de espaços expectantes caso as áreas sejam inviáveis	Condicionar a concretização das operações urbanísticas inerentes a estudos de viabilidade económico-financeira	CMO e agentes económicos industriais
	II.e) Promoção do potencial do Vale do Nabão num contexto integrado e intermunicipal	A influência desta opção no FCD1 será sobretudo indireta, mas pode ter mais importância para os critérios 1.1 e 1.6	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD1	Sujeitar as decisões sobre o Vale do Nabão ao escrutínio da forma como se articulam com os objectivos do plano.	CMO e restantes municípios do Vale do Nabão (Ansião, Alvaiázere, Pombal, Tomar)

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
III - Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental e patrimonial	III.a) Promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais singulares de cada UT, enfatizando os fatores diferenciadores (Santuário de Fátima, Pegadas dos Dinossáurios, Agroal, Castelo de Ourém, Rio Nabão, Ribeiras da Salgueira, de Caxarias, do Olival, de Seixa, do Fárrio, Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros e Lombas de Fátima);	Os critérios 1.1 e 1.6 são apoiados diretamente pela valorização do potencial dos recursos naturais e culturais e da qualidade da paisagem, podendo refletir-se ainda na generalidade dos restantes critérios do FCD1	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD1	Sujeição de cada um dos projetos à avaliação da sua conformidade com os objectivos do plano e à potenciação do seu valor patrimonial integrado	CMO, entidades de tutela e propriedade dos elementos patrimoniais envolvidos
	III.b) Assunção de que o património natural é um ativo económico e produtor dos serviços dos ecossistemas e, como tal, fator de promoção do bem-estar da população residente e utente	Os critérios 1.1 e 1.6 são apoiados diretamente pela valorização do potencial dos recursos naturais e culturais e da qualidade da paisagem, podendo refletir-se ainda na generalidade dos restantes critérios do FCD1	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD1	Garantir que os instrumentos de apoio ao investimento, nomeadamente quando assentes em fundos públicos, nacionais ou europeus, incluem o cumprimento dos objectivos do plano no seu processo de decisão e aprovação	CMO, entidades gestoras de instrumentos de apoio ao desenvolvimento económico, proprietários

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
	<p>III.c) Assunção das áreas agrícolas, florestais e naturais como parte essencial dos espaços onde se desenvolvem funções humanas, nomeadamente as de fruição e de produção dos serviços de ecossistemas, nomeadamente o sequestro de carbono que contribui para a mitigação das alterações climáticas</p>	<p>Os critérios 1.1 e 1.6 são apoiados diretamente pela valorização do potencial dos recursos naturais e culturais e da qualidade da paisagem, podendo refletir-se ainda na generalidade dos restantes critérios do FCD1</p>	<p>Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD1</p>	<p>Garantir que os instrumentos de apoio ao investimento, nomeadamente quando assentes em fundos públicos, nacionais ou europeus, incluem o cumprimento dos objectivos do plano no seu processo de decisão e aprovação</p>	<p>CMO, entidades gestoras de instrumentos de apoio ao desenvolvimento económico, proprietários</p>
	<p>III.d) Promoção da localização geoestratégica dos percursos pedestres, com a consequente valorização e integração dos caminhos de Fátima e de Santiago e rotas dos peregrinos, dos percursos associados a valores naturais e culturais</p>	<p>Os critérios 1.1 e 1.6 são apoiados diretamente pela valorização do potencial dos recursos naturais e culturais e da qualidade da paisagem, podendo refletir-se ainda na generalidade dos restantes critérios do FCD1</p>	<p>Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD1</p>	<p>Sujeição de cada um dos projetos à avaliação da sua conformidade com os objectivos do plano e à potenciação integrada dos elementos patrimoniais envolvidos</p>	<p>CMO, entidades de tutela e proprietários dos elementos patrimoniais envolvidos</p>
	<p>III.e) Preservação, reabilitação e divulgação do património natural (geológico e biológico), arquitetónico e arqueológico</p>	<p>Os critérios 1.1 e 1.6 são apoiados diretamente pela valorização do potencial dos recursos naturais e culturais e da qualidade da paisagem, podendo refletir-se ainda na generalidade dos restantes critérios do FCD1</p>	<p>Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD1</p>	<p>Sujeição de cada um dos projetos à avaliação da sua conformidade com os objectivos do plano e à potenciação integrada dos elementos patrimoniais envolvidos</p>	<p>CMO, entidades de tutela e propriedade dos elementos patrimoniais envolvidos</p>

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
	III.f) Delimitação e salvaguarda das áreas de risco , nomeadamente as áreas inundáveis, de instabilidade de vertentes e de incêndio rural , de forma a garantir a segurança de pessoas e bens	Opção pouco relevante para o conjunto dos critérios do FCD1, podendo fazer-se sentir sobretudo nos critérios 1.1 e 1.6	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD1	-	-

No **Quadro 6.5** apresentam-se as diretrizes de monitorização, baseadas nos indicadores constituintes do FCD1 apresentados no capítulo 4.

Quadro 6.5 – FCD1 – Economia, emprego e qualificação humana: Diretrizes de monitorização

Critério	Indicador	Periodicidade	Responsáveis
1.1 Promoção da procura e diversificação da oferta turística	1.1.1 Procura turística (n.º de turistas)	anual	CMO, Santuário, Turismo Portugal
	1.1.2 Permanência média dos turistas (dias)	anual	CMO, Santuário, Turismo Portugal
	1.1.3. Atividades realizadas (índice de diversidade)	anual	CMO, Santuário, Turismo Portugal
	1.1.4 Capacidade de alojamento (n.º de camas por tipologia de unidades de alojamento)	anual	CMO, Santuário, Turismo Portugal
	1.1.5 Taxa de ocupação das unidades de alojamento ao longo do ano	anual	CMO, Santuário, Turismo Portugal
1.2 Qualificação de serviços de apoio à população e às empresas	1.2.1 Diversidade e nível dos serviços públicos de atendimento à população e empresas	anual	CMO
	1.2.2 Capacidade de atendimento público à população e empresas (tempo médio de resposta às solicitações, presenciais e por outras vias)	anual	CMO
1.3 Otimização dos parques empresariais existentes	1.3.1 Taxa de ocupação dos parques empresariais existentes	anual	CMO
	1.3.2 Criação de sinergias e fileiras industriais (número de unidades complementares instaladas e índices de especialização por parque empresarial)	bienal	CMO
1.4 Criação e qualificação de emprego	1.4.1 Criação líquida de emprego, por setor de atividade (%)	anual	IEFP, INE
	1.4.2 Taxa de atividade (total e por género)	anual	IEFP, INE
	1.4.3 Qualificações profissionais (% formações superiores e especializadas e nível das remunerações médias por setor de atividade e por género)	anual	IEFP, INE
1.5 Promoção da educação,	1.5.1 Procura de ações de educação e formação (n.º de inscritos, total e por área de formação)	anual	CMO, IEFP, Min. Educação

Critério	Indicador	Periodicidade	Responsáveis
formação e investigação	1.5.2 Oferta de equipamentos educativos, por nível de formação e por área (n.º de vagas)	anual	CMO, IEFP, Min. Educação
	1.5.3 Investimento em atividades de investigação e desenvolvimento (€)	anual	CMO, Min. Educação, INE
	1.5.4 Investimento em ações de melhoria das competências linguísticas e de serviços de apoio turístico, enquadradas no âmbito da presença do Santuário de Fátima (€)	anual	CMO, Min. Educação, INE
1.6 Valorização económica do espaço rural	1.6.1 Investimentos anuais em unidades de exploração agrícola (vinha, olival, culturas arvenses de regadio e hortícolas), equipamentos e infraestruturas de apoio à atividade agrícola e florestal (ex. logística, formação, etc.), e em áreas florestais (€)	anual	INE, CCDR-LVT, DRAP_LVT, DGADR
	1.6.2 Áreas de produção de produtos agrícolas relevantes ou de qualidade diferenciada (vinho e azeite, outras produções) (ha)	anual	INE, CCDR-LVT, DRAP_LVT, DGADR
	1.6.3 Evolução da SAU (ha)	bienal	INE, CCDR-LVT
	1.6.4 Investimento em atividades turísticas e de lazer em espaço rural, como parques e circuitos temáticos e unidades de alojamento (€)	bienal	CMO, INE, Turismo Portugal

Esta monitorização poderá contar com apoio da CCDR-LVT, do IEFP, do Ministério da Educação e do Turismo de Portugal, nomeadamente no apoio metodológico e na revisão dos relatórios de monitorização., mas também no desenvolvimento de ações no âmbito das respetivas competências.

A realização da monitorização e os seus resultados devem ser objeto de divulgação pública, nomeadamente no site do Município de Ourém.

6.3 FCD2 – QUALIFICAÇÃO URBANA, QUALIDADE DE VIDA, QUALIDADE DO AMBIENTE, SAÚDE E PREVENÇÃO DE RISCOS

6.3.1 Análise de tendências e SWOT

O território do município de Ourém caracteriza-se por uma grande dispersão urbana. Como já se referiu, a propósito do FCD 1, existem mais de 250 lugares, sendo que 60% não chega a possuir 100 habitantes.

Muitos destes lugares não estão adequadamente infraestruturados, em particular no que se refere à drenagem e ao tratamento de águas residuais domésticas. Em muitas situações, os sistemas de tratamento autónomos, com infiltração no terreno, são responsáveis pela poluição das águas subterrâneas.

Também existem situações individuais de captações de água utilizadas para abastecimento público, nem sempre assegurando a necessária qualidade e constituindo um risco para a saúde pública.

A estrutura ecológica urbana é incipiente e a qualidade da paisagem urbana é muito variável, desde situações notáveis a zonas com reduzida qualidade. Muitos dos aglomerados têm boas condições para ações de reforço da estrutura ecológica urbana e para ações de valorização da paisagem urbana.

As principais fontes de poluição estão associadas às vias rodoviárias, com destaque para a autoestrada A1, e ao tráfego automóvel, bem como às pedreiras. Os esgotos domésticos não tratados, a contaminação difusa da atividade agrícola e os efluentes das pecuárias constituem fontes de poluição secundárias. A indústria transformadora não constitui uma fonte de poluição relevante.

Os principais riscos naturais identificados no território do concelho de Ourém são o incêndio florestal, as inundações e os riscos de movimentos de massas. Os principais riscos tecnológicos relacionam-se com as grandes vias que atravessam o concelho – autoestrada A1, IC9, Linha do Norte, com os riscos em meio urbano (derrocadas, incêndios, explosões). Não existem riscos industriais relevantes.

O município de Ourém dispõe de PMDFCI e de um Plano Municipal de Emergência para a Proteção Civil aprovados. No caso particular de Fátima, existe já uma experiência de gestão de grandes concentrações de peregrinos e da aplicação de medidas de prevenção de riscos que possam afetar a saúde.

As concentrações populacionais pontuais, designadamente de peregrinos, também podem criar situações de risco para a saúde, nomeadamente num cenário de onda de calor. Neste contexto, importa que as soluções de desenho urbano garantam não só a criação de espaços de lazer, estadia e circulação arejados, com ensombramento, acesso a água potável e a mobiliário urbano que permita o descanso mas também o acesso eficaz dos serviços de emergência e das forças de segurança.

No **Quadro 6.6** apresentam-se os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças relativos ao FCD2.

Quadro 6.6 – FCD2 – Qualificação urbana, qualidade de vida, qualidade do ambiente, saúde e prevenção de riscos: Análise SWOT – pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças

Pontos fortes	Pontos fracos
<p>Contenção da dispersão urbana, através da revisão do PDM</p> <p>Papel do turismo em espaço rural e do alojamento local no incentivo à reabilitação urbana</p> <p>Zonas de elevada qualidade da paisagem urbana</p> <p>Atratividade turística do território</p> <p>Zonas urbanas com níveis de qualidade ambiental adequadas, em geral</p> <p>PMDFCI e Plano Municipal de Emergência para a Proteção Civil aprovados</p> <p>Experiência e capacidade de prevenção e socorro em situações de grande afluxo de peregrinos</p> <p>Meios de prevenção e socorro adequados às necessidades</p> <p>Ausência de atividades industriais com riscos ambientais relevantes</p> <p>Disponibilidade de cartografia dos riscos de inundações e de movimentos de massas</p> <p>Melhor ordenamento das áreas de atividades económicas</p> <p>Possibilidade de regulamentação dos sistemas individuais de tratamento de águas residuais domésticas</p> <p>Possibilidade de melhor ordenamento das pedreiras, prevenindo conflitos de uso com áreas habitadas</p> <p>Planeamento da mobilidade, reduzindo a poluição e os riscos associados ao tráfego automóvel</p>	<p>Dispersão dos centros urbanos</p> <p>Insuficiente infraestruturização dos centros urbanos de menor dimensão</p> <p>Falta de capacidade financeira da generalidade dos proprietários para ações de reabilitação urbana</p> <p>Soluções inadequadas de tratamento de águas por sistemas individuais</p> <p>Reduzida preocupação dos proprietários com a gestão dos sistemas individuais de tratamento de águas residuais domésticas</p> <p>Poluição, incómodos e riscos de acidentes associados às pedreiras</p> <p>Tráfego rodoviário intenso, sobretudo no acesso a Fátima</p> <p>Desadequado ordenamento e gestão das áreas florestais, agravando o risco de incêndio</p> <p>Estrutura ecológica urbana incipiente</p> <p>Risco de poluição das águas subterrâneas por esgotos não tratados</p> <p>Riscos associados à presença frequente de grande número de peregrinos</p> <p>Riscos de inundações e de movimentos de massas</p>
Oportunidades	Ameaças
<p>Quadro legal favorável à reabilitação urbana</p> <p>Disponibilidade de verbas comunitárias para ações de reabilitação urbana</p>	<p>Travessia do território por importantes infraestruturas de transportes (A1, IC9, Linha do Norte), com risco de acidentes graves</p>

6.3.2 Avaliação das opções estratégicas – oportunidades e riscos. Diretrizes para o seguimento

As opções estratégicas constituem as medidas previstas no Plano. Cada uma destas medidas é avaliada utilizando os critérios definidos no capítulo 4 para o FCD2.

A avaliação é apresentada no **Quadro 6.7**, recorrendo à escala qualitativa indicada na secção 6.1.

Quadro 6.7 – FCD2 – Qualificação urbana, qualidade de vida, qualidade do ambiente, saúde e prevenção de riscos: Avaliação

Medidas previstas	Critérios				
	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5
I.a) Definição de um modelo de ordenamento que promova a colmatação estruturante e a contenção dos perímetros urbanos em detrimento de políticas expansionistas, permitindo a promoção da reabilitação dos centros urbanos e a regeneração de áreas degradadas, a rentabilização das infraestruturas, a racionalização e maior cobertura dos equipamentos públicos, a otimização dos movimentos pendulares e a salvaguarda dos recursos naturais					
I.b) Assunção do eixo urbano Fátima – Ourém – Caxarias – Freixianda, valorizando o perfil funcional de cada um dos aglomerados e a promoção do transporte ferroviário e reforçando o interface de Caxarias e sua articulação com o transporte público rodoviário no serviço do eixo urbano					
I.c) Reforço da rede urbana de 2.º nível, base da autonomia funcional e da sustentabilidade social das unidades territoriais (UT) em que se divide o município					
I.d) Expansão das redes de infraestruturas de abastecimento e drenagem a todos os aglomerados urbanos					
I.e) Promoção de modos suaves de transporte					
I.f) Valorização dos espaços verdes em meio urbano, numa lógica de continuidade e articulação com o solo rústico envolvente					
II.a) Renovar o modelo de crescimento económico, valorizando os recursos endógenos					
II.b) Valorização económica da área florestal, predominantemente na zona norte do concelho, com o devido controlo das áreas e espécies afetas à floresta de produção					
II.c) Melhoria das acessibilidades externa e interna como essencial ao desempenho das atividades económicas, com a articulação entre a A1 e o IC9, a hierarquização funcional da rede rodoviária, a articulação modal com o transporte ferroviário					
II.d) Definição dos espaços de atividades económicas numa lógica de corredor, de complementaridade e estruturadas com o sistema viário existente e previsto					

Medidas previstas	Critérios				
	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5
II.e) Promoção do potencial do Vale do Nabão num contexto integrado e intermunicipal					
III.a) Promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais singulares de cada UT, enfatizando os fatores diferenciadores (Santuário de Fátima, Pegadas dos Dinossáurios, Agroal, Castelo de Ourém, Rio Nabão, Ribeiras da Salgueira, de Caxarias, do Olival, de Seiça, do Fárrio, Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros e Lombas de Fátima);					
III.b) Assunção de que o património natural é um ativo económico e produtor dos serviços dos ecossistemas e, como tal, fator de promoção do bem-estar da população residente e utente					
III.c) Assunção das áreas agrícolas, florestais e naturais como parte essencial dos espaços onde se desenvolvem funções humanas, nomeadamente as de fruição e de produção dos serviços de ecossistemas, nomeadamente o sequestro de carbono que contribui para a mitigação das alterações climáticas					
III.d) Promoção da localização geoestratégica dos percursos pedestres, com a consequente valorização e integração dos caminhos de Fátima e de Santiago e rotas dos peregrinos, dos percursos associados a valores naturais e culturais					
III.e) Preservação, reabilitação e divulgação do património natural (geológico e biológico), arquitetónico e arqueológico					
III.f) Delimitação e salvaguarda das áreas de risco, nomeadamente as áreas inundáveis, de instabilidade de vertentes e de incêndio rural, de forma a garantir a segurança de pessoas e bens					

Da identificação e análise das tendências relativas aos fatores integrados neste FCD2 e da avaliação apresentada no Quadro 6.7, resultam oportunidades e riscos (ameaças) que se apresentam no **Quadro 6.8**.

Quadro 6.8 – FCD2 – Qualificação urbana, qualidade de vida, qualidade do ambiente, saúde e prevenção de riscos: Diretrizes de programação e gestão das oportunidades e riscos

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
I - Promover a coesão social e territorial e a qualificação urbana	I.a) Definição de um modelo de ordenamento que promova a colmatação estruturante e a contenção dos perímetros urbanos em detrimento de políticas expansionistas, permitindo a promoção da reabilitação dos centros urbanos e a regeneração de áreas degradadas , a rentabilização das infraestruturas , a racionalização e maior cobertura dos equipamentos públicos , a otimização dos movimentos pendulares e a salvaguarda dos recursos naturais	Esta opção estratégica constitui uma oportunidade relevante para a qualificação urbana e da paisagem. Também é uma oportunidade para a promoção da qualidade do ambiente, da saúde e do bem-estar e para a prevenção de riscos, assim como para a rentabilização das infraestruturas existentes e orientação da estratégia de intervenção nas redes a executar durante a vigência do plano	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD2.	Elaboração ou revisão e posterior execução de planos de urbanização ou de pormenor que concretizem esta opção Enquadrar as futuras decisões análises de vulnerabilidade a fenómenos meteorológicos extremos	CMO

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
	<p>I.b) Assunção do eixo urbano Fátima – Ourém – Caxarias – Freixianda, valorizando o perfil funcional de cada um dos aglomerados e a promoção do transporte ferroviário e reforçando o interface de Caxarias e sua articulação com o transporte público rodoviário no serviço do eixo urbano</p>	<p>Esta opção constitui uma oportunidade para a melhoria do sistema de transportes.</p> <p>A promoção do transporte ferroviário e a melhoria do sistema de transporte neste eixo são uma oportunidade para a promoção da qualidade do ambiente, da saúde e do bem-estar e da prevenção de riscos.</p>	<p>Esta opção estratégica não deve conduzir a pressões para a dispersão da construção ao longo deste eixo, fora dos perímetros urbanos.</p>	<p>Promoção do interface com a ferrovia em Caxarias e melhoria do transporte público neste eixo.</p> <p>Incentivo à localização de atividades que valorizem o perfil funcional de cada um dos aglomerados.</p>	<p>CMO, IMT, Infraestruturas de Portugal, concessionários de transporte público</p>
	<p>I.c) Reforço da rede urbana de 2.º nível, base da autonomia funcional e da sustentabilidade social das unidades territoriais (UT) em que se divide o município</p>	<p>Esta opção constitui uma oportunidade para a contenção dos perímetros urbanos, para a melhoria do sistema de transportes e para a promoção da qualidade do ambiente, da saúde e do bem-estar.</p>	<p>Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD2.</p>	<p>Elaboração ou revisão e posterior execução de planos de urbanização ou de pormenor que concretizem esta opção.</p> <p>Investimento em ações de reforço da rede urbana de 2º nível, ao nível de equipamentos e funções.</p>	<p>CMO</p>

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
	I.d) Expansão das redes de infraestruturas de abastecimento e drenagem a todos os aglomerados urbanos	Esta opção constitui uma oportunidade relevante para a promoção da qualidade do ambiente, da saúde e do bem-estar.	Se os custos de ligação forem demasiado elevados, há o risco de continuarem a proliferar soluções autónomas de fossas.	Investimento na expansão das redes	CMO
	I.e) Promoção de modos suaves de transporte	Esta opção constitui uma oportunidade relevante para a qualificação urbana e da paisagem e para a promoção da qualidade do ambiente, da saúde e do bem-estar.	Se o planeamento das ciclovias não for adequado há o risco de não se conseguir concretizar	Plano de mobilidade. Investimento em ciclovias e na intermodalidade. Campanhas de divulgação e sensibilização	CMO, IMT

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
	I.f) Valorização dos espaços verdes em meio urbano , numa lógica de continuidade e articulação com o solo rústico envolvente	Esta opção constitui uma oportunidade relevante para a qualificação urbana e da paisagem e para a promoção da qualidade do ambiente, da saúde e do bem-estar. Também constitui uma oportunidade para a prevenção de riscos (áreas permeáveis que reduzem o risco de cheias). Pode também ser uma oportunidade de articulação com a promoção de modos suaves de transporte. A criação de espaços verdes em meio urbano também reduz a exposição das populações a ondas de calor.	Esta opção não deve contribuir para a ocupação com usos não agrícolas das áreas de solo mais produtivas.	Consideração nos PU e PP. Projetos para os espaços verdes. Minimizar ocupação de áreas da RAN.	CMO
II - Dinamizar a economia e ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização	II.a) Renovar o modelo de crescimento económico, valorizando os recursos endógenos	A valorização dos recursos endógenos reduz o transporte de produtos, contribuindo para a melhoria do sistema de transportes.	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD2	Incentivo a projetos que valorizem os recursos endógenos	CMO

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
	<p>II.b) Valorização económica da área florestal, predominantemente na zona norte do concelho, com o devido controlo das áreas e espécies afetadas à floresta de produção</p>	<p>Esta opção pode constituir uma oportunidade para a redução do risco de incêndio florestal. Uma floresta bem ordenada também contribui para a redução dos riscos de inundação e de erosão do solo.</p> <p>A existência de uma área florestal bem ordenada constitui uma oportunidade para a promoção da qualidade do ambiente, da saúde e do bem-estar.</p>	<p>A adesão dos proprietários é essencial para o sucesso desta opção.</p>	<p>Planos de Gestão Florestal</p> <p>Incentivo a projetos de valorização económica da área florestal.</p>	<p>CMO, ICNF</p>
	<p>II.c) Melhoria das acessibilidades externa e interna como essencial ao desempenho das atividades económicas, com a articulação entre a A1 e o IC9, a hierarquização funcional da rede rodoviária, a articulação modal com o transporte ferroviário</p>	<p>Esta opção é uma oportunidade relevante para a melhoria do sistema de transporte.</p> <p>Esta opção também contribui para a promoção da qualidade do ambiente, da saúde e do bem-estar e para a redução de riscos (ao hierarquizar as vias rodoviárias).</p>	<p>O investimento no aeródromo e no centro logístico associado pode ter o risco de não ter a procura esperada.</p> <p>O impacto ambiental do aeródromo e centro logístico associado</p>	<p>Estudos e projetos.</p> <p>Estudo de viabilidade económica do aeródromo e centro logístico associado</p> <p>Estudo de Impacto Ambiental do aeródromo e centro logístico associado</p>	<p>CMO, IMT, Infraestruturas de Portugal, concessionários do transporte rodoviário e ferroviário</p>

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
	<p>II.d) Definição dos espaços de atividades económicas numa lógica de corredor, de complementaridade e estruturadas com o sistema viário existente e previsto</p>	<p>Esta opção constitui uma oportunidade para melhorar o sistema de transportes e a qualificação urbana, assumindo-se que a definição e estruturação destes espaços apresentará uma qualidade superior aos parques industriais existentes.</p> <p>A estruturação destes espaços também constitui uma oportunidade para a prevenção e redução dos riscos tecnológicos.</p>	<p>Infraestruturação excessiva para a procura.</p>	<p>Planeamento e projeto dos espaços de atividades económicas.</p> <p>Estudos de viabilidade económica e de impacto ambiental.</p> <p>Incentivos à localização de empresas nestes espaços.</p>	<p>CMO</p>
	<p>II.e) Promoção do potencial do Vale do Nabão num contexto integrado e intermunicipal</p>	<p>Esta opção constitui uma oportunidade para a qualificação urbana e da paisagem, para a promoção da qualidade do ambiente, da saúde e do bem-estar e para a prevenção de riscos.</p>	<p>Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD2</p>	<p>Planeamento de intervenções num contexto integrado e intermunicipal.</p>	<p>CMO e restantes municípios do Vale do Nabão (Ansião, Alvaiázere, Pombal, Tomar)</p>

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
III - Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental e patrimonial	III.a) Promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais singulares de cada UT, enfatizando os fatores diferenciadores (Santuário de Fátima, Pegadas dos Dinossáurios, Agroal, Castelo de Ourém, Rio Nabão, Ribeiras da Salgueira, de Caxarias, do Olival, de Seiça, do Fárrio, Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros e Lombas de Fátima);	Esta opção constitui uma oportunidade para os critérios 2.2 a 2.5	Agravamento de situações de risco associadas à concentração de peregrinos.	Projetos de intervenção. Campanhas de promoção. Estabelecimento de rotas. Criar soluções de desenho que reduzam a exposição de grandes concentrações populacionais a ondas de calor. Garantir o acesso eficaz de serviços de emergência e de segurança a locais de concentração.	CMO, ICNF, DGPC, APA-ARH, Juntas de Freguesia, Santuário de Fátima, Casa de Bragança
	III.b) Assunção de que o património natural é um ativo económico e produtor dos serviços dos ecossistemas e, como tal, fator de promoção do bem-estar da população residente e utente	Esta opção constitui uma oportunidade para os critérios 2.3 a 2.5: os serviços dos ecossistemas contribuem para a conservação da paisagem, da qualidade ambiental (água, ar), da saúde e bem-estar e para a prevenção de riscos naturais.	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD2	Estudo sobre os serviços dos ecossistemas no município de Ourém e sua valorização económica. Campanhas de sensibilização.	CMO, ICNF, APA-ARH

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
	<p>III.c) Assunção das áreas agrícolas, florestais e naturais como parte essencial dos espaços onde se desenvolvem funções humanas, nomeadamente as de fruição e de produção dos serviços de ecossistemas, nomeadamente o sequestro de carbono que contribui para a mitigação das alterações climáticas</p>	<p>Esta opção constitui uma oportunidade para os critérios 2.3 a 2.5: os serviços dos ecossistemas contribuem para a conservação da paisagem, da qualidade ambiental (água, ar), da saúde e bem-estar e para a prevenção de riscos naturais.</p>	<p>Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD2</p>	<p>Estudo sobre os serviços dos ecossistemas no município de Ourém e sua valorização económica. Campanhas de sensibilização.</p>	<p>CMO, ICNF, APA-ARH</p>
	<p>III.d) Promoção da localização geoestratégica dos percursos pedestres, com a consequente valorização e integração dos caminhos de Fátima e de Santiago e rotas dos peregrinos, dos percursos associados a valores naturais e culturais</p>	<p>Esta opção é uma oportunidade para a melhoria do sistema de transportes (ao criar e ordenar percursos pedestres), para a qualificação urbana e a paisagem, para a promoção da saúde e bem-estar e para a redução do risco de acidentes entre peões e veículos automóveis.</p>	<p>Os percursos pedestres devem acautelar os riscos nos cruzamentos com vias rodoviárias (ou ao longo de vias rodoviárias) pelos riscos que acarretam. Também devem evitar (ou sinalizar os riscos) em zonas sujeitas a inundações ou solos instáveis.</p>	<p>Planeamento e projeto das rotas e da rede de caminhos</p>	<p>CMO, IMT, DGPC, ICNF, Turismo do Centro, Juntas de Freguesia, Santuário de Fátima</p>

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
	<p>III.e) Preservação, reabilitação e divulgação do património natural (geológico e biológico), arquitetónico e arqueológico</p>	<p>Esta opção contribui para a qualificação urbana e da paisagem. Também constituem uma oportunidade de melhoria da qualidade do ambiente.</p> <p>Os projetos de reabilitação podem constituir uma oportunidade para a prevenção de riscos (por ex. em edifícios antigos).</p>	<p>Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD2</p>	<p>Licenciamento de obras, incluindo demolições, tendo em atenção esta opção.</p> <p>Incentivos aos projetos que envolvam a conservação e reabilitação do património natural e cultural.</p> <p>Ações de promoção e divulgação.</p>	<p>CMO, ICNF, DGPC</p>
	<p>III.f) Delimitação e salvaguarda das áreas de risco, nomeadamente as áreas inundáveis, de instabilidade de vertentes e de incêndio rural, de forma a garantir a segurança de pessoas e bens</p>	<p>A salvaguarda das áreas de risco pode ser uma oportunidade para a melhoria do sistema de transporte (evitando localizar infraestruturas nessas áreas), para a contenção da dispersão urbana, para a promoção da qualidade do ambiente, saúde e bem-estar e para a prevenção de riscos.</p>	<p>Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD2</p>	<p>Ações de sensibilização e divulgação.</p>	<p>CMO</p>

No **Quadro 6.9** apresentam-se as diretrizes de monitorização, baseadas nos indicadores apresentados no capítulo 4.

Quadro 6.9 – FCD2 – Qualificação urbana, qualidade de vida, qualidade do ambiente, saúde e prevenção de riscos – Diretrizes de monitorização

Critério	Indicador	Periodicidade	Responsáveis
2.1 Contenção da dispersão urbana	2.1.1 Área das parcelas edificadas / área total dos perímetros urbanos (%)	Bienal	CMO
	2.1.2 População residente em lugares com menos de 30 habitantes e isolados (%)	Bienal	CMO
	2.1.3 Densidade populacional no solo urbano (hab./ha)	Bienal	CMO
	2.1.4 Densidade populacional nos aglomerados rurais (hab./ha)	Bienal	CMO
2.2 Melhoria do sistema de transporte	2.2.1 Capacidade de transporte nos vários modos (rodoviário, ferroviário, aéreo) (n.º de passageiros)	Bienal	CMO, IMT; operadores de transportes
	2.2.2 Fluidez das ligações rodoviárias internas (tempos médios de percurso entre pontos extremos e a sede do concelho)	Bienal	CMO
	2.2.3 Extensão da rede de transportes escolares (km)	Bienal	CMO
	2.2.4 Acessibilidade dos utilizadores às modalidades de transportes públicos (% da população a menos de 400 m das paragens, nas áreas residenciais e (% da população a menos de 800 m das paragens, nas áreas de baixa densidade populacional)	Bienal	CMO
	2.2.5 Repartição modal transporte individual / transporte coletivo no concelho (%)	Bienal	CMO
	2.2.6 Extensão de vias cicláveis/pedestres (km)	Anual	CMO
2.3 Qualificação urbana e da paisagem	2.3.1 Estado de conservação da estrutura ecológica urbana (escala qualitativa)	Bienal	CMO
	2.2.2 N.º de reconstruções por 100 construções novas (%)	Anual	CMO
	2.2.3 Estado de conservação do edificado, incluindo condições de habitabilidade (escala qualitativa)	Bienal	CMO
	2.2.4 Grau de cobertura dos equipamentos públicos por tipologia (escala qualitativa)	Bienal	CMO

Critério	Indicador	Periodicidade	Responsáveis
2.4 Promoção da qualidade do ambiente, saúde e bem-estar	2.4.1 Nível de atendimento de abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais (%)	Anual	CMO, concessionários
	2.4.2 Frequência de registos insatisfatórios no âmbito do Programa de Vigilância Sanitária da Água Destinada ao Consumo Humano, do Programa de Vigilância Sanitária das Águas Minerais Naturais e de Nascente e do Programa de Vigilância da Qualidade da Água em Zonas Balneares (%)	Anual	CMO, ARS, concessionários
	2.4.3 População sujeita a níveis de ruído ou de poluição atmosférica superior aos limites legais (n.º de pessoas)	Trienal	CMO
	2.4.4 Proporção de edifícios servidos por recolha de resíduos urbanos (%)	Bienal	CMO
	2.4.5 Condições de acessibilidade a equipamentos de saúde (escala qualitativa)	Bienal	CMO
	2.4.6 Capitação de espaços verdes (m²/1000 hab.)	Anual	CMO
	2.4.7 Capitação de médicos (n.º de médicos/1000 hab.)	Bienal	CMO
2.5 Prevenção de riscos	2.5.1 Ocupação humana em áreas de riscos naturais (n.º de hab.)	Bienal	CMO
	2.5.2 Acidentes registados devido a causas naturais, como inundações e incêndios, por ano (n.º de vítimas e de desalojados)	Anual	CMO
	2.5.3 Acidentes de tráfego por ano (n.º de vítimas mortais/10.000 hab.)	Anual	CMO, PSP, GNR
	2.5.4 Acidentes profissionais por ano (n.º de vítimas mortais e de incapacitação profissional/10.000 hab)	Anual	CMO

A colaboração da CCDR-LVT, da APA, da ARS-LVT e da ANPC pode traduzir-se no apoio metodológico e na revisão dos relatórios de monitorização, mas também no desenvolvimento de ações no âmbito das respetivas competências.

A realização da monitorização e os seus resultados devem ser objeto de divulgação pública, nomeadamente no site do Município de Ourém.

6.4 FCD3 – PATRIMÓNIO CULTURAL

6.4.1 *Análise de tendências e SWOT*

O concelho de Ourém dispõe de oito elementos classificados do património cultural imóvel, um com a categoria máxima (Castelo de Ourém, Monumento Nacional), seis com classificações de interesse público (frescos da capela de Nossa Senhora da Conceição, em Olival, a igreja paroquial do Olival, a antiga vila de Ourém, o Pelourinho, a Cripta e tumulo do Marquês de Valença, na Igreja Matriz de Ourém, situados na antiga vila de Ourém, e a casa onde nasceram os videntes de Fátima, em Aljustrel e um outro de interesse municipal, a antiga Casa do Administrador, na cidade de Ourém.

Estes dois últimos valores patrimoniais, a casa dos videntes e a antiga Casa do Administrador do concelho, são os únicos elementos classificados associados às Aparições de Fátima.

No entanto, estes valores classificados estão longe de esgotar os elementos com interesse patrimonial do concelho. Um levantamento feito no âmbito dos estudos de caracterização e diagnóstico do território, preparatórios do presente processo de revisão do PDM, identifica mais de duas centenas de valores patrimoniais (de carácter arqueológico, arquitetónico e etnográfico e distribuídos por todo o território concelhio), sendo grande parte desses elementos potencialmente a salvaguardar no âmbito do ordenamento municipal, abrangendo diferentes categorias definidas nos referidos estudos (património político-administrativo, equipamentos de saúde, educação e cultura, património viário, quintas, património industrial e agro-pecuário, equipamentos de abastecimento de água, Santuário de Fátima, património funerário, igrejas, capelas e ermidas, cruzeiros e oratórios).

Alguns destes elementos, aliás, foram já objeto de propostas de classificação, como a Basílica de Nossa Senhora do Rosário (Basílica de Fátima), a igreja paroquial de Seiça ou o edifício dos CTT de Ourém, tendo esses processos sido encerrados, por diversas razões, o que não invalida que não possam vir a ser retomados ou que sejam objeto de outras medidas de salvaguarda, nomeadamente de âmbito municipal.

É de referir, a propósito, que alguns dos elementos classificados obtiveram esse reconhecimento legal nos últimos dez anos (a Casa do Administrador e a Igreja Paroquial do Olival), ou seja, que se mantém ativa a atenção ao estabelecimento de medidas oficiais de salvaguarda e valorização do património monumental do concelho.

A descrição destas situações e das tendências identificadas em relação a esses aspetos pode considerar-se como tendo uma relação direta com os critérios integrantes do FCD3, de valorização do património relacionado com as Aparições de Fátima e com o património cultural material.

Por outro lado, não se encontra qualquer elemento do património cultural imaterial registado na base de dados da DG do Património Cultural (Matriz PCI), mas o Museu Municipal de Ourém tem em curso um projeto de Arquivo da Memória, da maior importância para a recolha de tradições vivas e de elementos etnográficos do concelho, que poderá ter um papel fulcral na promoção da identidade territorial e na salvaguarda do património imaterial de Ourém. Assim, pode identificar-se aqui uma tendência de reforço da atenção às componentes imateriais do património que respeita diretamente ao critério da promoção da identidade de Ourém.

Embora se trate, neste FCD3, do Património Cultural, não é de menor importância a relação destes valores com o património natural, no caso de Ourém particularmente com o património cársico (grutas, algares, linhas de água, paisagens) e com o Monumento das Pegadas de Dinossáurio. Igualmente se pode considerar este potencial de integração de diferentes vertentes patrimoniais como contribuinte para a promoção da identidade territorial.

Além da importância intrínseca dos elementos do património cultural, a sua presença, articulação e valorização tem vindo a constituir um importante ativo económico, em particular para o setor do turismo, e a sua distribuição pelo território concelhio, em áreas urbanas e rurais, contribui para uma maior coesão territorial e permite uma espacialização de medidas de intervenção para a sua salvaguarda e prevenção de intrusões e desqualificações, com um contributo direto para a qualidade ambiental do concelho. Esta espacialização poderá permitir, igualmente, sustentar o estabelecimento de rotas e percursos que igualmente contribuem para a integração entre o património cultural e o património natural e para o reforço das relações entre espaços urbanos e áreas rurais.

Os valores patrimoniais e de interesse turístico do concelho têm permitido, ainda, o desenvolvimento de relações territoriais e de promoção da imagem do concelho, de que são exemplos a integração no Arco Monumental Óbidos-Alcobaça-Batalha-Ourém-Tomar-Almourol-Santarém e no chamado Triângulo Histórico-Cultural Ourém-Leiria-Coimbra, além da constituição do “pólo de marca turística” Leiria-Fátima-Tomar, sob a égide do Turismo Centro de Portugal.

No caso de Ourém, assume ainda um particular destaque o património relacionado com as Aparições de Fátima e o culto Mariano, desde logo em Fátima e Cova de Iria, mas também com outros elementos dispersos, como as antigas casas dos Videntes ou do Administrador e os locais e núcleos musealizados relacionados com estes acontecimentos. A valorização e fruição destes valores têm vindo a receber particular reforço pela crescente importância, mesmo a nível mundial, das vertentes do turismo religioso e do turismo científico.

A criação e desenvolvimento das rotas de peregrinação e caminhos de Fátima, como já referido, além de permitir articular esses diversos elementos poderá contribuir para a valorização e a integração de outras

valências patrimoniais e outros locais do concelho, diminuindo a assimetria entre o turismo de carácter religioso e mais sazonal relacionado com as Aparições e o restante turismo cultural e de natureza que o concelho pode sustentar.

Esta valorização crescente do património cultural como recurso económico e de promoção dos territórios, reforça a importância social das componentes patrimoniais e culturais, permitindo o desenvolvimento de áreas de exploração económica e o aumento da coesão territorial.

A criação da empresa municipal Ourémviva, que tem nas suas atribuições “promover ações conducentes ao desenvolvimento do território municipal e das suas comunidades nas áreas da (...) valorização e divulgação do património natural e cultural e apoio às atividades e produtos locais tradicionais” pode ser interpretada como o reconhecimento desta tendência para a crescente importância do património cultural para as comunidades e territórios.

Estas tendências de valorização patrimonial poderão dar resposta positiva ao aproveitamento das oportunidades que se pretendem identificar com os critérios de valorização do património que concretizam este FCD3.

No **Quadro 6.10** apresentam-se os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças relativos ao FCD3, determinados através da aplicação de uma análise SWOT.

Quadro 6.10 – FCD3 – Património cultural: Análise SWOT – pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> •Diversidade patrimonial, em termos cronológicos, territoriais e tipológicos, assegurando uma representatividade do município enquanto expressão unitária •Elementos patrimoniais classificados com importância nacional, destacando-se o Castelo de Ourém (monumento nacional) e o núcleo medieval de Ourém •Elementos patrimoniais, classificados e não classificados, de grande importância monumental, museológica e etnográfica, associados às Aparições de Fátima •Existência de um serviço técnico municipal com atuação específica em matéria de estudo, salvaguarda e difusão do património cultural do município, público e particular •Existência de uma empresa municipal (Ouremviva) com atribuições na área da promoção do património cultural 	<ul style="list-style-type: none"> •Insuficiente valorização turística do núcleo medieval de Ourém e dos valores naturais e paisagísticos existentes no município •A maioria dos bens patrimoniais existentes inscreve-se em propriedade privada, o que dificulta a atuação do município em matéria de salvaguarda •Escassez de financiamento para intervir na valorização do património cultural
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> •Potencial turístico do concelho, de onde relevam vários ativos como Fátima, as Pegadas dos Dinossauros, a cidade de Ourém e o seu núcleo histórico medieval e diversos valores naturais, potenciando-se mutuamente e de forma integrada e reforçando socialmente a importância dos valores patrimoniais •Criação e desenvolvimento dos “caminhos de Fátima” e da sua inserção em rotas temáticas e monumentais •Oportunidade de valorização integrada das áreas rurais do concelho (quintas, áreas agrícolas) •Oportunidade de identificação de elementos do património cultural inéditos no âmbito da reabilitação dos centros urbanos •Concretização do processo de prospeção, identificação, registo e préinventário dos bens patrimoniais arqueológicos e arquitetónicos, viabilizando uma leitura do panorama patrimonial concelhio e consequentemente a elaboração de um instrumento de gestão adequado a cada bem patrimonial sinalizado •Potencialidade, em sede de desenvolvimento de medidas de planeamento e gestão, de promover parcerias e articulações entre o município e entidades privadas com responsabilidade direta em elementos 	<ul style="list-style-type: none"> •Excesso de concentração da oferta e das rotas turísticas nos elementos relacionados com as Aparições de Fátima •Desarticulação entre os vários núcleos museológicos, limitando o seu potencial •Os principais conjuntos monumentais, nomeadamente o Castelo, Paço dos Condes e Vila Medieval de Ourém estão desprovidos de um Plano de Pormenor e Salvaguarda, clarificador das medidas ajustadas à respetiva salvaguarda e valorização •Inexistência de instrumentos legais de proteção, nomeadamente a classificação patrimonial ou o seu registo municipal, referentes a diversos valores culturais, o que os deixa mais expostos a riscos de intervenções lesivas e desvalorizadoras •Os vestígios arqueológicos são recursos finitos, insubstituíveis e particularmente vulneráveis, o que os coloca numa situação de maior risco de destruição, seja por ação humana seja por fenómenos naturais •As operações de reabilitação urbana, incluindo de infraestruturação do concelho, e de florestação / reflorestação têm fortes impactes ao nível do solo e subsolo, o que potencia o risco para os elementos patrimoniais, em especial os vestígios arqueológicos,

<p>culturais de grande importância, como a Casa de Bragança e o Santuário de Fátima</p> <ul style="list-style-type: none"> •Desenvolvimento do Arquivo da Memória de Ourém como potenciador da valorização do património imaterial e de promoção da identidade cultural do concelho •Aumento generalizado das valências do turismo cultural, religioso e científico, potenciando a valorização dos elementos culturais históricos, imateriais e relacionados com as Aparições de Fátima •Valorização conjunta dos elementos patrimoniais do concelho, em particular os de maior projecção (Santuário de Fátima, Castelo de Ourém, Pegadas de Dinossáurio), contrariando a dispersão desses elementos e a concentração excessiva de visitantes no turismo religioso •A revisão do PDM constitui uma oportunidade para o estabelecimento de normas de proteção e valorização do património cultural 	<p>caso não sejam implementadas medidas de salvaguarda dos mesmos</p>
---	---

6.4.2 Avaliação das opções estratégicas – oportunidades e riscos. Diretrizes para o seguimento

As opções estratégicas constituem as medidas previstas no Plano. Cada uma destas medidas é seguidamente avaliada utilizando os critérios definidos no capítulo 4 para o FCD3.

A avaliação é apresentada no **Quadro 6.11**, recorrendo à escala qualitativa indicada na secção 6.1 que procura identificar o contributo positivo ou negativo de cada medida para a concretização dos critérios deste FCD3.

Quadro 6.11 – FCD3 – Património cultural: Avaliação

Medidas previstas	Critérios		
	3.1	3.2	3.3
I.a) Definição de um modelo de ordenamento que promova a colmatação estruturante e a contenção dos perímetros urbanos em detrimento de políticas expansionistas, permitindo a promoção da reabilitação dos centros urbanos e a regeneração de áreas degradadas , a rentabilização das infraestruturas , a racionalização e maior cobertura dos equipamentos públicos , a otimização dos movimentos pendulares e a salvaguarda dos recursos naturais			
I.b) Assunção do eixo urbano Fátima – Ourém – Caxarias – Freixianda , valorizando o perfil funcional de cada um dos aglomerados e a promoção do transporte ferroviário e reforçando o interface de Caxarias e sua articulação com o transporte público rodoviário no serviço do eixo urbano			
I.c) Reforço da rede urbana de 2.º nível , base da autonomia funcional e da sustentabilidade social das unidades territoriais (UT) em que se divide o município			
I.d) Expansão das redes de infraestruturas de abastecimento e drenagem a todos os aglomerados urbanos			
I.e) Promoção de modos suaves de transporte			
I.f) Valorização dos espaços verdes em meio urbano , numa lógica de continuidade e articulação com o solo rústico envolvente			
II.a) Renovar o modelo de crescimento económico, valorizando os recursos endógenos			
II.b) Valorização económica da área florestal , predominantemente na zona norte do concelho, com o devido controlo das áreas e espécies afetas à floresta de produção			
II.c) Melhoria das acessibilidades externa e interna como essencial ao desempenho das atividades económicas, com a articulação entre a A1 e o IC9 , a hierarquização funcional da rede rodoviária, a articulação modal com o transporte ferroviário			
II.d) Definição dos espaços de atividades económicas numa lógica de corredor, de complementaridade e estruturadas com o sistema viário existente e previsto			
II.e) Promoção do potencial do Vale do Nabão num contexto integrado e intermunicipal			
III.a) Promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais singulares de cada UT, enfatizando os fatores diferenciadores (Santuário de Fátima, Pegadas dos Dinossáurios, Agroal, Castelo de Ourém, Rio Nabão, Ribeiras			

Medidas previstas	Critérios		
	3.1	3.2	3.3
da Salgueira, de Caxarias, do Olival, de Seiça, do Fárrio, Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros e Lombas de Fátima);			
III.b) Assunção de que o património natural é um ativo económico e produtor dos serviços dos ecossistemas e, como tal, fator de promoção do bem-estar da população residente e utente			
III.c) Assunção das áreas agrícolas, florestais e naturais como parte essencial dos espaços onde se desenvolvem funções humanas, nomeadamente as de fruição e de produção dos serviços de ecossistemas , nomeadamente o sequestro de carbono que contribui para a mitigação das alterações climáticas			
III.d) Promoção da localização geoestratégica dos percursos pedestres, com a consequente valorização e integração dos caminhos de Fátima e de Santiago e rotas dos peregrinos, dos percursos associados a valores naturais e culturais			
III.e) Preservação, reabilitação e divulgação do património natural (geológico e biológico), arquitetónico e arqueológico			
III.f) Delimitação e salvaguarda das áreas de risco , nomeadamente as áreas inundáveis, de instabilidade de vertentes e de incêndio rural , de forma a garantir a segurança de pessoas e bens			

Verifica-se que muitas das medidas avaliadas tem relevância para o FCD3 Património Cultural, mesmo que nalguns casos o seu contributo positivo possa ser através dos efeitos potenciadores indiretos de algumas delas, nomeadamente da melhoria geral da qualidade ambiental do território do concelho e das circulações e acessibilidades. São poucas as medidas que se avaliaram como totalmente neutras em relação ao Património Cultural, tendo-se identificado algumas como apresentando riscos ou ameaças diretas para este FCD3, que poderão ser avaliadas como desfavoráveis na ausência de medidas de salvaguarda dos elementos patrimoniais, em especial os arqueológicos, no âmbito da implementação dessas medidas, como é o caso das operações decorrentes das medidas I.a, I.d e II.b.

Naturalmente, as medidas mais significativas são as que respeitam explicitamente à promoção e salvaguarda do património concelhio, nas suas múltiplas valências, assim como as que podem ampliar o potencial de interesse e de integração territorial dos elementos patrimoniais individualmente considerados, em particular as que se ligam com a valorização integral do território nas suas componentes rurais e de património natural.

Das medidas avaliadas, algumas delas (III.a, III.d e III.e, todas elas integrantes do eixo estratégico Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental e patrimonial) assumem mesmo uma importância muito grande, mas é de esperar que outras propostas contidas no PDM e que se relacionam com esta vertente do ordenamento municipal possam vir a revelar-se de grande importância para a valorização cultural do concelho, quer diretamente pela salvaguarda e valorização dos valores patrimoniais, quer pela contribuição destes valores para o desenvolvimento do tecido económico local e para a coesão do território.

Quadro 6.12 – FCD3 – Património cultural: Diretrizes de programação e gestão das oportunidades e riscos identificados

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
I - Promover a coesão social e territorial e a qualificação urbana	I.a) Definição de um modelo de ordenamento que promova a colmatação estruturante e a contenção dos perímetros urbanos em detrimento de políticas expansionistas, permitindo a promoção da reabilitação dos centros urbanos e a regeneração de áreas degradadas , a rentabilização das infraestruturas , a racionalização e maior cobertura dos equipamentos públicos , a otimização dos movimentos pendulares e a salvaguarda dos recursos naturais	Critérios 3.1, 3.2 e 3.3 poderão ser beneficiados por um melhor ordenamento e uma valorização dos espaços urbanos, a reabilitação dos centros urbanos e a regeneração das áreas degradadas, pelo seu contributo, mesmo que seja indireto, para a salvaguarda e valorização dos elementos patrimoniais aí situados	As operações urbanísticas podem revelar a presença de vestígios arqueológicos, que correm riscos de destruição se não foram tomadas medidas para a sua proteção	Concretização do zonamento das decisões concretas de materialização do plano considerando os elementos patrimoniais envolvidos Elaboração de normas, a constar do Regulamento, para salvaguarda dos elementos patrimoniais inéditos ou ainda não classificados, nomeadamente os arqueológicos, no âmbito das operações urbanísticas	CMO
	I.b) Assunção do eixo urbano Fátima – Ourém – Caxarias – Freixianda , valorizando o perfil funcional de cada um dos aglomerados e a promoção do transporte ferroviário e reforçando o interface de Caxarias e sua	Mesmo que de forma difusa e indireta, esta opção contribui para os critérios 3.1.e.3.2, podendo ter uma importância maior para a concretização do critério 3.3	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD3	Concretização do zonamento das decisões concretas de materialização do plano considerando os elementos patrimoniais envolvidos	CMO

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
	articulação com o transporte público rodoviário no serviço do eixo urbano				
	I.c) Reforço da rede urbana de 2.º nível , base da autonomia funcional e da sustentabilidade social das unidades territoriais (UT) em que se divide o município	Sem relevância para o FCD3	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD3	-	-
	I.d) Expansão das redes de infraestruturas de abastecimento e drenagem a todos os aglomerados urbanos	Sem relevância para o FCD3	As operações de expansão das redes de infraestruturacão podem revelar a presença de vestígios arqueológicos, que correm riscos de destruição se não foram tomadas medidas para a a sua proteção	Elaboração de normas, a constar do Regulamento, para salvaguarda dos elementos patrimoniais inéditos ou ainda não classificados, nomeadamente os arqueológicos, no âmbito das operações de infraestruturacão do concelho	-
	I.e) Promoção de modos suaves de transporte	Esta opção pode contribuir diretamente para os objetivos pretendidos com o critério 3.3	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD3	Concretização do estabelecimento dos percursos que concretizam esses modos suaves considerando os elementos patrimoniais envolvidos	CMO

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
	I.f) Valorização dos espaços verdes em meio urbano , numa lógica de continuidade e articulação com o solo rústico envolvente	Esta opção pode contribuir diretamente para os objetivos pretendidos com o critério 3.3	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD3	Concretização do zonamento das decisões concretas de materialização do plano considerando os elementos patrimoniais envolvidos	CMO
II - Dinamizar a economia e ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização	II.a) Renovar o modelo de crescimento económico, valorizando os recursos endógenos	A influência desta opção no FCD3 associa-se diretamente à promoção da identidade de Ourém (3.3) e indiretamente à valorização social dos elementos do património cultural (3.1 e 3.2)	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD3	Definir os recursos e os produtos associados que poderão sustentar este modelo económico e procurar a sua integração em termos de sinergias e imagens de marca territorial Garantir que os instrumentos de apoio ao investimento, nomeadamente quando assentes em fundos públicos, nacionais ou europeus, incluem o cumprimento dos objetivos do plano no seu processo de decisão e aprovação	CMO, entidades gestoras de instrumentos de apoio ao desenvolvimento económico e entidades privadas responsáveis pelo lançamento de produtos de base endógena
	II.b) Valorização económica da área florestal , predominantemente na	Sem relevância para o FCD3	As operações de florestação / reflorestação podem	Elaboração de normas, a constar do	-

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
	zona norte do concelho, com o devido controlo das áreas e espécies afetas à floresta de produção		revelar a presença de vestígios arqueológicos, que correm riscos de destruição se não foram tomadas medidas para a a sua proteção	Regulamento, para salvaguarda dos elementos patrimoniais inéditos ou ainda não classificados, nomeadamente os arqueológicos, no âmbito das operações de florestação ou reflorestação	
	II.c) Melhoria das acessibilidades externa e interna como essencial ao desempenho das atividades económicas, com a articulação entre a A1 e o IC9 , a hierarquização funcional da rede rodoviária, a articulação modal com o transporte ferroviário	Esta opção favorece sobretudo o critério 3.1 e a relação entre o património cultural e a atividade turística	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD3	Concretização do zonamento das decisões concretas de materialização do plano e do lançamento destas infraestruturas considerando os elementos patrimoniais envolvidos	CMO, entidades com responsabilidades na gestão das redes rodo e ferroviárias e da aviação civil
	II.d) Definição dos espaços de atividades económicas numa lógica de corredor, de complementaridade e estruturadas com o sistema viário existente e previsto	Sem relevância para o FCD3	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD3	-	-

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
	II.e) Promoção do potencial do Vale do Nabão num contexto integrado e intermunicipal	A influência desta opção no FCD3 relaciona-se essencialmente com a valorização da identidade de Ourém e pelo seu potencial de integração entre elementos do património natural e do património cultural	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD3	Sujeitar as decisões sobre o Vale do Nabão ao escrutínio da forma como se articulam com os objectivos do plano	CMO
III - Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental e patrimonial	III.a) Promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais singulares de cada UT, enfatizando os fatores diferenciadores (Santuário de Fátima, Pegadas dos Dinossáurios, Agroal, Castelo de Ourém, Rio Nabão, Ribeiras da Salgueira, de Caxarias, do Olival, de Seiça, do Fárrio, Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros e Lombas de Fátima);	Critérios 3.1, 3.2 e 3.3 são apoiados pela promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais, relacionado e integrando diferentes valências patrimoniais	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD3	Sujeição de cada um dos projetos à avaliação da sua conformidade com os objectivos do plano e a valorização integrada dos elementos patrimoniais envolvidos	CMO, entidades com tutela e proprietários dos elementos do património cultural e natural envolvido

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
	<p>III.b) Assunção de que o património natural é um ativo económico e produtor dos serviços dos ecossistemas e, como tal, fator de promoção do bem-estar da população residente e utente</p>	<p>Esta opção pode contribuir diretamente para os objetivos pretendidos com o critério 3.3</p>	<p>Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD3</p>	<p>Garantir que os instrumentos de apoio ao investimento, nomeadamente quando assentes em fundos públicos, nacionais ou europeus, incluem o cumprimento dos objetivos do plano no seu processo de decisão e aprovação</p>	<p>CMO, entidades gestoras de instrumentos de apoio ao desenvolvimento económico</p>
	<p>III.c) Assunção das áreas agrícolas, florestais e naturais como parte essencial dos espaços onde se desenvolvem funções humanas, nomeadamente as de fruição e de produção dos serviços de ecossistemas, nomeadamente o sequestro de carbono que contribui para a mitigação das alterações climáticas</p>	<p>Esta opção pode contribuir diretamente para os objetivos pretendidos com o critério 3.3</p>	<p>Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD3</p>	<p>Garantir que os instrumentos de apoio ao investimento, nomeadamente quando assentes em fundos públicos, nacionais ou europeus, incluem o cumprimento dos objetivos do plano no seu processo de decisão e aprovação</p>	<p>CMO, entidades gestoras de instrumentos de apoio ao desenvolvimento económico</p>

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
	III.d) Promoção da localização geoestratégica dos percursos pedestres, com a consequente valorização e integração dos caminhos de Fátima e de Santiago e rotas dos peregrinos, dos percursos associados a valores naturais e culturais	Critério 3.1, 3.2 e 3.3 são apoiados pela promoção de percursos e rotas monumentais e culturais, potenciando a valorização de elementos patrimoniais e o seu contributo para a economia e a coesão do território e a promoção da identidade de Ourém	A existência de riscos depende da concretização das rotas e percursos, que poderão contribuir para alguma desvalorização de elementos patrimoniais que não venham a ser integrados ou para a excessiva especialização destas rotas na vertente do turismo religioso	Sujeição de cada um dos projetos à avaliação da sua conformidade com os objectivos do plano e conforme os elementos patrimoniais envolvidos	CMO, entidades com tutela e propriedade sobre os elementos patrimoniais envolvidos
	III.e) Preservação, reabilitação e divulgação do património natural (geológico e biológico), arquitetónico e arqueológico	Critério 3.1, 3.2 e 3.3 são apoiados pela valorização do potencial do património cultural e pela sua integração com o património natural	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD3	Sujeição de cada um dos projetos à avaliação da sua conformidade com os objectivos do plano e conforme os elementos patrimoniais envolvidos	CMO, entidades com tutela e propriedade sobre os elementos patrimoniais envolvidos
	III.f) Delimitação e salvaguarda das áreas de risco , nomeadamente as áreas inundáveis, de instabilidade de vertentes e de incêndio rural , de forma a garantir a segurança de pessoas e bens	Sem relevância para o FCD3	Sem relevância para o FCD3	-	-

No **Quadro 6.13** apresentam-se as diretrizes de monitorização, baseadas nos indicadores apresentados no capítulo 4.

Quadro 6.13 – FCD3 – Património cultural – Diretrizes de monitorização

Critério	Indicador	Periodicidade	Responsáveis
3.1 Valorização do património cultural, designadamente o religioso associado às Aparições de Fátima	3.1.1. N.º e distribuição de visitantes /ano dos equipamentos e monumentos religiosos associados às Aparições	anual	CMO, Santuário de Fátima
	3.1.2 N.º de postos de atendimento /n.º de visitantes	anual	CMO, Santuário de Fátima
	3.1.3 Investimento em ações de valorização artística e cultural do património associado às Aparições, incluindo inclusão em rotas de turismo religioso (€)	anual	CMO, DGPC, Turismo Portugal, Santuário de Fátima
3.2 Valorização do património cultural material	3.2.1 N.º de visitantes/ano de monumentos históricos e museus do concelho	anual	CMO, DGPC, INE
	3.2.2 Classificação de património e estabelecimento de zonas de proteção (n.º de elementos classificados e de zonas de proteção)	bienal	CMO, DGPC
	3.2.3 Investimento na inventariação e conservação de elementos patrimoniais (€)	bienal	CMO, DGPC, Santuário de Fátima, Casa de Bragança
	3.2.4 Criação, ou integração, de roteiros monumentais regionais, nacionais ou internacionais (€)	bienal	CMO, Turismo Portugal, DGPC, Santuário de Fátima
3.3 Promoção da identidade de Ourém	3.3.1 Investimento na inventariação, estudo e promoção das formas e expressões culturais do concelho, incluindo as etnográficas e de artesanato e outros produtos de base local (€)	bienal	CMO

A colaboração de entidades externas à CMO, nomeadamente da CCDR-LVT, da DGPC e do Turismo de Portugal, pode traduzir-se no apoio metodológico e na revisão dos relatórios de monitorização, mas também no desenvolvimento de ações no âmbito das respetivas competências.

O estabelecimento de parcerias ou outras formas de articulação com proprietários privados de elementos do património cultural, nomeadamente dos grandes conjuntos monumentais relacionados com a vila medieval de Ourém e com o Santuário de Fátima, poderá potenciar as oportunidades esperadas e constituir uma abordagem para a ultrapassagem ou o evitar das ameaças e riscos identificados.

A realização da monitorização e os seus resultados devem ser objeto de divulgação pública, nomeadamente no site do Município de Ourém.

6.5 FCD4 – RECURSOS NATURAIS E PATRIMÓNIO NATURAL

6.5.1 *Análise de tendências e SWOT*

O concelho de Ourém divide-se essencialmente em zonas de depósitos como aluviões e arenitos, que ocupam grande parte do concelho, e zonas calcárias, especialmente presentes a Sul do concelho e no canhão fluvio cársico do Agroal.

Estes dois grandes tipos de substrato influenciam de forma marcada a presença dos valores naturais, quer geológicos, quer de biodiversidade, tanto mais que, naturalmente, influenciando a disponibilidade de solos férteis, estão associados a diferentes usos do solo que condicionam o grau de naturalidade das formações vegetais.

As duas principais áreas de substrato calcário correspondem os dois sítios da Rede Natura que existem no concelho: Serras de Aire e Candeeiros e Sicó-Alvaiázere.

As áreas de depósitos que não estão ocupadas por agricultura, correspondem, em grande medida, áreas de produção florestal.

Sobre esta matriz, há um conjunto de linhas de água que também contêm valores naturais de elevada relevância, quer propriamente aquáticos, como a lampreia do Nabão, quer na envolvente, nomeadamente nas galerias ripícolas mais desenvolvidas.

Em todo o território há um conjunto de serviços dos ecossistemas que cujo valor deve ser reconhecido e protegido, quer na regulação do ciclo da água, como na conservação do solo, etc..

O pinheiro e eucalipto, bem como os matos, dominam largamente as formações vegetais presentes, com progressiva alteração de pinheiro para eucalipto e para mato.

O conjunto de habitats protegidos existentes concentram-se, como é de esperar, nos dois sítios Rede Natura, ou seja, na Serra de Aire e no vale do Nabão, em torno do Agroal, com presença ainda no troço mais a jusante, no concelho, da ribeira de Seiça.

Os processos de abandono agrícola, em paralelo com alguma estagnação da indústria e o aumento do peso dos serviços introduzem dinâmicas de alteração da paisagem em que a recuperação dos sistemas naturais mais complexos ocorrem em paralelo com o aumento de risco de incêndio.

Este aspecto, bem como a progressiva concentração da população nos aglomerados maiores, acentuando o divórcio entre o quotidiano das populações e a gestão do território, traduz-se numa concentração de recursos nos aglomerados mais dinâmicos, em especial Ourém e Fátima, e numa ausência de gestão na grande maioria do território.

No **Quadro 6.14** apresentam-se os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças relativos ao FCD4.

Quadro 6.14 – FCD4 – Recursos naturais e património natural: Análise SWOT – pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças

Pontos fortes	Pontos fracos
Diversidade paisagística Valores naturais presentes Aquífero do Maciço Calcário Estremenho Potencial económico dos recursos geológicos Cerca de 15% dos solos podem ser utilizados para práticas agrícolas intensivas	Falta de sustentabilidade económica da exploração florestal Ausência de potencial económico materializado das matas autóctones As pedreiras têm um grande impacto na paisagem, na qualidade do ar e nos recursos hídricos Grande parte dos solos existentes possuem baixa capacidade de uso (D e E)
Oportunidades	Ameaças
Interesse crescente em destinos de elevado interesse natural Interesse crescente em produtos que incorporam valor de gestão ambiental O olival e a vinha existentes estão subaproveitados	Valorização dos inertes Fraca regulamentação de proteção dos valores naturais Fraco enquadramento institucional do sector da conservação Forte limitação dos recursos públicos disponíveis para políticas de conservação Expansão da área de espécies invasoras (mimosas, etc.) Risco de contaminação do aquífero Elevado risco de incêndio

6.5.2 Avaliação das opções estratégicas – oportunidades e riscos. Diretrizes para o seguimento

As opções estratégicas constituem as medidas previstas no Plano. Cada uma destas medidas é avaliada utilizando os critérios definidos no capítulo 4 para o FCD4.

A avaliação é apresentada no **Quadro 6.15**, recorrendo à escala qualitativa indicada na secção 6.1.

Quadro 6.15 – FCD4 – Recursos naturais e património natural: Avaliação

Eixos	Opções estratégicas	Critérios		
		4.1	4.2	4.3
I - Promover a coesão social e territorial e a qualificação urbana	I.a) Definição de um modelo de ordenamento que promova a colmatção estruturante e a contenção dos perímetros urbanos em detrimento de políticas expansionistas, permitindo a promoção da reabilitação dos centros urbanos e a regeneração de áreas degradadas , a rentabilização das infraestruturas , a racionalização e maior cobertura dos equipamentos públicos , a otimização dos movimentos pendulares e a salvaguarda dos recursos naturais			
	I.b) Assunção do eixo urbano Fátima – Ourém – Caxarias – Freixianda , valorizando o perfil funcional de cada um dos aglomerados e a promoção do transporte ferroviário e reforçando o interface de Caxarias e sua articulação com o transporte público rodoviário no serviço do eixo urbano			
	I.c) Reforço da rede urbana de 2.º nível , base da autonomia funcional e da sustentabilidade social das unidades territoriais (UT) em que se divide o município			
	I.d) Expansão das redes de infraestruturas de abastecimento e drenagem a todos os aglomerados urbanos			
	I.e) Promoção de modos suaves de transporte			
	I.f) Valorização dos espaços verdes em meio urbano , numa lógica de continuidade e articulação com o solo rústico envolvente			
II - Dinamizar a economia e ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização	II.a) Renovar o modelo de crescimento económico, valorizando os recursos endógenos			
	II.b) Valorização económica da área florestal , predominantemente na zona norte do concelho, com o devido controlo das áreas e espécies afetas à floresta de produção			
	II.c) Melhoria das acessibilidades externa e interna como essencial ao desempenho das atividades económicas, com a articulação entre a A1 e o IC9 , a hierarquização funcional da rede rodoviária, a articulação modal com o transporte ferroviário			
	II.d) Definição dos espaços de atividades económicas numa lógica de corredor, de complementaridade e estruturadas com o sistema viário existente e previsto			

Eixos	Opções estratégicas	Critérios		
		4.1	4.2	4.3
	II.e) Promoção do potencial do Vale do Nabão num contexto integrado e intermunicipal			
III - Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental e patrimonial	III.a) Promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais singulares de cada UT, enfatizando os fatores diferenciadores (Santuário de Fátima, Pegadas dos Dinossáurios, Agroal, Castelo de Ourém, Rio Nabão, Ribeiras da Salgueira, de Caxarias, do Olival, de Seiça, do Fárrio, Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros e Lombas de Fátima);			
	III.b) Assunção de que o património natural é um ativo económico e produtor dos serviços dos ecossistemas e, como tal, fator de promoção do bem-estar da população residente e utente			
	III.c) Assunção das áreas agrícolas, florestais e naturais como parte essencial dos espaços onde se desenvolvem funções humanas, nomeadamente as de fruição e de produção dos serviços de ecossistemas , nomeadamente o sequestro de carbono que contribui para a mitigação das alterações climáticas			
	III.d) Promoção da localização geoestratégica dos percursos pedestres, com a conseqüente valorização e integração dos caminhos de Fátima e de Santiago e rotas dos peregrinos, dos percursos associados a valores naturais e culturais			
	III.e) Preservação, reabilitação e divulgação do património natural (geológico e biológico), arquitetónico e arqueológico			
	III.f) Delimitação e salvaguarda das áreas de risco , nomeadamente as áreas inundáveis, de instabilidade de vertentes e de incêndio rural , de forma a garantir a segurança de pessoas e bens			

A avaliação enfatiza aspetos relacionados com o impacto territorial das atividades, mas tem também em atenção aspetos de gestão, de que são exemplos a avaliação feita quanto à viabilidade económica da exploração florestal ou a valorização das quintas, que poderão influenciar decisões dos proprietários que impactam diretamente o território e os valores naturais.

Alguns aspetos, como a hierarquização dos centros urbanos, são considerados relevantes para os três critérios de análise, mesmo que o seu impacto no território seja indireto, estando sobretudo em causa o seu contributo para uma maior sustentabilidade global das atividades humanas.

Nalguns dos aspetos que podem ter impacto direto no território, optou-se por uma classificação de neutralidade, como é o caso de grande parte das infraestruturas previstas, visto que a análise de impacto depende inteiramente do projeto e localizações concretas, podendo ser muito positivo quando corretamente executada e correspondendo à resolução de problemas que hoje existem, até muito negativo se a localização e desenho de projeto não tiverem em atenção o território e valores naturais presentes.

Em qualquer caso, esta classificação deve ser revista em função de uma maior definição espacial e regulamentar das medidas.

Relativamente às oportunidades e riscos (ameaças) detetados durante a avaliação (**Quadro 6.15**), definem-se no **Quadro 6.16** diretrizes de programação e gestão e o respetivo quadro de governança.

Quadro 6.16 – FCD4 – Recursos naturais e património natural: Diretrizes de programação e gestão das oportunidades e riscos identificados

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
I - Promover a coesão social e territorial e a qualificação urbana	I.a) Definição de um modelo de ordenamento que promova a colmatção estruturante e a contenção dos perímetros urbanos em detrimento de políticas expansionistas, permitindo a promoção da reabilitação dos centros urbanos e a regeneração de áreas degradadas , a rentabilização das infraestruturas , a racionalização e maior cobertura dos equipamentos públicos , a otimização dos movimentos pendulares e a salvaguarda dos recursos naturais	Critérios 4.1, 4.2 e 4.3 são apoiados pela espacialização que garante a conservação do potencial dos recursos naturais e da qualidade da paisagem, evitando a destruição por sobreposição com usos urbanos	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD4	Concretização do zonamento das decisões concretas de materialização do plano	CMO
	I.b) Assunção do eixo urbano Fátima – Ourém – Caxarias – Freixianda , valorizando o perfil funcional de cada um dos aglomerados e a promoção do transporte ferroviário e reforçando o interface de Caxarias e sua articulação com o transporte público rodoviário no serviço do eixo urbano	Sem relevância para o FCD4	Sem relevância para o FCD4		

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
	I.c) Reforço da rede urbana de 2.º nível , base da autonomia funcional e da sustentabilidade social das unidades territoriais (UT) em que se divide o município	Critério 4.3 é apoiado por esta opção estratégica	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD4	Elaboração ou revisão e posterior execução de planos de urbanização ou de pormenor que concretizem esta opção.	CMO
	I.d) Expansão das redes de infraestruturas de abastecimento e drenagem a todos os aglomerados urbanos	Esta opção contribui para a proteção dos recursos hídricos	Sem relevância para o FCD4	Investimento na expansão das redes	CMO
	I.e) Promoção de modos suaves de transporte	Sem relevância para o FCD4	Sem relevância para o FCD4		
	I.f) Valorização dos espaços verdes em meio urbano , numa lógica de continuidade e articulação com o solo rústico envolvente	Critérios 4.1 e 4.3 são apoiados por esta opção estratégica que potencia a integração entre espaço urbano e espaços envolventes	Sem relevância para o critério 4.2	Consideração nos PU e PP. Projetos para os espaços verdes.	CMO
II - Dinamizar a economia e ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização	II.a) Renovar o modelo de crescimento económico, valorizando os recursos endógenos	A influência desta opção no FCD4 depende essencialmente da forma como esta opção estratégica for materializada	A influência desta opção no FCD4 depende essencialmente da forma como esta opção estratégica for materializada	Incentivo a projetos que valorizem os recursos endógenos. Avaliação dos seus eventuais impactes negativos em recursos naturais, na conservação do	CMO, ICNF, APA/ARH

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
				património natural e na paisagem rural	
	II.b) Valorização económica da área florestal , predominantemente na zona norte do concelho, com o devido controlo das áreas e espécies afetadas à floresta de produção	A influência desta opção no FCD4 depende essencialmente da forma como esta opção estratégica for materializada	A influência desta opção no FCD4 depende essencialmente da forma como esta opção estratégica for materializada	Planos de Gestão Florestal Incentivo a projetos de valorização económica da área florestal. Avaliação dos seus eventuais impactos negativos em recursos naturais, na conservação do património natural e na paisagem rural	
	II.c) Melhoria das acessibilidades externa e interna como essencial ao desempenho das atividades económicas, com a articulação entre a A1 e o IC9 , a hierarquização funcional da rede rodoviária, a articulação modal com o transporte ferroviário	Sem relevância para o FCD4	Sem relevância para o FCD4		
	II.d) Definição dos espaços de atividades económicas numa lógica de corredor, de complementaridade e estruturadas	Sem relevância para o FCD4	Sem relevância para o FCD4		

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
	<p>com o sistema viário existente e previsto</p> <p>II.e) Promoção do potencial do Vale do Nabão num contexto integrado e intermunicipal</p>	<p>A influência desta opção no FCD4 depende essencialmente da forma como esta opção estratégica for materializada, embora a opção em si mesma tenda para uma oportunidade para os três critérios de avaliação do FCD4</p>	<p>A influência desta opção no FCD4 depende essencialmente da forma como esta opção estratégica for materializada</p>	<p>Planeamento de intervenções num contexto integrado e intermunicipal. Avaliação dos seus eventuais impactes negativos em recursos naturais, na conservação do património natural e na paisagem rural</p>	<p>CMO e restantes municípios do Vale do Nabão (Ansião, Alvaiázere, Pombal, Tomar), ICNF</p>
<p>III - Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental e patrimonial</p>	<p>III.a) Promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais singulares de cada UT, enfatizando os fatores diferenciadores (Santuário de Fátima, Pegadas dos Dinossáurios, Agroal, Castelo de Ourém, Rio Nabão, Ribeiras da Salgueira, de Caxarias, do Olival, de Seiça, do Fárrio, Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros e Lombas de Fátima);</p>	<p>Critérios 4.1, 4.2 e 4.3 são apoiados pela valorização do potencial dos recursos naturais e da qualidade da paisagem</p>	<p>Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD4</p>	<p>Projetos de intervenção. Campanhas de promoção. Estabelecimento de rotas.</p>	<p>CMO, ICNF, APA-ARH, Juntas de Freguesia,</p>

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
	III.b) Assunção de que o património natural é um ativo económico e produtor dos serviços dos ecossistemas e, como tal, fator de promoção do bem-estar da população residente e utente	Critérios 4.1, 4.2 e 4.3 são apoiados pela valorização do potencial dos recursos naturais e da qualidade da paisagem	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD4	Estudo sobre os serviços dos ecossistemas no município de Ourém e sua valorização económica. Campanhas de sensibilização.	CMO, ICNF, APA-ARH
	III.c) Assunção das áreas agrícolas, florestais e naturais como parte essencial dos espaços onde se desenvolvem funções humanas, nomeadamente as de fruição e de produção dos serviços de ecossistemas , nomeadamente o sequestro de carbono que contribui para a mitigação das alterações climáticas	Critérios 4.1 e 4.3 são apoiados pela valorização do potencial dos recursos naturais e da qualidade da paisagem	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD4	Estudo sobre os serviços dos ecossistemas no município de Ourém e sua valorização económica. Campanhas de sensibilização.	CMO, ICNF, APA-ARH
	III.d) Promoção da localização geoestratégica dos percursos pedestres, com a conseqüente valorização e integração dos caminhos de Fátima e de Santiago e rotas dos peregrinos, dos percursos associados a valores naturais e culturais	Critério 4.3 é apoiado pela valorização do potencial dos recursos naturais e da qualidade da paisagem	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD4	Planeamento e projeto das rotas e da rede de caminhos	CMO, IMT, ICNF, Turismo do Centro, Juntas de Freguesia

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
	III.e) Preservação, reabilitação e divulgação do património natural (geológico e biológico), arquitetónico e arqueológico	Critérios 4.1, 4.2 e 4.3 são apoiados pela valorização do potencial dos recursos naturais e da qualidade da paisagem	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD4	Incentivos aos projetos que envolvam a conservação e reabilitação do património natural. Ações de promoção e divulgação.	CMO, ICNF
	III.f) Delimitação e salvaguarda das áreas de risco , nomeadamente as áreas inundáveis, de instabilidade de vertentes e de incêndio rural , de forma a garantir a segurança de pessoas e bens	Sem relevância para o FCD4	Sem relevância para o FCD4		

No **Quadro 6.17** apresentam-se as diretrizes de monitorização, baseadas nos indicadores apresentados no capítulo 4.

Quadro 6.17 – FCD4 – Recursos naturais e património natural – Diretrizes de monitorização

Critério	Indicador	Periodicidade	Responsáveis
4.1 Gestão sustentável de recursos naturais	4.1.1 Investimento na gestão ambiental (incluindo recuperação ambiental e integração paisagística) de áreas de exploração de depósitos e massas minerais (€)	Anual	CMO
	4.1.2 Utilização de áreas de RAN para usos não agrícolas (ha)	Anual	DRAP
	4.1.3 Impermeabilização dos solos (ha)	Anual	CMO
	4.1.4 Cumprimento dos objetivos de qualidade das massas de água, tal como definidos nos PGRH (%)	Bienal	APA/ARH
4.2 Conservação e valorização da estrutura ecológica e património natural	4.2.1 Integridade da estrutura ecológica municipal e das áreas classificadas (incluindo a REN) (índice de integridade)	Bienal	CMO
	4.2.2 Estado de conservação de espécies, habitats e valores geológicos (escala qualitativa)	Seis anos	ICNF (relatório art. 17º da Diretiva Habitats)
	4.2.3 Investimento na inventariação, estudo, valorização e conservação do património biológico e geológico (€)	Anual	CMO
4.3 Paisagem	4.3.1 Grau de conservação das paisagens mais significativas (escala qualitativa)	Bienal	CMO
	4.3.2 Áreas degradadas e principais intrusões visuais (pedreiras abandonadas e não recuperadas, lixeiras, aterros/escavações, áreas de depósito de entulhos, etc.) (ha)	Anual	CMO

A colaboração da CCDR-LVT pode traduzir-se no apoio metodológico e na revisão dos relatórios de monitorização, mas também no desenvolvimento de ações no âmbito das respetivas competências.

A realização da monitorização e os seus resultados devem ser objeto de divulgação pública, nomeadamente no site do Município de Ourém.

6.6 FCD5 – ENERGIA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

6.6.1 *Análise de tendências e SWOT*

Não existem dados disponíveis sobre as alterações climáticas no território do município de Ourém. Este fator pode ser analisado sob duas perspetivas: a emissão de gases com efeito de estufa, que contribuem decisivamente para o fenómeno das alterações climáticas, e a necessidade de adaptação às alterações climáticas.

Relativamente ao primeiro aspeto, as principais emissões são representadas pelo tráfego automóvel, sobretudo do gerado pelo Santuário de Fátima, que tem vindo a crescer. Também a mobilidade no concelho assenta fundamentalmente no transporte individual, embora iniciativas recentes, como o “Transporte a Pedido” tentem contrariar essa tendência.

Muitas das tendências que se verificam (e que se devem acentuar no futuro) no sentido da redução das emissões são também elas globais, tais como os automóveis híbridos ou elétricos, a utilização de iluminação e de equipamentos com consumos muito mais reduzidos, etc.

Relativamente às consequências das alterações climáticas no território e na sua ocupação, há a apenas a realçar a tendência para o acréscimo de alguns riscos naturais (inundações, incêndio florestal) que já estão considerados na revisão do PDM.

No **Quadro 6.18** apresentam-se os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças relativos ao FCD5.

Quadro 6.18 – FCD5 – Energia e alterações climáticas: Análise SWOT – pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças

Pontos fortes	Pontos fracos
Presença do principal eixo ferroviário nacional (Linha do Norte, com estação em Caxarias) As principais áreas urbanas (Fátima, Ourém) têm topografia adequada à utilização da bicicleta Disponibilidade de biomassa como fonte de energia renovável	Generalidade das construções com baixa eficiência energética Dependência do transporte automóvel individual Topografia desfavorável à utilização da bicicleta em grande parte do território Peso do transporte rodoviário no acesso de visitantes a Fátima Ausência de programas de ação para a adaptação às alterações climáticas
Oportunidades	Ameaças

<p>A emergência de novos conceitos (mobilidade sustentável, modos suaves de transporte)</p> <p>Favorecimento por parte de turistas e investidores de soluções eficientes</p> <p>Quadro regulamentar crescentemente exigente</p> <p>Preço da energia como incentivo a soluções mais eficientes</p> <p>Soluções de veículos elétricos, de iluminação e equipamentos com baixo consumo, de sistemas de domótica que rentabilizam o consumo de energia, etc.</p> <p>Condições climáticas favoráveis à utilização de energias renováveis (solar, eólica, hídrica)</p>	<p>Desinteresse dos operadores turísticos nacionais em promover o modo ferroviário no acesso a Fátima</p>
--	---

6.6.2 Avaliação das opções estratégicas – oportunidades e riscos. Diretrizes de seguimento

As opções estratégicas constituem as medidas previstas no Plano. Cada uma destas medidas é avaliada utilizando os critérios definidos no capítulo 4 para o FCD5.

A avaliação é apresentada no **Quadro 6.19**, recorrendo à escala qualitativa indicada na secção 6.1.

Quadro 6.19 – FCD5 – Energia e alterações climáticas: Avaliação

Medidas previstas	Critérios		
	5.1	5.2	5.3
I.a) Definição de um modelo de ordenamento que promova a colmatção estruturante e a contenção dos perímetros urbanos em detrimento de políticas expansionistas, permitindo a promoção da reabilitação dos centros urbanos e a regeneração de áreas degradadas, a rentabilização das infraestruturas, a racionalização e maior cobertura dos equipamentos públicos, a otimização dos movimentos pendulares e a salvaguarda dos recursos naturais			
I.b) Assunção do eixo urbano Fátima – Ourém – Caxarias – Freixianda, valorizando o perfil funcional de cada um dos aglomerados e a promoção do transporte ferroviário e reforçando o interface de Caxarias e sua articulação com o transporte público rodoviário no serviço do eixo urbano			
I.c) Reforço da rede urbana de 2.º nível, base da autonomia funcional e da sustentabilidade social das unidades territoriais (UT) em que se divide o município			
I.d) Expansão das redes de infraestruturas de abastecimento e drenagem a todos os aglomerados urbanos			
I.e) Promoção de modos suaves de transporte			
I.f) Valorização dos espaços verdes em meio urbano, numa lógica de continuidade e articulação com o solo rústico envolvente			
II.a) Renovar o modelo de crescimento económico, valorizando os recursos endógenos			
II.b) Valorização económica da área florestal, predominantemente na zona norte do concelho, com o devido controlo das áreas e espécies afetas à floresta de produção			
II.c) Melhoria das acessibilidades externa e interna como essencial ao desempenho das atividades económicas, com a articulação entre a A1 e o IC9, a hierarquização funcional da rede rodoviária, a articulação modal com o transporte ferroviário			
II.d) Definição dos espaços de atividades económicas numa lógica de corredor, de complementaridade e estruturadas com o sistema viário existente e previsto			
II.e) Promoção do potencial do Vale do Nabão num contexto integrado e intermunicipal			
III.a) Promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais singulares de cada UT, enfatizando os fatores diferenciadores (Santuário de Fátima, Pegadas dos Dinossáurios, Agroal, Castelo de Ourém, Rio Nabão, Ribeiras da Salgueira, de Caxarias, do Olival, de Seiça, do			

Medidas previstas	Critérios		
	5.1	5.2	5.3
Fárrio, Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros e Lombas de Fátima);			
III.b) Assunção de que o património natural é um ativo económico e produtor dos serviços dos ecossistemas e, como tal, fator de promoção do bem-estar da população residente e utente			
III.c) Assunção das áreas agrícolas, florestais e naturais como parte essencial dos espaços onde se desenvolvem funções humanas, nomeadamente as de fruição e de produção dos serviços de ecossistemas, nomeadamente o sequestro de carbono que contribui para a mitigação das alterações climáticas			
III.d) Promoção da localização geoestratégica dos percursos pedestres, com a consequente valorização e integração dos caminhos de Fátima e de Santiago e rotas dos peregrinos, dos percursos associados a valores naturais e culturais			
III.e) Preservação, reabilitação e divulgação do património natural (geológico e biológico), arquitetónico e arqueológico			
III.f) Delimitação e salvaguarda das áreas de risco, nomeadamente as áreas inundáveis, de instabilidade de vertentes e de incêndio rural, de forma a garantir a segurança de pessoas e bens			

Da identificação e análise das tendências relativas aos fatores integrados neste FCD1 e da avaliação apresentada no Quadro 6.3, resultam oportunidades e riscos (ameaças) que se apresentam no **Quadro 6.20**.

Quadro 6.20 – FCD5 – Energia e alterações climáticas: Diretrizes de programação e gestão das oportunidades e riscos identificados

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
I - Promover a coesão social e territorial e a qualificação urbana	I.a) Definição de um modelo de ordenamento que promova a colmatção estruturante e a contenção dos perímetros urbanos em detrimento de políticas expansionistas, permitindo a promoção da reabilitação dos centros urbanos e a regeneração de áreas degradadas , a rentabilização das infraestruturas , a racionalização e maior cobertura dos equipamentos públicos , a otimização dos movimentos pendulares e a salvaguarda dos recursos naturais	Esta opção constitui uma oportunidade para melhorar a eficiência energética e também para o aproveitamento de energia renovável.	As operações de reabilitação de centros urbanos e de regeneração de áreas degradadas têm de ter em conta a adaptação às alterações climáticas	Promover a publicação de um guia sobre a incorporação da adaptação às alterações climáticas nas operações de reabilitação de centros urbanos e de regeneração de áreas degradadas	CMO
	I.b) Assunção do eixo urbano Fátima – Ourém – Caxarias – Freixianda , valorizando o perfil funcional de cada um dos aglomerados e a promoção do transporte ferroviário e reforçando o interface de Caxarias e sua articulação com o transporte público rodoviário no serviço do eixo urbano	A promoção do transporte ferroviário, aproveitando a Linha do Norte - principal eixo ferroviário do país, é uma oportunidade relevante para a redução das emissões de CO2	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD5	Concretização do interface de Caxarias	CMO / IMT / Infraestruturas de Portugal

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
	I.c) Reforço da rede urbana de 2.º nível , base da autonomia funcional e da sustentabilidade social das unidades territoriais (UT) em que se divide o município	O reforço da rede urbana de 2º nível pode permitir reforçar funções centrais e evitar as emissões de deslocações aos centros de 1º nível	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD5	Concretização do reforço da rede urbana de 2º nível	CMO
	I.d) Expansão das redes de infraestruturas de abastecimento e drenagem a todos os aglomerados urbanos	Sem relevância para o FCD5	Sem relevância para o FCD5	-	-
	I.e) Promoção de modos suaves de transporte	Esta opção constitui uma oportunidade relevante de redução de emissões de CO2	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD5	Plano de mobilidade	CMO
	I.f) Valorização dos espaços verdes em meio urbano , numa lógica de continuidade e articulação com o solo rústico envolvente	A valorização dos espaços verdes constitui uma oportunidade de criação de espaços importantes no amortecimento de cheias urbanas ou do combate a ondas de calor	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD5	Projetos de valorização e planos de manutenção dos espaços verdes urbanos	CMO
II - Dinamizar a economia e ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização	II.a) Renovar o modelo de crescimento económico, valorizando os recursos endógenos	A valorização dos recursos endógenos, incluindo as fontes de energia renovável, são uma oportunidade relevante para a redução de emissões de CO2. O aproveitamento de outros recursos endógenos evita o seu	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD5	Definir as áreas e os tipos de produtos que poderão ser promovidos de forma integrada e de promoção de marca territorial	CMO, entidades gestoras de instrumentos de apoio ao desenvolvimento económico e entidades

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
		transporte, novamente com poupança de emissões.		<p>Sujeitar as decisões de investimento ao escrutínio da forma como se articulam com os objectivos do plano</p> <p>Garantir que os instrumentos de apoio ao investimento, nomeadamente quando assentes em fundos públicos, nacionais ou europeus, incluem o cumprimento dos objectivos do plano no seu processo de decisão e aprovação</p>	promotoras de produtos de base endógena
	<p>II.b) Valorização económica da área florestal, predominantemente na zona norte do concelho, com o devido controlo das áreas e espécies afetas à floresta de produção</p>	<p>Esta opção é uma oportunidade no que se refere ao aproveitamento de energias renováveis (critério 5.2) e também como contributo para a redução do risco de incêndio florestal (responsável por emissões de CO2)</p>	<p>A situação cadastral da área florestal e o absentismo dos proprietários podem colocar em risco esta opção.</p>	<p>PMDFCI</p> <p>Sujeitar as decisões de investimento ao escrutínio da forma como se articulam com os objectivos do plano.</p> <p>Garantir que os instrumentos de apoio ao investimento, nomeadamente quando assentes em fundos públicos, nacionais ou</p>	<p>CMO, entidades gestoras de instrumentos de apoio ao desenvolvimento económico, proprietários e industriais da fileira florestal</p>

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
				europeus, incluem o cumprimento dos objectivos do plano no seu processo de decisão e aprovação	
	II.c) Melhoria das acessibilidades externa e interna como essencial ao desempenho das atividades económicas, com a articulação entre a A1 e o IC9 , a hierarquização funcional da rede rodoviária, a articulação modal com o transporte ferroviário	A articulação modal com o transporte ferroviário é uma oportunidade muito relevante de redução das emissões de CO2	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD5	Concretização do interface de Caxarias (Linha do Norte)	CMO, IMT, Infraestruturas de Portugal
	II.d) Definição dos espaços de atividades económicas numa lógica de corredor, de complementaridade e estruturadas com o sistema viário existente e previsto	Esta opção estratégica pode contribuir para a optimização dos transportes e consequente redução de emissões	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD5	Concretização das medidas de materialização do plano, de acordo com os presentes objetivos	CMO e agentes económicos industriais
	II.e) Promoção do potencial do Vale do Nabão num contexto integrado e intermunicipal	Sem relevância para o FCD5	Sem relevância para o FCD5		

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
III - Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental e patrimonial	III.a) Promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais singulares de cada UT, enfatizando os fatores diferenciadores (Santuário de Fátima, Pegadas dos Dinossáurios, Agroal, Castelo de Ourém, Rio Nabão, Ribeiras da Salgueira, de Caxarias, do Olival, de Seiça, do Fárrio, Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros e Lombas de Fátima);	Os equipamentos a construir no âmbito desta opção constituem uma oportunidade para a utilização de energias renováveis e a redução de emissões de CO2 O planeamento da acessibilidade aos valores também é uma oportunidade para reduzir as emissões de CO2	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD5	Planos e projetos tendo em conta modos suaves de acesso, a redução das emissões de CO2 nas construções e a utilização de energias renováveis	CMO, Santuário de Fátima, Fundação da Casa da Bragança, ICNF/PNSAC
	III.b) Assunção de que o património natural é um ativo económico e produtor dos serviços dos ecossistemas e, como tal, fator de promoção do bem-estar da população residente e utente	A gestão de áreas florestais e naturais é um sumidouro de CO2. Esta opção constitui uma oportunidade para a regulação climática e para a utilização da biomassa como fonte de energia renovável.	Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD5	Garantir que os instrumentos de apoio ao investimento, nomeadamente quando assentes em fundos públicos incluem o cumprimento dos objetivos do plano no seu processo de decisão e aprovação	CMO, entidades gestoras de instrumentos de apoio ao desenvolvimento económico, proprietários, ONGs

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
	<p>III.c) Assunção das áreas agrícolas, florestais e naturais como parte essencial dos espaços onde se desenvolvem funções humanas, nomeadamente as de fruição e de produção dos serviços de ecossistemas, nomeadamente o sequestro de carbono que contribui para a mitigação das alterações climáticas</p>	<p>A gestão de áreas florestais e naturais é um sumidouro de CO2.</p> <p>Esta opção constitui uma oportunidade para a regulação climática e para a utilização da biomassa como fonte de energia renovável.</p>	<p>Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD5</p>	<p>Garantir que os instrumentos de apoio ao investimento, nomeadamente quando assentes em fundos públicos incluem o cumprimento dos objectivos do plano no seu processo de decisão e aprovação</p>	<p>CMO, entidades gestoras de instrumentos de apoio ao desenvolvimento económico, proprietários, ONGs</p>
	<p>III.d) Promoção da localização geoestratégica dos percursos pedestres, com a consequente valorização e integração dos caminhos de Fátima e de Santiago e rotas dos peregrinos, dos percursos associados a valores naturais e culturais</p>	<p>A promoção das redes de percursos pedestres constitui uma oportunidade de redução das emissões de CO2</p>	<p>Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD5</p>	<p>Sujeição de cada um dos projetos à avaliação da sua conformidade com os objectivos do plano e à potenciação integrada dos elementos patrimoniais envolvidos</p>	<p>CMO, entidades de tutela e propriedade dos elementos patrimoniais envolvidos</p>

Eixos	Opções estratégicas	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão	Responsáveis
	<p>III.e) Preservação, reabilitação e divulgação do património natural (geológico e biológico), arquitetónico e arqueológico</p>	<p>As operações de construção, reconstrução ou reabilitação no âmbito desta opção constituem uma oportunidade para a utilização de energias renováveis e a redução de emissões de CO2</p> <p>O planeamento da acessibilidade aos valores também é uma oportunidade para reduzir as emissões de CO2</p>	<p>Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD5</p>	<p>Planos e projetos tendo em conta modos suaves de acesso, a redução das emissões de CO2 nas construções e a utilização de energias renováveis</p>	<p>CMO, entidades de tutela e propriedade dos elementos patrimoniais envolvidos</p>
	<p>III.f) Delimitação e salvaguarda das áreas de risco, nomeadamente as áreas inundáveis, de instabilidade de vertentes e de incêndio rural, de forma a garantir a segurança de pessoas e bens</p>	<p>Esta opção constitui uma oportunidade para a adaptação às alterações climáticas, que agravam os riscos de inundações</p>	<p>Sem riscos identificados em qualquer dos critérios do FCD5</p>	<p>-</p>	<p>-</p>

No **Quadro 6.21** apresentam-se as diretrizes de monitorização, baseadas nos indicadores apresentados no capítulo 4.

Quadro 6.21 – FCD5 – Energia e alterações climáticas – Diretrizes de monitorização

Critério	Indicador	Periodicidade	Responsáveis
5.1 Eficiência energética	5.1.1 Emissão de CO ₂ equivalente (g CO ₂ eq./hab. ou por km/passageiro ou por kWh produzido)	Quinquenal	CMO
	5.1.2 Investimento em programas de eficiência energética (€)	Bienal	CMO
	5.1.3 Frequência e duração de interrupções do fornecimento de eletricidade (n.º e horas)	Anual	EDP Distribuição
5.2 Aproveitamento de energias renováveis	5.2.1 Aproveitamento do potencial para a produção de energia a partir de fontes renováveis no território do concelho (%)	Anual	DGEG
5.3 Adaptação às alterações climáticas	5.4.1 Investimento em estudos e programas de adaptação às alterações climáticas, nomeadamente aos riscos de cheia e de incêndio associados (€)	Anual	CMO

A colaboração da CCDR-LVT pode traduzir-se no apoio metodológico e na revisão dos relatórios de monitorização, mas também no desenvolvimento de ações no âmbito das respetivas competências.

A realização da monitorização e os seus resultados devem ser objeto de divulgação pública, nomeadamente no site do Município de Ourém.

7. SÍNTESE DA AAE

A revisão do PDM de Ourém foi sujeita a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), considerando-se as opções estratégicas definidas para a revisão do PDM - e que se traduzem no modelo territorial, nas plantas de ordenamento e de condicionantes e no Regulamento (ver Quadro 3.1) - como o objeto da avaliação. A concretização das opções estratégicas nos instrumentos vinculativos do PDM - Regulamento e plantas de ordenamento e de condicionantes - tem um peso variável consoante as opções; há, naturalmente, opções estratégicas mais facilmente concretizáveis num regulamento ou numa planta do que outras.

A avaliação estruturou-se em cinco fatores ("Fatores Críticos de Decisão" - FCD) (ver Quadro 4.1):

1. Economia, emprego e qualificação humana
2. Qualificação urbana, qualidade de vida, qualidade do ambiente, saúde e prevenção de riscos
3. Património cultural
4. Recursos naturais e património natural
5. Energia e alterações climáticas

Para operacionalizar a avaliação, foram definidos critérios para cada um destes FCD, num total de 20 critérios (ver Quadro 4.5).

As opções estratégicas foram avaliadas relativamente a estes critérios, observando-se que a totalidade das opções foi avaliada positivamente em todos os critérios relevantes (Quadros 6.3, 6.7, 6.11, 6.15 e 6.19). Foram identificados as oportunidades e os riscos que fundamentam essa avaliação (Quadros 6.4, 6.5, 6.12, 6.16 e 6.20).

No Capítulo 5 apresenta-se o quadro de governança, identificando-se as entidades públicas e outras partes interessadas, as suas áreas de competência ou de interesse relevantes para a execução do PDM, e os instrumentos de governança que podem ser utilizados.

Ao longo do Capítulo 6 são propostas diretrizes de planeamento e gestão para o seguimento da AAE, na fase de execução do Plano. No mesmo capítulo são também propostos, para cada critério de avaliação, um ou mais indicadores que assegurem a monitorização.¹

Em conclusão, a revisão do PDM de Ourém concretiza um conjunto de opções estratégicas que constituem oportunidades relevantes para concretizar os objetivos definidos nos vários critérios de avaliação. Por outro lado, os riscos identificados são limitados, sendo possível adotar medidas de gestão que os previnam e minimizem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASIMIRO, P. C. (2001). Uso do Solo – Ecologia da Paisagem: quantificação da estrutura da paisagem para análise de padrões espaciais, concelho de Mértola. Departamento de Geografia e Planeamento Regional, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. Disponível online em <http://fcsh.unl.pt/geoinova/revistas/files/n4-9.pdf>

Conselho Local de Acção Social (2011), *Diagnóstico Social do Município de Ourém*.

DEMETSKY, M. J. e LIN, B. (1982). Bus Stop Location Design. Transportation Engineering Journal OJASCE 108, 313-327 in Pinheiro e Barreto (2008)

Gomes, J. S. (2013), *Caracterização e Diagnóstico do Centro Histórico de Ourém*.

Instituto Nacional de Estatística (2015), *Anuário Estatístico da Região Centro 2014*.

Instituto Nacional de Estatística (2015a), *Estudo Sobre o Poder de Compra Concelhio 2013*.

MURRAY, A., DAVIS, R., STIMSON, R. J. e PEREIRA, L. (1998). Public Transport Access. Transportation Research D3, 319-328 in Pinheiro e Barreto (2008)

Partidário, M. R. (2012). Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE, Lisboa, APA.

PINHEIRO, P. J., BARRETO, P. (2008). Localização Ótima de Paragens de Autocarro: Modelos de Cobertura – Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Engenharia Civil na Especialidade de Urbanismo, Transportes e Vias de Comunicação. Departamento de Engenharia Civil, Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade de Coimbra. Disponível online em: www.engenhariacivil.com (consultado em 11-01-2013)

QUEENSLAND GOVERNMENT (1997). Integrated Regional Transport Plan for South East Queensland: Brisbane. Queensland Government in Pinheiro e Barreto (2008)

VIEIRA, S. R. S. (2011). Guia para a integração da prevenção de acidentes graves na avaliação ambiental estratégica dos planos municipais de ordenamento do território. Agência Portuguesa do Ambiente

Sites da Internet

Associação Empresarial Ourém-Fátima - <http://www.aciso.pt/>

Câmara Municipal de Ourém - <http://www.cm-ourem.pt/>

Direção-Geral do Património Cultural - www.patrimoniocultural.pt/

Museu Municipal de Ourém - <http://www.museu.cm-ourem.pt/>

Ourémviva, EM, SA - <http://www.ouremviva.pt/>

Santuário de Fátima - <http://www.santuario-fatima.pt/>

ANEXO – QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

Os instrumentos considerados no QRE foram inicialmente selecionados aquando da elaboração do Relatório dos FCD, que foi alvo de apreciação por parte de várias entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE). Procedeu-se à atualização do QRE, apresentando-se a lista dos instrumentos no Quadro A1,

Quadro A1 - Instrumentos considerados no QRE

Documento estratégico	Instrumento de aprovação	Período de vigência
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	- Lei 58/2007, de 4 de setembro Declaração de Retificação n.º 80-A/2007, de 7 de setembro Declaração de Retificação n.º 103-A/2007, de 2 de novembro	Vigente
Programa Operacional Regional (POR) do Centro [o POR Centro analisado anteriormente no âmbito do Relatório de FCD foi entretanto substituído pelo agora indicado]	- DL n.º 137/2014, de 12 de setembro	Vigente
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e respetivo Plano de Implementação (PIENDS)	- RCM 109/2007, de 20 de agosto	Vigente
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS)	- RCM n.º 91/2008, de 4 de junho	2008-2013
Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (PENDR)	- DL n.º 2/2008, de 4 de janeiro DL n.º 66/2009, de 20 de março	2007-2013
Estratégia para a Região de Lisboa e Vale do Tejo	-	Vigente
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)	- RCM n.º 152/2001, de 11 de outubro Declaração de Retificação n.º 20-AG/2001, de 31 de outubro	Vigente
Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)	- RCM n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro	Vigente

Documento estratégico	Instrumento de aprovação	Período de vigência
Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) [o PANCD analisado anteriormente no âmbito do Relatório de FCD foi entretanto substituído pelo agora indicado]	- RCM 78/2014, de 24 de dezembro	Vigente
Plano Nacional da Água (PNA)	- DL 112/2002, de 17 de abril	Vigente
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR 2020) [o PEAASAR analisado anteriormente no âmbito do Relatório de FCD foi entretanto substituído pelo instrumento agora indicado]	- Despacho 4385/2015, de 30 de abril	Vigente
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)	- RCM n.º 113/2005, de 30 de junho	Vigente
Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI)	- Despacho n.º 8277/2007, de 9 de maio	Vigente
Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas (PGBH) do Vouga/Mondego/Lis	- RCM n.º 16-B/2013, de 22 de março	Vigente
Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas (PGBH) do Tejo	- RCM n.º 16-F/2013, de 22 de março	Vigente
Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) [o PENT analisado anteriormente no âmbito do Relatório de FCD foi entretanto substituído pelo agora indicado]	- RCM 24/2013, de 16 de abril	Vigente
Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN) [o PNTN analisado anteriormente no âmbito do Relatório de FCD foi entretanto substituído pelo agora indicado]	- RCM n.º 51/2015, de 21 de julho	Vigente

Documento estratégico	Instrumento de aprovação	Período de vigência
PNAEE – Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2013-2016 e PNAER – Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis 2013-2020 [a ENE – Estratégia Nacional para a Energia analisada anteriormente no âmbito do Relatório de FCD foi entretanto substituída pelos instrumentos agora indicados]	- RCM n.º 20/2013, de 10 de abril	Vigente
Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)	- RCM n.º 104/2006, de 23 de agosto RCM n.º 1/2008, de 4 de janeiro	Vigente
Planos e programas para a melhoria da qualidade do ar na região de Lisboa e Vale do Tejo	- Portaria n.º 715/2008, de 6 de agosto, II série	Vigente
Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020) [o PERSU II analisada anteriormente no âmbito do Relatório de FCD foi entretanto substituída pelo agora indicado]	- Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro	Vigente
Plano Setorial da Rede Natura 2000	- RCM 115-A/2008, de 21 de julho	Vigente
Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Ribatejo	- Decreto Regulamentar 16/2006, de 19 de outubro	Vigente
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) 2018-2017	- aprovado pelo ICNF	Vigente
Plano Municipal de Emergência (PME)	- aprovado por parecer da Comissão Municipal de Proteção Civil (2010)	Vigente
Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (POPNSAC)	- RCM 57/2010, de 12 de agosto	Vigente
Plano Regional de Ordenamento do Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT)	- RCM 64-A/2009, de 6 de agosto - Declaração de Retificação n.º 71-A/2009, de 2 de outubro	Vigente

No Quadro A2 apresenta-se a correspondência entre os objetivos estratégicos destes instrumentos, relevantes para o PDM de Ourém, e os FCD definidos. Procurou-se indicar apenas as principais relações

entre os FCD e os objetivos estratégicos, de modo a evitar repetições e redundâncias. Esta análise corresponde ao Quadro de Referência Estratégico (QRE).

Quadro A2 - Objetivos dos documentos estratégicos relevantes para o PDM de Ourém e relação com os FCD definidos

FCD	Documento estratégico	Objetivo estratégico
Economia, emprego e qualificação humana	PNPOT	<ul style="list-style-type: none"> • preservar a competitividade da agricultura e das explorações agrícolas, nomeadamente protegendo os respetivos solos das pressões de urbanização e de valorizações especulativas; • promover pólos regionais de competitividade e qualificar o emprego; • promover o ordenamento das redes de educação do pré-escolar, do ensino básico e do secundário, da formação tecnológico/profissionalizante e da educação e formação de adultos e implementar critérios de racionalidade no ordenamento territorial do ensino superior; • produzir e difundir o conhecimento sobre o ordenamento e o desenvolvimento do território; • promover a participação cívica e institucional nos processos de ordenamento e desenvolvimento do território; • definir um modelo sustentável de desenvolvimento turístico tirando partido das singulares condições naturais do Oeste e da rede urbana;
	POR do Centro	<ul style="list-style-type: none"> • estimular a produção de bens e serviços transacionáveis e a internacionalização da economia, e a qualificação do perfil de especialização da economia portuguesa, nomeadamente a sua reconversão estrutural através da dinamização da indústria e da produção agroflorestal e promovendo a investigação e a inovação e a transferência dos seus resultados para o tecido produtivo; • reforçar o investimento na educação e formação, incluindo na formação avançada, e na formação profissional e, nesse contexto, reforçar as medidas e as iniciativas dirigidas à empregabilidade, ao desenvolvimento do sistema de formação dual e de qualidade das jovens gerações, assegurando o cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos, a manutenção da trajetória de redução dos níveis de abandono escolar precoce e o aumento da taxa de diplomados do ensino superior, bem como as condições fundamentais para a ulterior integração no mercado de trabalho; • reforçar a integração das pessoas em risco de pobreza e o combate à exclusão social; • reforçar a capacidade de gerar valor acrescentado pelo setor agroflorestal, através da modernização da estrutura produtiva, da utilização mais eficiente dos recursos e da melhoria da organização da produção;
	ENDS e PIENDS	<ul style="list-style-type: none"> • promoção de novos serviços e conteúdos, via internet, incluindo os que são transversais a múltiplos setores da sociedade; • crescimento económico mais eficiente no uso da energia e dos recursos naturais e com menor impacto no ambiente, designadamente nas alterações climáticas; • promoção do turismo para o desenvolvimento rural;

FCD	Documento estratégico	Objetivo estratégico
		<ul style="list-style-type: none"> implementação de uma estratégia de desenvolvimento rural;
Economia, emprego e qualificação humana (continuação)	PENDR	<ul style="list-style-type: none"> aumentar a competitividade dos setores agrícola e florestal (melhorar a qualidade de produção e dos produtos agrícolas); revitalizar económica e socialmente as zonas rurais (diversificar a economia rural);
	Estratégia para a região de Lisboa e Vale do Tejo	<ul style="list-style-type: none"> promover a criação de riqueza e de emprego qualificado, através da melhoria da qualificação e profissionalização dos recursos humanos e da promoção da organização dos setores produtivos; equiparar o setor agrícola aos outros setores económicos da região; consolidar e incrementar a competitividade do setor produtivo regional, através de, entre outros objetivos operacionais: i) melhoria da competitividade das empresas e dos setores agrícola e florestal; ii) promoção do rejuvenescimento do tecido empresarial; iii) aumentar a área regada e a eficácia do uso da água; promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais, através do incentivo à diversificação do tecido económico e à criação de emprego; incentivar a agricultura competitiva de forma ambientalmente sustentável;
	ENCNB	<ul style="list-style-type: none"> estimular nas áreas protegidas processos de desenvolvimento económico sustentável e promover junto das populações locais e dos agentes económicos uma utilização racional dos recursos naturais, particularmente respeitadora do património natural destas áreas; promover a recuperação e manutenção de sistemas tradicionais de utilização e transformação de recursos compatíveis com a conservação da natureza e da biodiversidade;
	ENF	<ul style="list-style-type: none"> melhorar a gestão florestal e a produtividade dos povoamentos (assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos; diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais); internacionalizar e aumentar o valor dos produtos (responder às exigências de mercado no sentido de fornecimento de produtos certificados; modernizar e capacitar as empresas florestais); melhorar de forma geral a eficiência e competitividade do setor (promover o inventário da propriedade florestal; aumentar a representatividade e sustentabilidade das organizações do setor; dinamizar novas formas de organização e gestão dos espaços florestais);
	PETI 3+	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir os custos de contexto por via do aumento da competitividade e eficiência do sector dos transportes Potenciar o papel das infraestruturas e serviços de transportes no desenvolvimento do sector do turismo nacional Promover o aumento da concorrência entre os operadores nos segmentos de mercadorias e passageiros
	PANCD	<ul style="list-style-type: none"> promover a melhoria das condições de vida das populações das áreas suscetíveis (promover o reconhecimento e a valorização dos serviços ambientais prestados pelos espaços e comunidades rurais; diferenciar positivamente os projetos e intervenções rurais nas áreas suscetíveis);
	PENSAAR 2020	<ul style="list-style-type: none"> intervir ao nível da sustentabilidade económico-financeira e social (otimização e/ou redução dos gastos operacionais; redução da água não

FCD	Documento estratégico	Objetivo estratégico
		faturada); • condições básicas e transversais (externalidades: emprego);
	PNUEA	• articulação gradual das receitas associadas aos tarifários e o custo real da água, com ênfase nos volumes utilizados, sem perda de competitividade do setor agrícola;
Economia, emprego e qualificação humana (continuação)	ENEAPAI	• adotar modelos de gestão eficientes e sustentáveis, adequados à realidade dos setores e da região; • potenciar as soluções coletivas e a utilização de infraestruturas já existentes;
	PGBH do Vouga / Mondego / Lis	• promover a sustentabilidade económica e financeira, visando a aplicação dos princípios do utilizador-pagador e poluidor-pagador, permitindo suportar uma política de gestão da procura com base em critérios de racionalidade e equidade e assegurando que a gestão do recurso é sustentável em termos económicos e financeiros; • fomentar o ordenamento dos usos e ocupações do domínio hídrico, articulando o planeamento e ordenamento do domínio hídrico com o ordenamento do território, promovendo o licenciamento e controlo dos usos do domínio hídrico e a valorização económica dos recursos compatíveis com a preservação dos meios hídricos; • reforçar a recuperação dos custos dos serviços da água numa estratégia integrada de valorização energética de rios, mediante a implementação de pequenos aproveitamentos hidroeléctricos e mediante o licenciamento de alguns aproveitamentos de bombagem pura;
	PGRH do Tejo	• garantir a gestão sustentável da água, baseada na gestão racional dos recursos disponíveis e na otimização da eficiência da sua utilização, de modo a assegurar a disponibilidade de água para a satisfação das necessidades dos ecossistemas, das populações e das atividades económicas; • promover a comunicação, sensibilização e envolvimento das populações, dos agentes económicos e de outros agentes com interesses diretos ou indiretos no setor da água, no processo de planeamento e gestão dos recursos hídricos da região; • promover a sustentabilidade económica e financeira das utilizações dos recursos hídricos, contribuindo simultaneamente para a utilização racional dos recursos e para a valorização social e económica dos mesmos;

FCD	Documento estratégico	Objetivo estratégico
Economia, emprego e qualificação humana (continuação)	PENT	<ul style="list-style-type: none"> • estruturar a oferta de circuitos turísticos religiosos e culturais, de turismo de saúde e de turismo de natureza para promoção internacional; <ul style="list-style-type: none"> - nos circuitos turísticos religiosos e culturais, colocar os recursos georreferenciados em valor, desenvolver conteúdos e informação para o cliente e incentivar e diversificar as experiências de turismo rural e colocar o produto no mercado; - no turismo de saúde suportado na procura termal, requalificar zonas envolventes, desenvolver serviços especializados, criar conteúdos para disponibilização em canais internos e externos e reposicionar o produto termal no mercado; - ao nível do bem-estar (spa e talassoterapia desenvolver conteúdos para a sua disponibilização em canais específicos, bem como apostar na diversidade de experiências de spa e talassoterapia; - no domínio do turismo médico, fazer um diagnóstico global da articulação entre serviços médicos e de turismo, bem como proceder à análise da situação competitiva nacional e definição do modelo de negócio que melhor potencie os serviços de turismo; - no turismo de natureza, na vertente passeios, desenvolver infraestruturas e serviços especializados, diversificar experiências de turismo rural e criar conteúdos e a sua disponibilização em canais, colocar o produto dos passeios a pé, de bicicleta ou a cavalo no mercado;
	PNTN	<ul style="list-style-type: none"> • compatibilizar o turismo de natureza com as características ecológicas e culturais de cada local, respeitando as respetivas capacidades de carga; • promover projetos e ações públicas e ou privadas que contribuam para a adequada visitação das áreas classificadas, através da criação de infraestruturas, equipamentos, produtos e serviços; • promover a criação de infraestruturas e equipamentos necessários às atividades de turismo de natureza, nomeadamente centros de receção e ou interpretação, circuitos interpretativos, núcleos eco museológicos, entre outros, bem como de sinalização adequada às funções de receção, informação, interpretação e visitas turísticas; • incentivar práticas turísticas, de recreio e lazer não nocivas para as áreas classificadas e compatíveis com a sua conservação; • fomentar atividades que contribuam para a sensibilização e educação ambiental e cultural dos visitantes e da população em geral; • incentivar a criação de micro e pequenas empresas, particularmente as iniciativas endógenas que promovam o desenvolvimento local e as relações de proximidade entre as populações e os turistas; • incentivar o aparecimento de novas profissões e atividades económicas mais aliciantes à fixação dos jovens nas áreas classificadas e à criação de novos postos de trabalho; • promover as atividades que contribuam para a divulgação e interpretação do património natural, paisagístico e cultural das áreas classificadas; • promover a comercialização dos produtos identitários de base local e a sua comercialização, nomeadamente através da gastronomia;

FCD	Documento estratégico	Objetivo estratégico
Economia, emprego e qualificação humana (continuação)	PNAEE e PNAER	<ul style="list-style-type: none"> • cumprir todos os compromissos assumidos por Portugal de forma economicamente mais racional; • aumentar a eficiência energética da economia, contribuindo para a redução da despesa e para o uso eficiente dos recursos;
	PERSU 2020	<ul style="list-style-type: none"> • valorizar economicamente e escoar os recicláveis e outros materiais do tratamento dos RU (resíduos urbanos);
	PSRN2000	<ul style="list-style-type: none"> • compatibilizar as atividades humanas (extração de inertes, infraestruturas lineares e agricultura) com os valores naturais;
	PROF Ribatejo	<ul style="list-style-type: none"> • melhorar a gestão florestal e condução dos povoamentos com ganhos de produtividade e rentabilidade das explorações florestais e em simultâneo promover a certificação da gestão florestal sustentável; • diversificar as funcionalidades associadas aos espaços florestais, contribuindo para aumentar a rentabilidade das explorações florestais; • ganhar coerência e racionalidade na gestão e condução das áreas florestais nas zonas onde a propriedade florestal é muito fragmentada através da constituição de unidades territoriais de dimensão adequada;
	PME	<ul style="list-style-type: none"> • minimizar as perdas de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível as condições mínimas de normalidade;
	PO-PNSAC	<ul style="list-style-type: none"> • enquadrar as atividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais, incluindo o ordenamento agrícola, agro -pecuário, florestal e a indústria extrativa, bem como as atividades de recreio, culturais e turísticas, com vista a promover simultaneamente o desenvolvimento socioeconómico e o bem-estar das populações de forma sustentada;
	PROT-OVT	<ul style="list-style-type: none"> • potenciar o aproveitamento das atividades agrícolas, florestais, nomeadamente as associadas à exploração de produtos verdes (agroflorestais e energias renováveis), conciliando-as com as dinâmicas urbanas e as áreas fundamentais para a conservação da natureza e da paisagem e promover o aproveitamento dos recursos geológicos, numa perspetiva de compatibilização dos valores naturais e patrimoniais com as componentes económica e social; • apostar no desenvolvimento sustentável das atividades de turismo e lazer, nomeadamente o touring cultural e paisagístico, através da identificação de temas e recursos a preservar para a constituição de rotas turísticas, considerando a localização de referência das “portas do mar”, e do apoio a estratégias de comunicação e marketing que estruturam a procura dos produtos culturais regionais; • renovar o modelo de crescimento económico, valorizando os recursos endógenos da região, promovendo pólos de competitividade e tecnologia, afirmando lógicas sectoriais ou de atividades relacionadas e organizadas em clusters ou redes e dinamizando a renovação económica urbana e revitalização da atividade económica em centros urbanos; • apostar na qualificação territorial através do reforço de infraestruturas de internacionalização, nomeadamente da afirmação de um leque de especializações regionais nas áreas do turismo e cultura, ente outras atividades e áreas;

FCD	Documento estratégico	Objetivo estratégico
Economia, emprego e qualificação humana (continuação)	PROT-OVT (continuação)	<ul style="list-style-type: none"> • reforçar e consolidar os subsistemas urbanos regionais, mitigando a dicotomia litoral/interior no sentido da estruturação de uma rede urbana polinucleada, integrando soluções de caráter plurimunicipal no âmbito dos setores do abastecimento público de água e saneamento de águas residuais e reforçando complementaridades e sinergias em redes de equipamentos para as áreas da saúde, educação, cultura, desporto e lazer; • apostar em formas de turismo alternativas, materializadas nas áreas urbanas e nos pequenos aglomerados tradicionais, com base na valorização dos recursos do património cultural, requalificando Fátima como centro urbano de turismo religioso; • incrementar e consolidar, de forma sustentável, a competitividade das fileiras de produção agrícola, florestal e agropecuária, valorizando os produtos de grau elevado de diferenciação e qualidade, e garantindo uma valorização ambiental, paisagística, da biodiversidade e dos recursos naturais, e da valência turística dos espaços rurais; • inovar ao nível da articulação urbano-rural, diversificando a economia e as funcionalidades agrícola e não agrícola associadas ao espaço rural, dirigida por uma utilização sustentável dos recursos naturais e do património rural e apostando numa ruralidade qualificada, através do desenvolvimento de competências técnicas, da melhoria da organização dos setores produtivos, e do alargamento da gama de oferta de serviços coletivos e de interesse público suportados na internet e na utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC).
Qualificação urbana, qualidade de vida, qualidade do ambiente saúde e prevenção de riscos	PNPOT	<ul style="list-style-type: none"> • avaliar e prevenir os fatores e as situações de risco e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos efeitos; • promover um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico no continente, contrariar a construção dispersa, estruturar a urbanização difusa e incentivar o reforço das centralidades intraurbanas; • promover a valorização das paisagens e dos enquadramentos cénicos enquanto traço de identidade e de qualificação de cada uma das sub-regiões, em particular protegendo-as das agressões da urbanização e da edificação dispersa; • promover um desenvolvimento integrado dos territórios de baixa densidade e das zonas rurais ajustado à sua diversidade, considerando em especial as necessidades e especificidades das áreas mais vulneráveis e despovoadas; • dinamizar redes de equipamentos coletivos e programas para responder com eficácia às necessidades dos diferentes grupos sociais e das famílias, promovendo a integração dos grupos mais vulneráveis face à pobreza e à exclusão social e garantindo a segurança a todos os cidadãos; • desenvolver os serviços de recolha, tratamento e reutilização de resíduos, estruturando a gestão na ótica da corresponsabilidade social e melhorando os níveis e a qualidade de atendimento; • desenvolver as redes de infraestruturas, de equipamentos e de serviços de suporte à acessibilidade e à mobilidade, reforçando a segurança, a qualidade de serviço e as condições de equidade territorial e social; • promover um sistema de mobilidade e transportes mais eficaz, eficiente e sustentável ao serviço da estruturação do sistema urbano sub-regional;

FCD	Documento estratégico	Objetivo estratégico
Qualificação urbana, qualidade de vida, qualidade do ambiente, saúde e prevenção de riscos (continuação)	POR do Centro	<ul style="list-style-type: none"> • apoiar o programa da reforma do Estado, assegurando que os FEEI [fundos europeus estruturais e de investimento] possam contribuir para a reorganização dos modelos de provisão de bens e serviços públicos;
	ENDS e PIENDS	<ul style="list-style-type: none"> • mobilidade mais sustentável contribuindo para redução das emissões de poluentes atmosféricos e do ruído, particularmente nos centros urbanos; • dotar a generalidade da população com serviços de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais com elevado nível de qualidade; • limitar as emissões poluentes para a atmosfera de forma a garantir que a qualidade do ar é, pelo menos, boa de acordo com os parâmetros regulamentados; • gestão dos riscos naturais e tecnológicos, mobilizando a participação da população interessada; • gestão integrada da água; • gestão integrada do ar; • gestão integrada de resíduos; • prevenção de impactos de riscos naturais e tecnológicos, designadamente sísmicos, cheias, secas e acidentes de poluição; • salvaguarda da coesão social e intergeracional; • racionalização e segurança da rede hospitalar; • políticas inclusivas para pessoas com deficiência, grupos de risco ou desfavorecidos; • comunidades mais amigáveis para a população idosa e envelhecimento ativo; • inserção dos imigrantes no processo de desenvolvimento do país; • acessibilidades regionais estruturantes da consolidação de um modelo territorial policêntrico; • condições regulamentares e financeiras favoráveis a um urbanismo com acessibilidades e mobilidade sustentáveis; • melhor integração cidades-região; • simplificação, desburocratização e desmaterialização de processos e documentos, reduzindo custos, tempo e espaço físico;
	PNAAS	<ul style="list-style-type: none"> • diminuir os impactes na saúde resultantes da exposição a fatores de risco ambientais, através de medidas de prevenção, controlo e minimização de risco; • promover uma adequada comunicação do risco e a adoção de boas práticas, conducentes a comportamentos e atitudes saudáveis;
	PENDR	<ul style="list-style-type: none"> • revitalizar económica e socialmente as zonas rurais (melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais);

FCD	Documento estratégico	Objetivo estratégico
Qualificação urbana, qualidade de vida, qualidade do ambiente, saúde e prevenção de riscos (continuação)	Estratégia para a região de Lisboa e Vale do Tejo	<ul style="list-style-type: none"> • promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais, através de: i) manutenção dos sistemas agrícolas e florestais adequados à conservação da biodiversidade e da paisagem; ii) incentivo à opção por modos de produção sustentáveis; iii) consolidação e melhoria da multifuncionalidade da floresta e dos espaços agroflorestais; • potenciar a estrutura produtiva agrorural como promotora de sustentabilidade dos territórios e populações rurais economicamente mais fragilizadas;
	PETI 3+	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar o princípio da equidade de oportunidades no acesso ao sistema de transportes, promovendo a coesão social e territorial;
	ENF	<ul style="list-style-type: none"> • minimizar os riscos de incêndios e agentes bióticos (defesa da floresta contra incêndios; proteção contra agentes bióticos nocivos); • especializar o território (planear a abordagem regional; adequar as espécies às características da estação);
	PANCD	<ul style="list-style-type: none"> • promover a melhoria das condições de vida das populações das áreas suscetíveis (qualificar e valorizar os territórios; promover o reconhecimento e a valorização dos serviços ambientais prestados pelos espaços e comunidades rurais; diferenciar positivamente os projetos e intervenções rurais nas áreas suscetíveis; apoiar e promover a defesa das populações contra os efeitos de fenómenos meteorológicos extremos);
	PNA	<ul style="list-style-type: none"> • minimizar as situações de potencial risco de poluição acidental dos meios hídricos, em todos os casos identificados; • promover o ordenamento das áreas ribeirinhas sujeitas a inundações e a definição de critérios de regularização e conservação da rede hidrográfica, a consagrar nos planos de ordenamento, bem como estabelecer soluções de contingência, visando a proteção de pessoas e bens e a minimização dos prejuízos dos efeitos das cheias, das secas e de acidentes de poluição;
	PENSAAR 2020	<ul style="list-style-type: none"> • proteger o ambiente e melhorar a qualidade das massas de água (redução da poluição urbana nas massas de água); • melhoria da qualidade dos serviços prestados (melhoria da qualidade do serviço de abastecimento de água; melhoria da qualidade do serviço de saneamento de águas residuais); • otimizar e gerir eficientemente os recursos (otimização da utilização da capacidade instalada e aumento da adesão ao serviço; gestão eficiente de ativos e aumento da sua reabilitação); • condições básicas e transversais (aumento da disponibilidade de informação; mitigação e adaptação aos desastres naturais e aos riscos);

FCD	Documento estratégico	Objetivo estratégico
Qualificação urbana, qualidade de vida, qualidade do ambiente, saúde e prevenção de riscos (continuação)	PNUEA	<ul style="list-style-type: none"> • conhecer o nível de ineficiência dos sistemas públicos de abastecimento de água através do seu apetrechamento com equipamentos de medição e com sistema de transmissão e tratamento da informação, abrangendo todo o ciclo urbano da água; • garantir uma dinâmica de sucesso na implementação do uso eficiente da água, dirigindo esforços para os sistemas públicos e para as maiores concentrações humanas onde os custos não são suportados diretamente pelos utilizadores da água (por exemplo, escolas, centros comerciais, estações de serviço, hospitais, repartições e serviços da administração pública, hotéis, instalações desportivas, terminais ferro e rodoviários, escritórios, restaurantes, lavandarias, etc); • reduzir ao mínimo o uso de água potável em atividades que possam ter o mesmo desempenho com águas de qualidade alternativa e de outras origens que não a rede pública de água potável, promovendo a utilização de água da chuva e a eventual reutilização de águas residuais tratadas; • promover a utilização de equipamentos normalizados e certificados para o uso eficiente da água, incentivando a sua produção e comercialização;
	ENEAPAI	<ul style="list-style-type: none"> • cumprir o normativo legal, nomeadamente o PNPOT, nos seus objetivos de: • promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais; ii) assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
	PGBH do Vouga / Mondego / Lis	<ul style="list-style-type: none"> • garantir a resolução de problemas de escassez ocasionados por falta de infra-estruturas; • promover e incentivar o uso eficiente da água, por forma a assegurar a quantidade para os diversos usos, contribuindo para melhorar a oferta e para gerir a procura; • promover a utilização de água com fins múltiplos e a minimização dos conflitos de usos; • prevenir e minorar os riscos naturais e antropogénicos associados a fenómenos hidrológicos extremos e a acidentes de poluição; • fomentar o ordenamento dos usos e ocupações do domínio hídrico, articulando o planeamento e ordenamento do domínio hídrico com o ordenamento do território, promovendo o licenciamento e controlo dos usos do domínio hídrico e a valorização económica dos recursos compatíveis com a preservação dos meios hídricos;

FCD	Documento estratégico	Objetivo estratégico
Qualificação urbana, qualidade de vida, qualidade do ambiente, saúde e prevenção de riscos (continuação)	PGRH do Tejo	<ul style="list-style-type: none"> • garantir a gestão sustentável da água, baseada na gestão racional dos recursos disponíveis e na otimização da eficiência da sua utilização, de modo a assegurar a disponibilidade de água para a satisfação das necessidades dos ecossistemas, das populações e das atividades económicas; • assegurar uma gestão integrada do domínio hídrico, procedendo à prevenção e mitigação dos efeitos provocados por riscos naturais ou antropogénicos, com especial enfoque para as cheias, secas e poluição accidental; • promover a comunicação, sensibilização e envolvimento das populações, dos agentes económicos e de outros agentes com interesses diretos ou indiretos no setor da água, no processo de planeamento e gestão dos recursos hídricos da região; • promover a sustentabilidade económica e financeira das utilizações dos recursos hídricos, contribuindo simultaneamente para a utilização racional dos recursos e para a valorização social e económica dos mesmos;
	PNAEE e PNAER	<ul style="list-style-type: none"> • reforçar a diversificação das fontes de energia primária, contribuindo para aumentar estruturalmente a segurança de abastecimento do País;
	PERSU 2020	<ul style="list-style-type: none"> • reduzir a deposição de RU em aterro;
	PROF Ribatejo	<ul style="list-style-type: none"> • aumentar a qualidade paisagística dos espaços florestais e o seu contributo para o bem-estar das populações;
	PMDFCI	<ul style="list-style-type: none"> • aumento da resiliência do território aos incêndios florestais, através da construção e manutenção da rede regional de defesa da floresta contra incêndios (que inclui as redes de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível, a rede viária florestal e a rede de pontos de água) e do desenvolvimento da atividade silvícola preventiva;
	PME	<ul style="list-style-type: none"> • minimizar as perdas de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível as condições mínimas de normalidade; • assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
	PO-PNSAC	<ul style="list-style-type: none"> • enquadrar as atividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais, incluindo o ordenamento agrícola, agro -pecuário, florestal e a indústria extrativa, bem como as atividades de recreio, culturais e turísticas, com vista a promover simultaneamente o desenvolvimento socioeconómico e o bem-estar das populações de forma sustentada;

FCD	Documento estratégico	Objetivo estratégico
Qualificação urbana, qualidade de vida, qualidade do ambiente, saúde e prevenção de riscos (continuação)	PROT-OVT	<ul style="list-style-type: none"> • identificar a distribuição espacial dos perigos naturais, tecnológicos e ambientais no território regional e promover a gestão adequada das águas residuais e de resíduos, tomando em consideração a saúde pública e segurança de pessoas e bens, a ocupação atual do território e as projeções da sua utilização futura; • apostar na qualificação dos centros urbanos através da valorização dos recursos patrimoniais, da recuperação dos espaços urbanos desqualificados, e do estabelecimento de redes de equipamentos, assegurando condições de acessibilidade e de mobilidade adequadas, e criar condições para o aparecimento de estruturas de nível concelhio vocacionadas para a reabilitação urbana, e promoção e recuperação do parque habitacional dos centros históricos, de modo a melhorar a sua atratividade; • apostar em formas de turismo alternativas, materializadas nas áreas urbanas e nos pequenos aglomerados tradicionais, com base na valorização dos recursos do património cultural, requalificando Fátima como centro urbano de turismo religioso;
Património cultural	PNPOT	<ul style="list-style-type: none"> • estimular o surgimento de redes de valorização do património histórico e cultural (material e imaterial); • dinamizar uma rede de equipamentos culturais que valorize identidades, patrimónios e formas de expressão artística num quadro e aprofundamento da educação para a cultura e de reforço da equidade de acesso e da participação nas atividades culturais;
	ENCNB	<ul style="list-style-type: none"> • apoiar a recuperação e beneficiação dos elementos notáveis do património arquitetónico, etnográfico e arqueológico, promovendo, sempre que possível, a sua integração em pólos de animação ambiental, percursos temáticos interpretativos ou núcleos ecomuseológicos;
	PANCD	<ul style="list-style-type: none"> • promover a melhoria das condições de vida das populações das áreas suscetíveis (promover o reconhecimento e a valorização dos serviços ambientais prestados pelos espaços e comunidades rurais; diferenciar positivamente os projetos e intervenções rurais nas áreas suscetíveis);
	ENEAPAI	<ul style="list-style-type: none"> • cumprir o normativo legal, nomeadamente o PNPOT, no seu objetivo de conservação e valorização da biodiversidade e do património natural, paisagístico e cultural;
	PENT	<ul style="list-style-type: none"> • estruturar a oferta de circuitos turísticos religiosos e culturais, de turismo de saúde e de turismo de natureza para promoção internacional; <ul style="list-style-type: none"> - nos circuitos turísticos religiosos e culturais, colocar os recursos georreferenciados em valor, desenvolver conteúdos e informação para o cliente e incentivar e diversificar as experiências de turismo rural e colocar o produto no mercado;

FCD	Documento estratégico	Objetivo estratégico
Património cultural (continuação)	PNTN	<ul style="list-style-type: none"> • promover a valorização, a recuperação e ou a reconversão do património cultural, imóvel, móvel e imaterial existente e associado a atividades suscetíveis de serem reconhecidas como turismo de natureza, carecendo, no caso de património classificado, de parecer prévio da tutela do património cultural nos termos da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro; • promover as atividades que contribuam para a divulgação e interpretação do património natural, paisagístico e cultural das áreas classificadas; • promover a comercialização dos produtos identitários de base local e a sua comercialização, nomeadamente através da gastronomia; • divulgar o património cultural imaterial, como as manifestações tradicionais e etnográficas locais, contribuindo para a afirmação da identidade cultural das populações;
	PMDFCI	<ul style="list-style-type: none"> • recuperar e reabilitar os ecossistemas, através da proteção dos patrimónios edificado e arqueológico;
	PO-PNSAC	<ul style="list-style-type: none"> • promover a salvaguarda do património arqueológico, arquitetónico, histórico e cultural da região;
	PROT-OVT	<ul style="list-style-type: none"> • proteger e valorizar os recursos naturais, patrimoniais e culturais através de medidas que os integrem na gestão do planeamento territorial regional e municipal, numa perspetiva de coesão territorial e reforço da identidade regional; • apostar no desenvolvimento sustentável das atividades de turismo e lazer, nomeadamente o touring cultural e paisagístico, através da identificação de temas e recursos a preservar para a constituição de rotas turísticas, considerando a localização de referência das “portas do mar”, e do apoio a estratégias de comunicação e marketing que estruturem a procura dos produtos culturais regionais; • apostar na qualificação dos centros urbanos através da valorização dos recursos patrimoniais, entre outras atividades;
Recursos naturais e património natural	PNPOT	<ul style="list-style-type: none"> • aperfeiçoar e consolidar os regimes, os sistemas e as áreas fundamentais para proteger e valorizar a biodiversidade e os recursos naturais; • contemplar uma estratégia nacional de proteção do solo; • promover o ordenamento e a gestão sustentável da silvicultura e dos espaços florestais; • executar a política de gestão integrada da água; • implementar as infraestruturas ambientais que minimizem as agressões das atividades económicas, em particular sobre os recursos hídricos; • executar uma política de gestão integrada dos recursos geológicos; • proteger e valorizar as paisagens e o património cultural; • reforçar a proteção do património natural – água, floresta, espaços naturais protegidos; • estimular o surgimento de redes de valorização do património natural;

FCD	Documento estratégico	Objetivo estratégico
Recursos naturais e património natural (continuação)	POR do Centro	<ul style="list-style-type: none"> • promover o desenvolvimento territorial de espaços regionais e sub-regionais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável numa ótica de eficiência de recursos, maximizando as potencialidades endógenas do território e promovendo a proteção do ambiente;
	ENDS e PIENDS	<ul style="list-style-type: none"> • proteção e conservação dos solos com maior potencialidade agrícola; • gestão sustentável dos recursos florestais e sua proteção adequada; • conservação e valorização de áreas protegidas e da Rede Natura e da paisagem rural e implementação do Plano sectorial da Rede Natura; • conservação de espécies florísticas e faunísticas ameaçadas ou particularmente características, em particular no quadro da implementação da rede Natura 2000; • integração da conservação da natureza nas outras políticas, nomeadamente de desenvolvimento urbano, de obras públicas e de desenvolvimento rural; • limitar as emissões poluentes para a atmosfera de forma a garantir que a qualidade do ar é, pelo menos, boa de acordo com os parâmetros regulamentados; • gestão dos riscos naturais e tecnológicos, mobilizando a participação da população interessada; • gestão integrada da água e seu aproveitamento eficiente; • gestão integrada do ar; • gestão integrada de resíduos; • conservação da natureza e da biodiversidade articulada com as políticas sectoriais de combate à desertificação; • educação, informação e justiça ambientais.
	PENDR	<ul style="list-style-type: none"> • promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais [direcionado para as atividades agrícola e florestal] (proteger a biodiversidade e os valores ambientais e paisagísticos em zonas agrícolas e florestais da Rede Natura 2000 e outras; proteger os recursos hídricos e o solo);
	Estratégia para a região de Lisboa e Vale do Tejo	<ul style="list-style-type: none"> • promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais, através de: i) manutenção dos sistemas agrícolas e florestais adequados à conservação da biodiversidade e da paisagem; ii) incentivo à opção por modos de produção sustentáveis; iii) consolidação e melhoria da multifuncionalidade da floresta e dos espaços agroflorestais; • incentivar a agricultura competitiva de forma ambientalmente sustentável;

FCD	Documento estratégico	Objetivo estratégico
Recursos naturais e património natural (continuação)	ENCNB	<ul style="list-style-type: none"> • promover a definição e salvaguarda de “corredores ecológicos” nos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente nos planos regionais de ordenamento do território ou de ordenamento florestal e nos planos diretores municipais; • apoiar a recuperação e beneficiação dos elementos notáveis do património geológico e paisagístico, promovendo, sempre que possível, a sua integração em pólos de animação ambiental, percursos temáticos interpretativos ou núcleos ecomuseológicos; • promover ações de proteção e recuperação de habitats, nomeadamente galerias ripícolas, montados, habitats cavernícolas e rupícolas, turfeiras, bosques mediterrânicos; • implementar o plano nacional de controlo ou erradicação das espécies não indígenas classificadas como invasoras, previsto na lei, e desenvolver desde já ações de controlo e erradicação das mesmas; • assegurar o cumprimento da legislação e a boa aplicação de programas em matéria de recuperação de pedreiras, saibreiras, minas e escombrelas, nomeadamente por via da reposição do coberto vegetal com recurso a espécies autóctones; • implementar as medidas agroambientais previstas por forma a salvaguardar a biodiversidade associada aos agrossistemas tradicionais presentes em áreas nucleares de conservação; • integrar a política de conservação da natureza e o princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos nas políticas de ordenamento do território e urbanismo, turismo, florestal e de recursos hídricos;
	ENF	<ul style="list-style-type: none"> • minimizar os riscos de incêndios e agentes bióticos (defesa da floresta contra incêndios; proteção contra agentes bióticos nocivos; recuperação e reabilitação de ecossistemas florestais afetados); • especializar o território (conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação; garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade; conservar o regime hídrico; promover a resiliência da floresta); • racionalizar e simplificar os instrumentos de política (garantir a existência de mecanismos de coordenação no plano político e nas instâncias técnicas; melhorar o desempenho dos instrumentos de política florestal; racionalizar e simplificar o quadro legislativo; conferir enquadramento fiscal favorável ao investimento e gestão florestal);
	PANCD	<ul style="list-style-type: none"> • promover a melhoria das condições de vida das populações das áreas suscetíveis (promover o reconhecimento e a valorização dos serviços ambientais prestados pelos espaços e comunidades rurais); • promover a gestão sustentável dos ecossistemas das áreas suscetíveis e a recuperação das áreas afetadas (conservar e promover os montados e outros sistemas agroflorestais mediterrânicos e macaronésicos; promover, conservar e gerir adequadamente as outras florestas e os matagais mediterrânicos e macaronésicos; conservar e promover os sistemas de produção agrícola mediterrânicos com adequação às especificidades regionais; controlar e recuperar áreas degradadas); • gerar benefícios globais e potenciar sinergias com os processos da biodiversidade nas áreas suscetíveis (proteger e conservar o solo; promover o aproveitamento e a gestão sustentável da água);
Recursos	PNA	<ul style="list-style-type: none"> • promover a proteção, a melhoria e a recuperação da qualidade dos meios

FCD	Documento estratégico	Objetivo estratégico
naturais e património natural (continuação)		<p>hídricos superficiais e subterrâneos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • minimizar as situações de potencial risco de poluição acidental dos meios hídricos, em todos os casos identificados; • assegurar, através da abordagem integrada e efetiva de todas as vertentes ambientais no processo de licenciamento, o controlo integrado da poluição da água associada às atividades industriais; • assegurar, através da aplicação da abordagem combinada pelas autoridades competentes nos respetivos processos de licenciamento, a prevenção e o controlo integrado da poluição associada às atividades industriais; • promover a conservação da natureza e a biodiversidade bem como a salvaguarda da integridade ecológica dos ecossistemas aquáticos e terrestres associados dependentes do meio hídrico; • promover a preservação e a recuperação de troços de meios hídricos de especial interesse ambiental, entre os quais os que contenham espécies e habitats protegidos pela legislação nacional e comunitária e por acordos internacionais relevantes; • evitar a excessiva artificialização do regime hidrológico e assegurar a minimização e a compensação dos impactes ambientais causados pela artificialização dos meios hídricos; • promover a gestão da procura e da oferta de água de acordo com as disponibilidades existentes em cada bacia hidrográfica e assegurar a gestão integrada das origens de água superficiais e subterrâneas; • promover a proteção de recursos hídricos subterrâneos, com prioridade para os considerados estratégicos como origens de água para produção de água para consumo humano; • assegurar que as utilizações sectoriais da água, nomeadamente para fins agrícolas, turísticos, industriais, energéticos e de abastecimento urbano, contemplem a potenciação e harmonização de objetivos e fins múltiplos incluindo os ambientais; • promover a valorização económica dos recursos hídricos, nomeadamente os com interesse ambiental e paisagístico, cultural, de recreio e lazer, turísticos, energético e outros, desde que contribuam ou sejam compatíveis com a proteção dos meios hídricos lânticos e lótico; • garantir a qualidade da água em função dos usos atuais e potenciais, designadamente para consumo humano, para suporte da vida aquícola e, ainda, para fins balneares; • garantir a quantidade de água necessária na origem e promover o adequado nível de abastecimento de água às populações e às atividades económicas; • assegurar o aumento do nível de atendimento da população com sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais domésticas e promover o tratamento de efluentes industriais; • promover o estabelecimento de soluções integradas, com dimensão territorial que assegure uma gestão equilibrada e eficiente da água; • assegurar o efetivo cumprimento da legislação nacional, comunitária e internacional relacionada com os recursos hídricos, nomeadamente a Diretiva- Quadro da Água;

FCD	Documento estratégico	Objetivo estratégico
Recursos naturais e património natural (continuação)	PENSAAR 2020	<ul style="list-style-type: none"> • proteger o ambiente e melhorar a qualidade das massas de água (cumprimento do normativo, redução da poluição urbana nas massas de água); • otimizar e gerir eficientemente os recursos (redução das perdas de água; valorização de recursos e subprodutos; alocação e uso eficiente de recursos hídricos);
	PNUEA	<ul style="list-style-type: none"> • reduzir ao mínimo o uso de água potável em atividades que possam ter o mesmo desempenho com águas de qualidade alternativa e de outras origens que não a rede pública de água potável, promovendo a utilização de água da chuva e a eventual reutilização de águas residuais tratadas; • reduzir, no setor agrícola, as perdas de água nos sistemas de condução de água para rega e as dotações brutas de rega; • otimizar o uso da água na unidade industrial, sem prejuízo na eficiência dos processos e operações em que decorre esta utilização, tal como no âmbito da aplicação das Melhores Técnicas Disponíveis no contexto do regime de Prevenção e Controlo Integrado da Poluição; • limitar os impactos no meio ambiente associados às descargas de águas residuais industriais, conseguida através de uma melhor gestão do ciclo da água, no sentido da preservação ligada a uma maior poupança já prevista em sede da Prevenção e Controlo Integrado da Poluição;
	ENEAPAI	<ul style="list-style-type: none"> • cumprir o normativo legal, nomeadamente o PNPOT, no seu objetivo de conservação e valorização da biodiversidade e do património natural, paisagístico e cultural; • adotar modelos de gestão eficientes e sustentáveis, adequados à realidade dos setores e da região;
	PGBH do Vouga/Mondego/Lis	<ul style="list-style-type: none"> • proteger a qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas, visando a sua conservação ou melhoria; • garantir a proteção das origens de água e dos ecossistemas de especial interesse, incluindo a manutenção de um regime de caudais ambientais e, em particular, de caudais ecológicos; • promover e incentivar o uso eficiente da água, por forma a assegurar a quantidade para os diversos usos, contribuindo para melhorar a oferta e para gerir a procura; • promover a utilização de água com fins múltiplos e a minimização dos conflitos de usos; • prevenir e minorar os riscos naturais associados a fenómenos hidrológicos extremos; • fomentar o ordenamento dos usos e ocupações do domínio hídrico, articulando o planeamento e ordenamento do domínio hídrico com o ordenamento do território, promovendo o licenciamento e controlo dos usos do domínio hídrico e a valorização económica dos recursos compatíveis com a preservação dos meios hídricos; • fomentar a consciencialização da sociedade sobre o valor ambiental intrínseco da água e a responsabilização pelo seu uso eficiente, aumentando o grau de informação, consulta e participação pública na gestão dos recursos hídricos;

FCD	Documento estratégico	Objetivo estratégico
Recursos naturais e património natural (continuação)	PGRH do Tejo	<ul style="list-style-type: none"> • garantir a gestão sustentável da água, baseada na gestão racional dos recursos disponíveis e na otimização da eficiência da sua utilização, de modo a assegurar a disponibilidade de água para a satisfação das necessidades dos ecossistemas, das populações e das atividades económicas; • assegurar uma gestão integrada do domínio hídrico, procedendo à prevenção e mitigação dos efeitos provocados por riscos naturais ou antropogénicos, com especial enfoque para as cheias, secas e poluição acidental; • promover o bom estado das massas de água através da proteção, melhoria e recuperação da qualidade dos recursos hídricos da região mediante a prevenção dos processos de degradação e a redução gradual da poluição, visando assim garantir uma boa qualidade da água para os ecossistemas e diferentes usos;
	PENT	<ul style="list-style-type: none"> • estruturar a oferta de circuitos turísticos religiosos e culturais, de turismo de saúde e de turismo de natureza para promoção internacional; <ul style="list-style-type: none"> - no turismo de natureza, na vertente passeios, desenvolver infraestruturas e serviços especializados, diversificar experiências de turismo rural e criar conteúdos e a sua disponibilização em canais, colocar o produto dos passeios a pé, de bicicleta ou a cavalo no mercado;
	PNTN	<ul style="list-style-type: none"> • compatibilizar o turismo de natureza com as características ecológicas de cada local, respeitando as respetivas capacidades de carga; • promover projetos e ações públicas e ou privadas que contribuam para a adequada visitação das áreas classificadas, através da criação de infraestruturas, equipamentos e serviços; • promover a criação de infraestruturas e equipamentos necessários às atividades de turismo de natureza, nomeadamente centros de receção e ou interpretação, circuitos interpretativos, núcleos eco museológicos, entre outros, bem como de sinalização adequada às funções de receção, informação, interpretação e visitas turísticas; • incentivar práticas turísticas, de recreio e lazer não nocivas para as áreas classificadas e compatíveis com a sua conservação; • promover as atividades que contribuam para a divulgação e interpretação do património natural;
	PNAEE e PNAER	<ul style="list-style-type: none"> • aumentar a eficiência energética da economia, contribuindo para a redução da despesa e para o uso eficiente dos recursos;
	PNAC	<ul style="list-style-type: none"> • adotar o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa, incluindo potenciação de novas áreas de floresta; • promover a retenção de carbono em solo agrícola (adotar atividades de gestão agrícola e gestão de pastagens, de acordo com o estabelecido no Protocolo de Quioto);

FCD	Documento estratégico	Objetivo estratégico
Recursos naturais e património natural (continuação)	PERSU 2020	<ul style="list-style-type: none"> • prevenir a produção e perigosidade dos RU (resíduos urbanos); • aumentar a preparação para reutilização, a reciclagem e a qualidade dos recicláveis; • reduzir a deposição de RU em aterro; • aumentar o contributo do setor para outras estratégias e planos nacionais;
	PSRN2000	<ul style="list-style-type: none"> • conservar os carvalhais e azinhais, no sítio Sicó/Alvaiázere; • manter e promover o pastoreio extensivo, dentro do sítio Sicó/Alvaiázere, assegurando a conservação dos valores em presença (incluindo espécies de morcegos); • assegurar o mosaico de habitats; • conservar as linhas de água (condicionamento de intervenções no seus leitos e margens e promoção da boa qualidade da água) e as espécies associadas (lampreia-dos-riachos, habitats associados e galerias ripícolas); • conservar povoamentos florestais autóctones; • compatibilizar as atividades humanas (extração de inertes, infraestruturas lineares, agricultura) com os valores naturais; • reduzir o risco de incêndio; • impedir introdução de espécies não autóctones / controlar as existentes;
	PROF Ribatejo	<ul style="list-style-type: none"> • melhorar o estado de conservação dos habitats classificados florestais e silvestres na região; • diminuir significativamente as áreas florestais que não são sujeitas a qualquer tipo de condução; • recuperação das áreas ardidas introduzindo modelos de organização territorial eficientes sob o ponto de vista da prevenção dos incêndios florestais; • diminuir a incidência territorial dos incêndios florestais de forma significativa, privilegiando, entre outras, as medidas de carácter preventivo;
	PMDFCI	<ul style="list-style-type: none"> • aumento da resiliência do território aos incêndios florestais, através da construção e manutenção da rede regional de defesa da floresta contra incêndios (que inclui as redes de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível, a rede viária florestal e a rede de pontos de água) e do desenvolvimento da atividade silvícola preventiva; • recuperar e reabilitar os ecossistemas, através de: i) conservação do solo, da água, de espécies e de habitats; ii) recolha de arvoredo danificado que represente risco para pessoas e bens; iii) proteção fitossanitária dos povoamentos florestais; iv) proteção da regeneração da vegetação e controlo de espécies invasoras; v) manutenção da resiliência dos espaços florestais e da qualidade da paisagem;
	PME	<ul style="list-style-type: none"> • minimizar as perdas de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível as condições mínimas de normalidade;

FCD	Documento estratégico	Objetivo estratégico
Recursos naturais e património natural (continuação)	PO-PNSAC	<ul style="list-style-type: none"> • promover a gestão e valorização dos recursos naturais possibilitando a manutenção dos sistemas ecológicos essenciais e os suportes de vida, garantindo a sua utilização sustentável, a preservação da geodiversidade, biodiversidade e a recuperação dos recursos depauperados ou sobre explorados; • promover a salvaguarda do património paisagístico e geológico da região; • corrigir os processos que podem conduzir à degradação dos valores naturais em presença, criando condições para a sua manutenção e valorização; • requalificar as áreas degradadas ou abandonadas, nomeadamente através da renaturalização e recuperação de habitats naturais; • garantir a participação ativa na gestão do PNSAC de todas as entidades relevantes, públicas e privadas, em estreita colaboração com as populações locais
	PROT-OVT	<ul style="list-style-type: none"> • promover a gestão adequada das águas residuais e de resíduos, tomando em consideração a saúde pública e segurança de pessoas e bens, a ocupação atual do território e as projeções da sua utilização futura; • potenciar o aproveitamento das atividades agrícolas, florestais, nomeadamente as associadas à exploração de produtos verdes (agroflorestais e energias renováveis), conciliando-as com as dinâmicas urbanas e as áreas fundamentais para a conservação da natureza e da paisagem e promover o aproveitamento dos recursos geológicos, numa perspectiva de compatibilização dos valores naturais e patrimoniais com as componentes económica e social; • proteger e valorizar os recursos naturais, patrimoniais e culturais através de medidas que os integrem na gestão do planeamento territorial regional e municipal, numa perspectiva de coesão territorial e reforço da identidade regional;
Energia e alterações climáticas	PNPOT	<ul style="list-style-type: none"> • executar a ENE [actualmente PANEE e PNAER] e prosseguir a política sustentada para as alterações climáticas;
	POR do Centro	<ul style="list-style-type: none"> • reforçar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono, em articulação com instrumentos de promoção da coesão e competitividade territoriais, particularmente nas cidades e em zonas de baixa densidade, e promover o desenvolvimento territorial de espaços regionais e sub-regionais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável numa ótica de eficiência de recursos, maximizando as potencialidades endógenas do território e promovendo a proteção do ambiente e a adaptação às alterações climáticas;

FCD	Documento estratégico	Objetivo estratégico
Energia e alterações climáticas (continuação)	ENDS e PIENDS	<ul style="list-style-type: none"> maior utilização de fontes primárias de energia com menos impactos ambientais negativos, designadamente com menores emissões de gases com efeitos de estufa e melhor aproveitamento de recursos energéticos endógenos; crescimento económico mais eficiente no uso da energia e dos recursos naturais e com menor impacto no ambiente, designadamente nas alterações climáticas; condições regulamentares e financeiras favoráveis a um urbanismo com acessibilidades e mobilidade sustentáveis;
	ENF	<ul style="list-style-type: none"> minimizar os riscos de incêndios e agentes bióticos (defesa da floresta contra incêndios); especializar o território (aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas);
	PANCD	<ul style="list-style-type: none"> promover a melhoria das condições de vida das populações das áreas suscetíveis (apoiar e promover a defesa das populações contra os efeitos de fenómenos meteorológicos extremos); gerar benefícios globais e potenciar sinergias com os processos das alterações climáticas nas áreas suscetíveis (promover a mitigação e a adaptação às alterações climáticas);
	PENSAAR 2020	<ul style="list-style-type: none"> condições básicas e transversais (mitigação e adaptação às alterações climáticas, aos desastres naturais e aos riscos);
	PGBH do Vouga/Mondego/Lis	<ul style="list-style-type: none"> mitigar os efeitos das inundações e das secas;
	PNAEE e PNAER	<ul style="list-style-type: none"> reduzir significativamente as emissões de gases com efeito de estufa, num quadro de sustentabilidade; reforçar a diversificação das fontes de energia primária, contribuindo para aumentar estruturalmente a segurança de abastecimento do País;
	PNAC	<ul style="list-style-type: none"> potenciação da produção de eletricidade a partir de fontes renováveis; melhoria da eficiência da rede de transporte e distribuição de energia elétrica (redução de perdas); melhoria da eficiência energética ao nível da procura de eletricidade; adoção da Diretiva de Prevenção e Controlo Integrado de Poluição; redução das velocidades praticadas em autoestradas; adoção do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa, incluindo potenciação de novas áreas de floresta; tratamento e valorização energética de resíduos de suinicultura;

FCD	Documento estratégico	Objetivo estratégico
Energia e alterações climáticas (continuação)	Planos e programas para a melhoria da qualidade do ar na região de Lisboa e Vale do Tejo	<ul style="list-style-type: none"> • adaptar a procura e a oferta de energia, potenciando as fontes de energia renováveis, otimizando a eficiência energética dos edifícios, adotando as orientações do Programa Água Quente Solar para Portugal e da Diretiva Prevenção e Controlo Integrado da Poluição e melhorando a eficiência energética do setor electroprodutor (através da redução das perdas no transporte e distribuição de energia); • reduzir a velocidade máxima de circulação em autoestrada; • aplicar a Diretiva para a Promoção de Biocombustíveis; • reduzir a intensidade energética na condução de transporte individual em áreas urbanas/suburbanas (ações de formação sobre condução económica); • adoção de Planos de Mobilidade a nível concelhio; • reestruturação da oferta de transporte coletivo; • introdução de inspeções em estrada com equipamento de medição in loco; • aumento da frequência de lavagem de ruas;
	PMDFCI	<ul style="list-style-type: none"> • aumento da resiliência do território aos incêndios florestais, através da construção e manutenção da rede regional de defesa da floresta contra incêndios (que inclui as redes de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível, a rede viária florestal e a rede de pontos de água) e do desenvolvimento da atividade silvícola preventiva; • reduzir a incidência dos incêndios, através de campanhas de sensibilização da população e de um reforço na fiscalização; • melhorar a eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
	PROT-OVT	<ul style="list-style-type: none"> • gerir a procura de energia através de políticas de planeamento do licenciamento urbanístico.